

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ–UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO - NÍVEL MESTRADO

REJANE APARECIDA BIANCHINI

A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS
MULHERES JOVENS NA ESFERA DA REPRODUÇÃO SOCIAL EM SANTA
TEREZINHA DE ITAIPU – PR

Toledo
2012

REJANE APARECIDA BIANCHINI

**A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS
MULHERES JOVENS NA ESFERA DA REPRODUÇÃO SOCIAL EM SANTA
TEREZINHA DE ITAIPU – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista.

Toledo
2012

REJANE APARECIDA BIANCHINI

**A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DAS
MULHERES JOVENS NA ESFERA DA REPRODUÇÃO SOCIAL EM SANTA
TEREZINHA DE ITAIPU – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista (orientador)

Toledo, 04 de setembro de 2012.

DEDICATÓRIA

*A você Teresa,
Mãezinha querida, mulher forte e dedicada.
A você Diego, meu companheiro muito amado,
Dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a Deus por ter me concedido essa preciosa oportunidade. Por ter me ouvido diariamente em toda caminhada e ter acalmado meu coração nos momentos de aflição. Agradeço por minha vida e por permitir que esteja, hoje, escrevendo esses singelos agradecimentos às pessoas que caminharam comigo, ajudaram, comemoraram as vitórias e dividiram os fardos da angústia, do medo e das dificuldades.

Nenhuma iniciativa é possível sem a colaboração valiosa de pessoas que nos estimulam e nos incentivam a prosseguir. Foram muitas essas pessoas em minha caminhada e é com imenso carinho que agradeço o apoio recebido.

Ao professor Dr. Alfredo Aparecido Batista, orientador deste estudo, pela dedicação, paciência e incentivo. Agradeço por ter ajudado a encontrar o caminho para esta pesquisa depois de tantas tentativas. Ele não só me orientou, mas acolheu todos os meus receios e inexperiência. Sua dedicação, discernimento e sabedoria fazem dele um grande homem comprometido com o conhecimento.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE -, pelo acolhimento e pela oportunidade oferecida para que eu desenvolvesse meus estudos e todas as atividades gratuitamente.

Aos professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, em especial os professores Ricardo Rippel, Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Pery Francisco Assis Shikida, Jandir Ferrera de Lima, Carlos Alberto Piacenti, Alfredo Aparecido Batista, Silvio Antônio Colognese, Weimar Freire da Rocha Júnior, Mirian Beatriz Schneider Braun e Moacir Piffer pelos riquíssimos conhecimentos que me proporcionaram durante as disciplinas.

Aos professores Moacir Piffer - titular na banca de qualificação, Carlos Alberto Piacenti - titular na banca de qualificação e defesa, Olegna de Souza Guedes - titular na banca de defesa, pelas importantes sugestões que vieram a enriquecer este estudo.

Aos colegas de Curso Adalberto, Antônio, Alessandra, Bruno, Eduardo, Flávio, Honório, Ivan, Joice, Jhoney, Juliane, Leandro, Nelinho, Ricardo, Simone, Vanessa e Werner, pelo companheirismo e união durante os momentos que compartilhamos no Curso de Mestrado.

Aos mais que colegas de Curso, verdadeiros amigos que fiz: Jhoney Nazário Lucizani, pelas ajudas constantes e pelo companheirismo de todas as horas. Ao Nelinho Davi Graef, por sua alegria, dedicada amizade e presteza. Ao Bruno Astholphi Montagnhani, Ricardo de Lemos Dutra e Flávio de Matos Rocha, por suas ajudas precisas na realização dos trabalhos, e pelas conversas descontraídas que travávamos. Ao Antonio Kaminski Alves, companheiro de almoço e desabafos. Ao Werner Engel pelas caronas, conversas e conselhos experientes que nos proporcionou. Ao Eduardo Miguel Prata Madureira pelas caronas até Cascavel para voltarmos para casa.

À minha colega de trabalho, Maria Luzia por sua colaboração e incentivo.

À minha querida professora de Graduação, Rosane, que ajudou muito neste estudo com suas preciosas sugestões.

À Célio Escher, por seu competente trabalho de revisão de textos. Agradeço muito por sua dedicação, seriedade e por suas pertinentes colocações neste trabalho.

À Clarice Theobald Stahl, assistente do Programa de Mestrado, que *quebrou muitos galhos* durante o Curso. Agradeço imensamente por sua colaboração preciosa neste trabalho com a tarefa de formatação.

Ao professor Cleiton Colpo, por sua grandiosa colaboração em traduzir o resumo deste trabalho para a língua inglesa.

Às jovens mulheres que participaram deste estudo, colaborando com a pesquisa ao responderem o questionário, aceitando expor suas realidades. Deixo a mensagem que jamais deixem de acreditar em sonhos e de lutar com fé para conquistá-los.

À minha amada família, da qual tenho muito orgulho: Adair (Lile), Valdecir (Neném), Valdemir (Miri), Valdelir (Kiko) e Vilson (Dede), irmãos queridos, seis grandes pais para mim. Minha querida irmã, Idenes Maria, segunda mãe, que me aconselha, se preocupa e ora constantemente por mim. A minha Grande pequena mãe, Teresa Pereira, que com coragem criou, praticamente sozinha os sete filhos, educou na simplicidade e ensinou a serem pessoas boas.

Ao meu querido sobrinho Alex Bianchini Simon, pelas conversas, pelo incentivo, por sua ajuda e dicas importantes para concluir este trabalho.

Finalmente, ao Diego Marcelo Zardo, esposo querido, por seu companheirismo em toda esta caminhada. Agradeço imensamente por sua paciência nos momentos de *stress* e angústia. Sem sua colaboração e incentivo talvez não tivesse concluído este estudo.

Por fim, acrescento que assumo toda a responsabilidade por qualquer imprecisão que constar neste trabalho.

*Gostaria que a educação fosse diferente.
Vejam bem: não estou lamentando a falta de
recursos econômicos para a educação (...)
se tivéssemos abundância de recursos, é
bem possível que acabássemos como o Japão, e
nossas escolas se transformassem em máquinas
para a produção de formigas disciplinadas e trabalhadoras(...).
Parece que o objetivo de produzir cada vez mais, adequado
aos interesses de crescimento econômico, não é
suficiente para dar um sentido à vida humana(...).
Não critico a máquina educacional por sua ineficiência.
Critico a máquina educacional por aquilo em
que ela pretende produzir, por aquilo em que
ela deseja transformar nossos jovens.
É precisamente quando a máquina é mais
eficiente que a deformação que ela produz
aparece de forma mais acabada.*

Rubem Alves.

BIANCHINI, Rejane Aparecida. **A relação entre o trabalho e a formação educacional das mulheres jovens na esfera da reprodução social em Santa Terezinha de Itaipu – PR.** 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

RESUMO

Situada entre os estudos sobre trabalho e a educação, esta dissertação, de caráter empírico, exploratório, qualitativo e descritivo, traz como sujeitos pesquisados as jovens mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos, trabalhadoras dos setores formais de comércio e serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu. Optou-se pela delimitação restritiva ao setor formal do comércio e de serviços porque esses são os ramos trabalhistas que, no município, apresentam a maior concentração de mulheres empregadas com o perfil delimitado para o estudo. Por meio do instrumental – questionário –, composto por uma série ordenada de perguntas abertas, fechadas de duas escolhas e de múltiplas escolhas, buscou-se compreender: em que medida as jovens mulheres de Santa Terezinha de Itaipu vivenciam, em condições concretas, a frequência aos bancos escolares e o desenvolvimento das suas atividades laborativas na esfera do vínculo trabalhista formal. Para tanto, o objetivo geral proposto foi apreender, compreender e analisar a relação entre a formação educacional e as condições objetivas das mulheres trabalhadoras com faixa etária entre 18 e 29 anos, formalmente contratada, nos setores de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu. Dessa forma, estudar as relações materializadas – jovens e o mercado de trabalho – foi nosso objeto de estudo demarcado, por ser um ponto indissociável entre trabalho e educação formal. Nasce, a partir dos levantamentos expostos neste trabalho, a necessidade de ampliar os estudos (incluindo debates variados e divulgação) sobre meios de como prover a combinação apropriada entre a efetivação de uma educação de qualidade e o apoio financeiro e político aos jovens que necessitam e que são excluídos frente a esse processo. Acreditamos que ter acesso a esses meios fará com que o círculo vicioso da pobreza, do desemprego, da má formação educacional e de todas as suas consequências seja minimizado. Abre-se um campo de possibilidades para a diminuição das disparidades sociais, contribuindo para a constituição de uma sociedade que aprofunde os elementos democráticos, onde as pessoas possam viver o bem-estar coletivo e o respeito à humanidade.

Palavras-chave: Educação; trabalho; juventude e município de Santa Terezinha de Itaipu.

BIANCHINI, Rejane Aparecida. **The relationship between work and educational background of young women in the sphere of social reproduction in Santa Terezinha de Itaipu-PR.** 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

ABSTRACT

Situated between the studies about youth and education, this dissertation of the empirical, exploratory; qualitative and descriptive character, provides as research subjects the young women aged between 18 and 29 years old, formal sector workers in the trade and services in the municipality of Santa Terezinha de Itaipu. We opted for restrictive definition to the formal sector of trade and services because these are the branches of labor in the municipality that, exhibit the biggest concentration of employed women with the profile defined for the study. Through the instrumental – questionnaire- composed of an ordered series of open questions of opinion, closed two choices and multiple choices, we sought to understand in what measure young women from Santa Terezinha de Itaipu experience in specific conditions, the attendance to school benches and the development of their work activities in the sphere of formal work link. Therefore, the general purpose proposed was to learn, understand and analyze the relationship between educational background and the objective conditions of women workers, aged between 18 and 29 years old formally employed in the sectors of trade and services in the municipality of Santa Terezinha de Itaipu. This way, to study the relationships materialized - young people and the labor market - our object of study was marked to be an indivisible point between work and formal education. It arises from the surveys presented in this paper, the need to broaden the studies, including various debates and dissemination about ways of how to provide the appropriate combination between the institution of a quality education and the political and financial support to young people who need and are excluded from front this process. We believe that to have access to these means will cause the vicious circle of poverty, unemployment, poor educational background and all its consequences be minimized. This will enable the reduction of social disparities and contribute to the constitution of a more democratic society, where people can live decently considering the collective well-being and respect for humanity.

Keywords: Education; work; youth and municipality of Saint Therese de Itaipu- PR.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização geográfica do município de Santa Terezinha de Itaipu-Paraná.....	46
Figura 2 – Distribuição de homens e mulheres por faixa etária no município de Santa Terezinha de Itaipu-PR no ano de 2010.....	49
Gráfico 1 – Evolução da população residente do Município de Santa Terezinha de Itaipu-PR.....	51
Quadro 1 – Produto Interno Bruto do município de Santa Terezinha de Itaipu-Paraná para o ano de 2008.....	54
Gráfico 2 – Evolução do total de mulheres formalmente empregadas nos grandes setores do IBGE no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR.....	61
Gráfico 3 – Variação do crescimento do número total de mulheres formalmente empregadas nos setores de comércio e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR.....	62
Gráfico 4 – Variação do crescimento do número de mulheres formalmente empregadas na faixa etária entre 18 e 29 anos nos setores de comércio e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR (%).....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Total de homens e mulheres por faixa etária no município de Santa Terezinha de Itaipu-2010	48
Tabela 2 –	Características populacionais, geográficas e econômicas do município de Santa Terezinha de Itaipu em comparação com o estado do Paraná, Conforme o censo de 2010	50
Tabela 3 –	Número de estabelecimentos de saúde, morbidade escolar, nascidos vivos e óbitos registrados no município de Santa Terezinha de Itaipu em comparação com o Estado do Paraná conforme o censo de 2010	55
Tabela 4 –	Número de escolas, docentes e matrículas no município de Santa Terezinha de Itaipu em comparação com o Estado do Paraná conforme o censo de 2010.....	56
Tabela 5 –	Total de mulheres por faixa etária, nos setores formais de comércio e serviços em comparação com os grandes setores do IBGE, no município de Santa Terezinha de Itaipu-PR entre os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.....	60
Tabela 6 –	Número e percentuais de trabalhadores dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a função exercida na empresa, em Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	67
Tabela 7 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, segundo a renda, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	69
Tabela 8 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a participação em sindicatos, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	70
Tabela 9 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, segundo as horas e dias trabalhados, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	71
Tabela 10 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu que exercem outra atividade remunerada não proveniente do trabalho na empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	73
Tabela 11 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme as atividades realizadas fora do horário de trabalho, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	74
Tabela 12 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme as exigências educacionais da empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	76
Tabela 13 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme o treinamento para o trabalho, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	78
Tabela 14 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme os incentivos para o retorno aos bancos escolares por parte da empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, 2011	80
Tabela 15 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio	

	e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme as futuras ocupações, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	81
Tabela 16 –	Número e proporções de trabalhadoras dos setores formais de comércio e serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu, segundo a faixa etária, Santa Terezinha de Itaipu. PR, Brasil, 2011	83
Tabela 17 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, conforme a escolaridade, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	84
Tabela 18 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a frequência escolar na atualidade, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011.....	86
Tabela 19 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre a importância da tecnologia, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	87
Tabela 20 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre porque consideram a tecnologia importante para a empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	88
Tabela 21 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre a ameaça da tecnologia, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011.....	89
Tabela 22 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre porque não consideram a tecnologia uma ameaça, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	89
Tabela 23 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre por que consideram a tecnologia uma ameaça, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	90
Tabela 24 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a qualificação tecnológica, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	91
Tabela 25 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a importância da educação escolar, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	93
Tabela 26 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme o empecilho aos retornos escolares, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011	94
Tabela 27 –	Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme o interesse em estudar, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011.....	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FORMAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO	24
2.1 Os JOVENS BRASILEIROS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS	24
2.2 JUVENTUDE E FORMAÇÃO ESCOLAR: A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO EM SUAS VIDAS	29
2.3 A EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE	33
2.4 MULHER, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO	41
3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR	46
3.1 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO EM SANTA TEREZINHA DE ITAIPU.....	59
4 APROXIMAÇÃO DESCRITIVA, ANALÍTICA E CRÍTICA DOS SUJEITOS PESQUISADOS.....	65
4.1 AS TRABALHADORAS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU EM QUESTÃO: UMA APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE CONCRETA DESSAS MULHERES.....	66
4.2 NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS.....	82
4.3 CONDIÇÕES NEGATIVAS PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS TRABALHADORAS	93
4.4 CONDIÇÕES POSITIVAS PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS TRABALHADORAS	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108
ANEXO – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	114

1 INTRODUÇÃO

A dissertação que ora se apresenta é resultado de um longo processo que apresenta as marcas da trajetória pessoal e profissional da pesquisadora.

Durante esta caminhada educacional em seus diferentes níveis, a vida da pesquisadora foi demarcada pela composição – estudo e trabalho formal. A origem familiar em que a pesquisadora se encontra forçou-a, desde a experiência de adolescente, a vincular-se ao mercado de trabalho. O primeiro emprego foi de babá. Nascida em São Miguel do Iguaçu e criada em Santa Terezinha de Itaipu, até os quatro anos de idade viveu na área rural e depois na esfera urbana. E, sempre desenvolveu seus estudos em escola pública.

As casualidades e os transtornos presentes na vida da pesquisadora – filha de pais separados – acabaram pesando sobre a vida de sua mãe – analfabeta e sem nenhuma experiência profissional, mas que soube responder ao sustento e à educação dos sete filhos. A condição cultural em que viviam não contou com o incentivo familiar para a dedicação aos estudos. Como resultado quantitativo, todos os seis irmãos somente frequentaram os bancos escolares até conseguirem se alfabetizar minimamente. Aprenderam a ler e a escrever. A continuidade nos estudos foi uma decisão própria da pesquisadora, pois sonhava em ser professora. Um verdadeiro acaso na história. No entanto, devido às condições materiais financeiras insuficientes, a partir da 8ª série a pesquisadora sempre estudou no período noturno para poder trabalhar.

O sonho era cursar Educação Física, mas os caminhos e descaminhos da vida levaram-na a entrar e terminar o curso de Geografia, identificando-a com a particularidade da Geografia humana. Financiou os estudos, concluiu em 2007 e, atualmente, é professora de Geografia nos anos finais do ensino fundamental, espaço profissional conquistado por meio de concurso público. Em 2009 iniciou sua vida acadêmica no Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Regional e Agronegócio, ofertado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo. Foi nesse programa que reconfigurou o projeto de pesquisa, qualificou-se e apresenta, neste momento, em forma de dissertação, o documento final.

A experiência pessoal e seu reflexo na conquista da esfera educacional certificou o interesse da pesquisadora pela temática acerca do mercado de trabalho e da educação. Neste quadro, durante o processo formativo no programa de mestrado, delimitou-se o tema em questão e os elementos metodológicos ganharam solidez. Chegou-se aos sujeitos da pesquisa e buscou-se investigar uma das características presentes no mercado de trabalho –

trabalhadoras mulheres jovens, com faixa etária entre 18 e 29 anos, e qual a relação que estabelecem com a vida educacional formal.

Inicialmente, neste estudo, observa-se a juventude sob duas óticas: uma que considera essa parcela populacional como possibilidade concreta de proporcionar mudanças nas condições socioeconômicas, contraditórias, que imperam nas sociedades; e outra sob a concepção do jovem como um dos principais desafios a ser enfrentado para que o desenvolvimento socioeconômico seja alcançado. Entretanto, em ambos os enfoques que são dados aos jovens, destacam-se os fatores externos, que englobam as condições sociais, econômicas, culturais e educacionais, como grandes interferências na atuação deles em meio à sociedade.

Teóricos referenciados neste trabalho, como Dermeval Saviani, Neidson Rodrigues, Vitor Henrique Paro, Menezes Filho, Moacir Gadotti, José Carlos Libâneo, Paulo Martinez, João Benjamim dos Santos, Paulo Freire, Nelson Pilletti, entre outros, embora com filosofias diversas, argumentam comumente que, dentre os fatores externos, a educação é o que mais reflete na atuação de um cidadão na sociedade. Enfatizam que a educação é o fator primordial a ser revisto para que se possam modificar as condições socioeconômicas das sociedades da atualidade.

Outros pensadores, como José Francisco Soares, Maria Tereza Gonzaga Alves, Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade, Simon Schwartzman, Mauricio Blanco Cossío, Lígia Correia de Souza, Luíza Santos, Ângela Albernaz, Francisco H. G. Ferreira, Creso Franco, entre outros, que em vários momentos também seguem pensamentos diferenciados, acrescentam como ponto em comum: a educação é importante, porém, o fator primordial e imediato a ser revisto é o econômico. Para esse grupo de estudiosos, proporcionar maior acesso à renda é uma medida fundamental, pois, dessa forma, as condições econômicas seriam equilibradas e, conseqüentemente, haveria a equiparação das outras condições, como as educacionais; as culturais; as sociais; as formativas; etc.

A ideia de elencar esses nomes foi, a fim de justificativa, para tratar da presença da educação nos diferentes discursos que envolvem a sociedade, principalmente a juventude. O que se percebe, é que, em primeiro ou em segundo momento, com filofias diversas ou em consonância, diferentes estudiosos, referenciam a educação como uma das medidas a ser tomada nas soluções de questões referentes a mudanças socioeconômicas, em programas de

amparo às crianças, adolescentes e jovens. Ela é vista por todos como um diferencial na formação do cidadão.

Desse modo, o objeto de pesquisa constituído (mulheres trabalhadoras e suas relações com a educação formal em Santa Terezinha do Itaipu) é delimitado com a seguinte proposição: mulheres jovens que trabalham nos setores de comércio e de serviços¹ no município de Santa Terezinha do Itaipu e a relação estabelecida com a formação educacional formal. Além das expectativas de produção e consumo, a educação formal é a força que modifica o espaço geográfico e cria sempre novos espaços criativos. Nesse sentido, o jovem passa, então, a ser percebido como uma potencialidade, ao lhe ser atribuída a possibilidade de promover o desenvolvimento² que se deseja. E, por outro lado, como um desafio para que esse desenvolvimento seja possível. Destaca-se que a faixa etária pesquisada – jovens – é de fundamental importância para a produção e reprodução do capital. Jovens constituem força de trabalho em condições otimizadas para aumentar a produção, facilitar a reprodução, condições determinantes para ampliar o capital.

É neste cenário complexo que se qualifica o objeto de pesquisa. Estudar as relações materializadas – jovens e o mercado de trabalho – é o objeto de estudo demarcado por ser um ponto indissociável entre trabalho e educação formal. Conforme Antunes (2004), o trabalho é o meio para que o indivíduo se torne humano. Dessa forma, foi delimitado por esta pesquisa o mercado formal de trabalho, um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1998, no capítulo II, artigo 6º, dos Direitos Sociais.

1 De acordo com o BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento, o setor de serviços se caracteriza por grande heterogeneidade, englobando atividades ligadas ao setor terciário, muito distintas entre si, no que se refere a aspectos como porte das unidades produtivas, densidade de capital, nível tecnológico etc. A gama dos segmentos que fazem parte do setor vai desde serviços domésticos até transmissão de dados pela Internet. Na classificação do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o setor terciário abrange os seguintes subsetores: comércio; alojamento; alimentação; transportes; telecomunicações; intermediação financeira; seguros e previdência privada; atividades imobiliárias; serviços de informática; administração pública; pesquisa e desenvolvimento; educação; saúde; serviços sociais e serviços pessoais e domésticos.

2 O conceito de desenvolvimento será utilizado neste texto seguindo a concepção de Oliveira (2002) o qual considera que o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, além de aumentar o produto deve melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social - pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Além disso, o direcionamento do estudo sobre as jovens formalmente contratadas pelo mercado de trabalho ocorre em função de se estudar uma coorte³ que apresenta algumas características homogêneas. A renda é obtida por todos, mesmo que não nas mesmas proporções; o ramo do trabalho desempenhado nos setores de Comércio e de Serviços em Santa Terezinha de Itaipu é o mais equiparado de acordo com as exigências para a contratação; a faixa etária proporciona uma diferença menos significativa quanto aos interesses em obtenção de formação escolar. Podemos ainda acrescentar outras tantas peculiaridades em comum dessa coorte, como, por exemplo, o sexo, as condições socioeconômicas, os interesses culturais similares, entre outras.

Neste estudo, ao se evidenciar a mulher com faixa etária entre 18 e 29⁴ anos, também destaca-se a sua delimitação restritiva ao setor formal do comércio e de serviços porque, em Santa Terezinha de Itaipu, atualmente, esses são os ramos trabalhistas que apresentam a maior concentração de mulheres com esta faixa etária.

O gênero foi delimitado neste trabalho a partir de alguns determinantes, em especial em função dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras em se inserirem nas atividades produtivas com um patamar de igualdade de oportunidades e de salários em relação aos homens. Os estudos sobre essa linha de pesquisa demonstram grandes transformações no papel da mulher frente à sociedade. Essa temática se insere no contexto das transformações demográficas, econômicas, culturais e políticas que o Brasil atravessa. Segundo essas transformações, a mulher exerce um papel cada vez mais representativo. Rocha (2000) destaca alguns indicadores das transformações evidenciadas em nosso país, como a queda das taxas de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade, os novos valores quanto ao papel das mulheres, entre outros.

³ Coorte é formada por um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu num mesmo período. Ver: **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. José Alberto Magno de Carvalho; Diana Oya Sawyer; Roberto do Nascimento Rodrigues. 1998. 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998. 64 p. (Textos Didáticos, 1).

Apesar das diversas discussões já existentes acerca das questões de gênero, elas merecem ainda mais a atenção dos pesquisadores, porque tem apresentado rápida evolução principalmente quanto a crescente inserção feminina no mercado de trabalho. No município de Santa Terezinha de Itaipu, conforme os dados da RAIS-MTE – Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (2011), o número de mulheres no mercado de trabalho cresce em proporções aritméticas. Mesmo os homens ainda mantendo representatividade numérica superior a das mulheres, seu crescimento é inferior, demonstrando que as mulheres ocupam cada vez mais espaços significativos nos postos de trabalho no município.

Destaca-se também que, em Santa Terezinha de Itaipu-PR, as jovens mulheres se encontram, em sua maioria, vinculadas ao trabalho no setor terciário⁵, em particular nos setores de comércio e serviços. Por serem moradoras no espaço urbano e pertencerem a uma cidade provinciana, como podem ser garantidas as condições para que a formação escolar ocorra com maior frequência entre elas? Que condições efetivas oportunizam, para as mulheres trabalhadoras de 18 a 29 anos, vinculadas profissionalmente aos ramos comerciais e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, frequentar os bancos escolares do ensino fundamental, médio e universitário?

Essas questões nortearão o trabalho a fim de responder a questão fundamental – problema da pesquisa – desta dissertação: – Em que medida as jovens mulheres de Santa Terezinha de Itaipu vivenciam, em condições concretas, frequentar os bancos escolares e desenvolverem suas atividades laborativas na esfera do vínculo trabalhista formal?

Para tanto, o objetivo geral proposto é apreender, compreender e analisar a relação entre a formação educacional e as condições objetivas das mulheres trabalhadoras com faixa etária entre 18 e 29 anos formalmente contratadas nos setores de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu. Com a possibilidade de responder ao objeto geral, interioriza-se, enquanto caminho intermediário, os seguintes objetivos específicos: (i)

5 Setor terciário compreende todos os tipos de serviços: comércio, transportes, fornecimento de energia elétrica, rede de água e esgotos, serviço de armazenagem, telecomunicações, sistema bancário, saúde, educação, e administração pública. Para uma discussão mais detalhada sobre as teorias que conceituam e caracterizam o setor terciário, ver o trabalho de Diel e Kroetz (2008).

verificar, através da literatura, os significados da educação para a formação de um cidadão (a importância da escolaridade na vida das jovens entrevistadas); (ii) identificar as condições de trabalho das jovens com faixa etária entre 18 e 29 anos entrevistadas, trabalhadoras no âmbito do setor formal de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu; (iii) verificar a realidade educacional das mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos entrevistadas, trabalhadoras no âmbito do setor formal de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu; (iv) mapear estatisticamente as oportunidades ofertadas para que essas mulheres consigam frequentar os bancos do ensino fundamental, médio e/ou universitário; e (v) identificar condições objetivas que podem ser determinantes para a frequência ou não aos bancos escolares por essas mulheres. Esse caminho é de extrema complexidade imediata, porém será trilhada essa proposição por meio de procedimentos metodológicos que permitam aproximar as variáveis que revelem os conteúdos que se encontram em nosso problema e em nossos objetivos de pesquisa.

Em função disso a delimitação territorial que abarca esta pesquisa ocorreu por alguns motivos: Primeiro, por ser o município de residência da pesquisadora; segundo, pelo conhecimento de grande parte das empresas locais, dos proprietários e de alguns moradores locais; terceiro e decisivo motivo para a escolha pelo município de Santa Terezinha de Itaipu foi a sua peculiaridade quanto à localização geográfica que o territorializa como uma região periférica⁶, subordinada às dinâmicas dos municípios-polo de entorno⁷, transformando-o uma cidade dormitório de densidade demográfica relativamente alta. Esses fatores, teoricamente, proporcionariam uma baixa evolução nas ocupações formais, em parte pela baixa especialidade nos diversos setores e, por outro lado, pela dependência dessas especialidades dos municípios de entorno.

6O conceito de território aqui utilizado seguirá os princípios de Friedrich Ratzel, em que os territórios passam a ser definidos sob as forças do poder onde as áreas periféricas se subordinam à tensão e às disputas. Para a leitura sobre as novas tendências do conceito de territórios, ver o texto: "Transformações no Conceito de Território: competição e mobilidade na cidade", de Valverde e Hospodar (2012).

7 No caso do município de Santa Terezinha de Itaipu, os polos de referência são os municípios de Foz do Iguaçu, a 22 km de distância aproximadamente, e o município de Cascavel, a 141 km, aproximadamente, sendo o primeiro o que mais influencia demográfica e economicamente. Para maiores detalhes sobre os municípios-polo e sua influência nos municípios de entorno da região oeste do Paraná, ver o texto: "O Continuum – a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná", por Alves, Lima, Rippel e Piacenti, (2006).

A pesquisa teve início no ano de 2011, com levantamentos e observações de dados secundários obtidos junto à RAIS-MTE – Relação Anual de Informações Sociais – Ministério de Trabalho e Emprego, referentes à evolução das ocupações das trabalhadoras com o objetivo de formar uma ideia preliminar da realidade. Os períodos escolhidos para verificar a variação do total de mulheres formalmente contratadas pelos setores de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu são os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010, pois entendemos que esse é um tempo considerável para se observar diferenças nessa variável, bem como sua tendência.

Após esse estudo, buscou-se observar, na literatura, a importância da escolaridade na vida dos jovens. Posteriormente, verificou-se, através do estudo de campo por meio da aplicação de questionários, aspectos da realidade das mulheres que foram sujeitas desta pesquisa e por que essa realidade se constitui assim no município de Santa Terezinha de Itaipu. O interesse das trabalhadoras por escolarização também pode ser evidenciado através desses questionários, que foram respondidos individualmente pelas trabalhadoras.

Foram distribuídos entre as trabalhadoras do município 100 questionários. Destes, 98 foram devolvidos para análise. Os quatro primeiros foram aplicados pela pesquisadora de forma presencial, adotando enquanto procedimento a utilização de formulário. No momento em que a entrevistadora fazia os questionamentos às entrevistadas utilizou-se do mecanismo de anotação descritiva das informações explicitadas. Notou-se que as entrevistadas se sentiam inseguras em responder alguns questionamentos feitos pela pesquisadora. Em função desse aspecto, mudou-se a forma de aplicar os questionários.

Aplicou-se, então, sete questionários consecutivos de maneira pouco diferente. As entrevistadas receberam o questionário em seu trabalho (3) e em casa (4), e responderam o documento sob a presença da entrevistadora. As dúvidas, quanto às perguntas e as respostas, foram levantadas e solucionadas à medida que iam surgindo durante o tempo em que elas iam respondendo o questionário.

Tanto no primeiro modo de aplicação como no segundo, todas as questões foram respondidas. Entretanto, também nesta segunda forma de aplicação do instrumental, percebeu-se que as mulheres entrevistadas ficavam inseguras em responder perguntas mais abertas, com respostas livres e dependiam das sugestões da entrevistadora. Notou-se, então, que muitas respostas, tanto do primeiro método de aplicação como do segundo, ficaram parecidas, pois, ambos tiveram a influência das sugestões da pesquisadora. Dessa forma, para que a pesquisa

não se tornasse sugestionada, optou-se por trabalhar com a aplicação do questionário de forma que a entrevistada o respondesse sozinha.

Correu-se o risco do não entendimento de alguns questionamentos do instrumental e da mesma forma o de que as entrevistadas não respondessem a todas as questões. Além disso, somava-se o fato de que esses questionários poderiam não ser devolvidos, uma vez que elas recebiam um prazo de dois dias para responder e devolver o material. Algumas mulheres não o devolveram no prazo estipulado, algumas demoram dias, outras semanas, e algumas até meses. Mas, o ponto positivo foi de que o material retornou à pesquisadora num total de 98% e, em sua maioria, com as questões quase todas respondidas.

Optou-se por essa metodologia única e exclusivamente pelo fato de que os questionários poderiam voltar respondidos com o que cada entrevistada realmente vivenciava e com aquilo em que acreditava, sem sugestões da entrevistadora ou dos colegas de trabalho.

Depois de recolhidos todos os questionários, que voltaram no período de três meses, (num total de 98 de 100), iniciou-se a tabulação dos dados obtidos junto às trabalhadoras. Para que não houvesse discrepância entre as realidades das entrevistadas, em primeiro momento trabalharam-se os dados em separado em relação às mulheres solteiras das casadas. No total foram 43 mulheres solteiras e 55 mulheres casadas. Entretanto não se considerou relevante separar os estratos de solteiras e casadas na análise dos resultados obtidos através desta pesquisa. Após esse passo metodológico do desenvolvimento dos dados resultantes da pesquisa, iniciamos o processo de classificação, descrição e análise.

Entende-se que a pesquisa pode ser classificada, quanto à sua natureza, como uma pesquisa básica, tipo que, conforme Silva e Menezes (2001) tem o objetivo de provocar conhecimentos novos favoráveis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo fatos e preocupações universais.

Este estudo/pesquisa, tendo em vista a forma de abordagem do problema, pode ser classificado como sendo de caráter qualitativo e descritivo, que considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, relação essa que não pode ser traduzida somente em números. Entende-se que o processo e seu significado enfrentam focos principais de abordagem (SILVA e MENEZES, 2001). Entretanto, uma vez que considera-se o fato de que constantemente existirão explicações sobre fenômenos e/ou resultados quantitativos, a pesquisas utilizou-se dos dois métodos.

Dessa forma, a pesquisa, segundo os objetivos propostos e por caracterizar-se como descritivos, como já anunciada por Gil (1991 apud SILVA e MENEZES, 2001), tende a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre algumas variáveis. Entretanto, a pesquisa é também exploratória, o que vem a significar, segundo Forte (2004), que é uma abordagem adequada para quando pouco se conhece do assunto e suas conclusões podem gerar hipóteses para pesquisas futuras.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, ainda conforme os autores supracitados, este estudo deve também ser considerado bibliográfico, pois foi organizado a partir de materiais já publicados, como livros, artigos, material disponibilizado na internet, entre outros. E, por fim, ainda se caracteriza como de levantamento amostral, uma vez que envolveu, de certa forma, a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejava conhecer. Segundo Forte (2004), os levantamentos amostrais possuem menor profundidade que os demais, mas podem ser realizados com uma população relativamente maior e, por isso, possuem alta amplitude.

A população (universo da pesquisa), que, segundo Silva e Menezes (2001), trata-se da totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo, foi constituída, como já acima informado, das trabalhadoras formalmente contratadas dos setores de comércio e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu. A amostragem, que, conforme as autoras é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano, foram as jovens trabalhadoras com faixa etária entre 18 e 29 anos. Segundo essa amostra, considerada pelas autoras como uma amostra probabilística casual simples, cada elemento da população delimitada possuiu igual oportunidade de ser incluído na amostra.

Essa pesquisa envolveu o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: como a observação sistemática e o questionário.

A observação ocorreu quando foram utilizados os sentidos na obtenção de dados de determinados aspectos da realidade. A observação se deu de forma sistemática através do planejamento e da realização em condições controladas para responder aos propósitos preestabelecidos (SILVA e MENEZES, 2001).

O questionário foi composto por uma série ordenada de perguntas para serem respondidas por escrito por cada informante. Dentre a série de perguntas, algumas foram questões abertas de opinião (com resposta livre), outras foram fechadas de duas escolhas (sim

ou não) e outras, enfim, foram de múltipla escolha. Essa variedade que questões teve por finalidade ressaltar a importância da colaboração do informante a fim de melhor responder aos interesses da pesquisa

Para a tabulação, ou seja, para a elaboração de índices e de cálculos estatísticos, de tabelas, de quadros, de figuras, de gráficos e outras formas de apresentação dos dados, foram utilizados recursos manuais e computacionais, procurando-se a melhor organização possível dos dados obtidos na pesquisa. Posteriormente, realizou-se a análise dos resultados obtidos a fim de responder ao problema e aos objetivos da pesquisa. Ao final do estudo, apresentou-se resultados aproximativos do estudo/pesquisa em questão.

Situada entre os estudos sobre juventude, trabalho e educação, esta dissertação divide-se em partes como introdução, três capítulos principais e as considerações finais. Na introdução apresenta-se os procedimentos da pesquisa e as justificativas do estudo. No capítulo dois, seguinte à introdução, apresenta-se as contribuições teóricas para o possível entendimento sobre o papel da educação para a formação da juventude. Nesse segundo capítulo levanta-se os temas referentes às potencialidades e os desafios acerca dos jovens na atualidade; a importância da educação e as perspectivas em relação à sua contribuição na formação humana, e finalizamos o capítulo refletindo sobre a caminhada da mulher em relação à educação e ao mercado de trabalho.

O capítulo três corresponde à caracterização do município escolhido para realizar este estudo, Santa Terezinha de Itaipu/PR. Apresenta-se o perfil do município, seguido de uma prévia averiguação da situação das mulheres entrevistadas com faixas etárias entre 18 e 29 anos, nos setores do mercado de trabalho local em que estão concentradas em sua maioria. O quarto capítulo compreende a apresentação, descrição e análise do que foi possível perceber com a aplicação do instrumental (questionário), levando em conta a realidade trabalhista dessas jovens, a formação escolar, os motivos que podem influenciar essas jovens entrevistadas a não frequentarem os bancos escolares. E, ainda, os motivos que podem favorecer a permanência ou o retorno dessas jovens aos estudos. O último capítulo é o das considerações finais.

O esforço empreendido neste documento dissertativo aspirou fornecer o contexto juvenil feminino atual do município de Santa Terezinha de Itaipu no âmbito do trabalho formal. Seguramente posições críticas sobre a temática não foram incorporadas devido aos limites da própria proposição da pesquisadora. Ainda assim, podem-se formar algumas

considerações em face das análises dispostas neste estudo. Espera-se que este estudo possa contribuir para a compreensão de que as políticas setoriais deveriam destinar maiores espaços para os temas e os problemas que envolvem a educação para a formação da juventude brasileira. Acredita-se que este trabalho possa ajudar a identificar os desafios a serem enfrentados nesse campo, levando em conta a seriedade dessas questões e a importância que vêm obtendo nas agendas públicas nos últimos anos.

2 FORMAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO: LIMITES E POSSIBILIDADES

2.1 OS JOVENS BRASILEIROS: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Temas de estudo relacionados à juventude são recorrentes atualmente no Brasil e no mundo. No entanto, apesar de atenção cuidadosa dos estudos a cerca da temática, faz-se necessário atentarmos à complexidade que estas abordagens trazem envolvendo esta parcela da população.

De modo geral, a situação do jovem vem sendo tratada de forma generalizada em diferentes contribuições teórico-práticas. Essas abordagens trazem, em sua centralidade, a problemática geral, o que deixa-nos distanciados de um conhecimento das particularidades de determinações fundantes desta parcela populacional. Castro, Aquino e Andrade, (2009) descrevem que a condição do jovem exposta dessa forma possui vinculação direta às percepções tardias em relação ao papel dos jovens na sociedade moderna. Acrescentam que frente a esta demanda é necessário, com urgência, pensar questões relacionadas à juventude em diferentes níveis de atuação.

Pode-se dizer que os debates acerca dos temas voltados para a juventude iniciam-se a partir do momento em que a sociedade passa a correlacionar algumas ações dos jovens com acontecimentos sociais significativos. Desde então o jovem passa a ser visto sob duas óticas, merecedores de atenções específicas: problemática e/ou promissora.

A compreensão do problema relacionado aos jovens se evidencia quando se começa a perceber os comportamentos de riscos dessa parcela da população⁸, uma vez que os reflexos desses comportamentos passam a afetar diretamente a sociedade (CASTRO, AQUINO E ANDRADE, 2009). Conforme Alves (2008), quando se passa a visualizar os jovens pelo enfoque da problemática ocorre à associação praticamente imediata entre estes e as diversas

⁸ Castro, Aquino e Andrade, (2009) descrevem que a juventude inscreveu-se como questão social primeiramente pela via dos “problemas” comumente associados aos jovens – como a violência, as más companhias, a delinquência, o comportamento indevido relativo aos consumos diversos, a drogadição, entre outros – que demandam medidas de enfrentamento por parte da sociedade.

questões de conflitos sociais. Situação esta que direciona os discursos sociais e políticos para se pensar a questão.

Já a visão promissora da juventude acontece quando se associa o papel do jovem com as possíveis soluções para os problemas da sociedade. Essa percepção ocorre quando se verifica que, apesar das situações de riscos proferidas dessa coorte, a parcela produtiva da população encontra-se neste grupo. Por esse enfoque nasce a concepção do jovem como força motriz da mudança social esperada. Assim, de acordo com Alves (2008) inicia-se então um esforço coletivo no sentido de preparar o jovem para o setor produtivo. Este fenômeno ocorre em ações conjuntas com a família e com a comunidade escolar, criando novas estratégias de inserção dessa parcela populacional no mercado de trabalho.

Outro motivo que vem sendo muito discutido por diversos estudiosos e que da mesma forma destaca a importância em se pensar às questões acerca da juventude, refere-se ao expressivo significado numérico dessa parcela populacional. O fato de que suas condições sociais presentes deverão impactar a fase transitória da sociedade futura justifica as atenções específicas que se despendem sobre os temas que afetam e mobilizam a juventude brasileira. (CASTRO, AQUINO E ANDRADE, 2009).

Nesse contexto em que a relevância das temáticas voltadas para os jovens ganha proporções e importância crescentes, seja pela ótica positiva ou pela pessimista, pensar os meios em se tratar a questão de maneira cuidadosa faz-se necessário. Contudo, o fato é que, ao se pensar em direcionamentos para o desenvolvimento das sociedades, de uma forma ou de outra, a juventude passa a ser uma variável indispensável para o planejamento estratégico das ações políticas de curto e médio prazo.

Entretanto, as ações realizadas, bem como as propostas voltadas para essa realização não é proposição de tratamento neste trabalho, no entanto, o foco dessa revisão de literatura é promover uma reflexão sobre as necessidades dessa juventude, pensada sob a ótica promissora, relacionando-as com a educação e o vínculo empregatício. Desta forma iniciemos este estudo questionando-nos sobre quais seriam de fato as necessidades dos jovens, para isso pautemos-nos em alguns fundamentos a seguir.

Castro, Aquino e Andrade (2009) defendem que a necessidade da juventude é ter seus direitos sociais: educação, saúde, trabalho, esporte e cultura concretizados. Acrescentam que o jovem necessita de veículos proporcionalizadores do desenvolvimento da autonomia e do protagonismo juvenil. Para estes teóricos o primeiro passo a ser dado deve ser a eliminação

dos processos de exclusão, com urgência⁹. Acreditam que as políticas sociais devam ser direcionadas para todos os segmentos que compõe a juventude, porém, não podemos negar o fato de que o Brasil é um país com grandes desigualdades sociais. Este fator coloca-nos na fileira dos teóricos que entendem ser necessário privilegiar o atendimento aos jovens excluídos em face da realidade do país. Sendo assim, as ações devem estar emergencialmente voltadas para sua inclusão.

Os jovens brasileiros de baixa renda vivem em uma situação dramática, espremidos entre um sistema de educação pública de má qualidade e, a partir da adolescência, à necessidade crescente de ganhar dinheiro em um mercado de trabalho precário e de difícil entrada. As políticas necessárias para tentar resolver esta situação devem lidar com o problema da qualidade da escola, com as necessidades de renda, e fazer isto tomando sempre em consideração as importantes diferenças que existem para os diferentes grupos de idade (SCHWARTZMAN e COSSÍO, 2007).

O enfrentamento da exclusão descrita por Castro, Aquino e Andrade (2009), se reforça com a constatação de Schwartzman e Cossío (2007). Os autores destacam a forma de exclusão mais comum de jovens de baixa renda. Isso permite dizer do modo de reprodução capitalista que tem nas diferenças de classes sua característica marcante. De acordo com esta lógica as oportunidades para esta parcela da população são limitadas e, quando existem, não ocorrem com as mesmas características das ofertadas aos jovens de classe dominante materialmente, social e politicamente.

Neste sentido, como já mencionado acima, os autores dizem que a eliminação da exclusão, ou seja, das oportunidades diferenciadas, deverá ser o primeiro ponto a ser articulado nas ações. O jovem excluído necessita de sensibilização para que tome ciência de sua situação e de direitos a serem efetivados e conquistados para mudarem sua condição.

⁹ Alguns pesquisadores “(HUNTER, 2000; KOWARICK, 2003; LESBAUPIN, 2000; PROENÇA, 2005; SEN, 2000) consideram a exclusão social um conceito recente, introduzido por René Lenoir em 1974, que abrange grande variedade de problemas socioeconômicos. Lesbaupin (2000, p. 30-1) acrescenta que o termo deriva da teoria da marginalidade dos anos 1960, cujo fenômeno compreendia a mão de obra marginalizada na América Latina. Para o mesmo autor o conceito de exclusão está presente em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, tendo em comum a questão social. O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas de bem-estar proporciona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a exclusão social (CASTELLS, 1998; LOPES, 2006; PROENÇA, 2005). Kowarick (2003, p. 69) defende que o combate às situações de vulnerabilidade é uma função essencial do Estado, sendo os programas de intervenções intitulados de inclusão social”. Para maiores detalhes sobre o conceito de exclusão social ver o trabalho de Borba e Lima, Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia, 2011.

Conforme os autores supracitados, a conquista destes direitos poderá criar condições para que se possibilite qualidade de vida para a população, garantindo o mínimo de acesso às oportunidades que são oferecidas para os jovens oriundos da classe social dos trabalhadores em suas diferentes frações de classe.

Para Schwartzman e Cossío (2007), a resposta para atender as necessidades dos jovens poderia estar na disponibilização de uma educação de maior qualidade do que a que se oferece na atualidade. Entretanto, acreditam que para isso não haveria outra maneira se não esperar pelos resultados de investimentos significativos na educação em longo prazo. Neste caso, para os autores, o tempo não favorece as ações que pensam que devem ser imediatas.

De tal modo, para que os direitos sociais de educação, saúde, trabalho, esporte, etc, descritos por Castro, Aquino e Andrade (2009) sejam garantidos a ações não poderiam partir da educação e sim de medidas que visem minimizar os efeitos das desigualdades sociais existentes sobre os trabalhadores e sobre a sociedade de modo geral. Dessa forma as reformas educacionais poderiam ser pensadas e inseridas na sequência.

Pensando da mesma forma, vários estudiosos demonstram que existe uma relação importante entre as condições econômicas e o rendimento escolar. Soares (2005) afirma que existe uma extensa literatura que mostra o desempenho escolar no Brasil como fortemente associado ao nível socioeconômico dos estudantes, demarcando que é pior nas escolas públicas do que nas escolas privadas.

Souza e Santos (1999) acrescentam que a presença de reprovações ou notas baixas é evidente nos grupos onde o nível socioeconômico é mais baixo. Soares e Alves (2003), por sua vez, dizem que os fatores produtores de eficácia do ensino não têm uma distribuição equânime, pois eles favorecem principalmente o desempenho escolar dos estratos socialmente mais privilegiados. Já Soares e Andrade (2006) colocam que no Brasil, não se deve estudar a realidade educacional sem considerar o nível socioeconômico dos estudantes, nem como os diferentes estabelecimentos tratam as diferenças entre grupos de alunos. Esses autores destacam ainda que os fatores extraescolares são os mais importantes para a explicação dos resultados escolares, e que o sucesso ou fracasso do aluno estaria ligado apenas à sua origem social e às práticas culturais de sua família.

Comungando da mesma linha de pensamento, Albernaz, Ferreira e Franco (2002) acrescentam a evidência desse aspecto no desempenho superior da escola particular em

relação ao da escola pública no Brasil, o que quer dizer que no Brasil, existem escolas onde os alunos estão aprendendo menos do que deveriam.

A partir destas constatações, fica evidente que, no caso brasileiro, são em sua maioria, os alunos que vêm sofrendo com defasagem educacional, pois, eles apresentam condições socioeconômicas mais baixas e estão em maiores números, frequentando os bancos escolares públicos. E, conforme diversas pesquisas que vem sendo realizadas no país, já se sabe que muitos deles permanecem com desempenho insatisfatório através dos anos quanto ao desenvolvimento de habilidades e capacidade cognitivas. Além disso, podemos perceber que pouco se tem sido feito para atender à necessidade populacional de maior acesso à renda. Para que as diferenças entre as classes sociais sejam menores. Schwartzman e Cossío (2007) afirmam que esses são fatos prioritários a serem revistos para se conseguir avançar no enfrentamento das questões de exclusão social que se refletem nos diversos conflitos pelos quais a população brasileira passa.

Sabe-se que a educação exerce grande importância para a reversão do estado atual em que se encontra a juventude brasileira. Contudo, ela será sempre prejudicada se não for acompanhada de outras medidas fundantes, a fim de que se tenha um desempenho satisfatório ao longo do período esperado.

Assim sendo, depois dessas colocações, voltemos-nos para a reflexão sobre as necessidades da juventude proposta neste tópico. E considerando as aferições dos autores supracitados, podemos concluir que as diferenças socioeconômicas são consideradas os maiores empecilhos para que as necessidades dos jovens sejam atendidas. Entretanto, podemos verificar que de todas as diferenças sociais que podemos listar, a educação é sempre lembrada pelos autores, ou até mesmo considerada uma propulsora do fosso socioeconômico que separa as sociedades.

Por esta razão, o tema educação e suas relações, têm gerado vastas produções bibliográficas com as mais variadas abordagens envolvendo os jovens e sua relação com a escola, o emprego, a família, a convivência social, o desenvolvimento e outras determinações. Desta forma, convém destacar a seriedade da educação, já há muito debatida e enfatizada por diversos autores ao longo dos anos. No entanto, nossa preocupação, neste momento, é delinear caminhos que possibilitem realizarmos um estudo crítico voltado para a temática em questão a fim de promover um possível entendimento sobre a importância que a educação exerce sobre a formação de uma pessoa.

Portanto, refletiremos no próximo tópico sobre a centralidade da existência da educação formal na vida dos jovens na atualidade, apresentando conceitos que descrevam qual a importância da educação para a formação de qualidade que se espera para a juventude brasileira. Entendemos que o conjunto de argumentos aqui utilizados será capaz de estimular o desenvolvimento do trabalho e de sua reflexão dispostos nos tópicos seguinte deste estudo.

2.2 JUVENTUDE E FORMAÇÃO ESCOLAR: CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO EM SUAS VIDAS

Sabe-se que uma educação de qualidade exerce grande influência na formação de um indivíduo (FREIRE, 2001). Por esse motivo, a importância da educação de qualidade para a constituição de uma nação desenvolvida é socialmente aceita no debate acadêmico, bem como em outras fontes de discussões. Com base nesta assertiva, muitos são os trabalhos desenvolvidos envolvendo a educação. Determinar a escolha por este ou aquele teórico que discute o tema tornou-se um trabalho apreensivo. Desta forma o critério da escolha das bases bibliográfica, referenciadas neste tópico levou em conta as próprias proposições determinadas para discutir o tema.

Percebe-se neste estudo, que quando os autores tratados em nosso texto expressam sua compreensão sobre a educação, duas matrizes destacam este conteúdo: 1) A que condiciona em primeira importância a educação para a formação do ser. Em que, dentre os autores dessa linha citados neste tópico destacam-se: Orso, Gonçalves e Matos (2008); Rodrigues (1986); Paro (1984); Saviani (1992); Nascimento (2003), Freire (2001 e 2006) e Libâneo, Oliveira e Toschi (2003). 2) Que relaciona a educação com o desenvolvimento socioeconômico. Neste campo, citados neste tópico, despontam: Menezes-Filho (2001); Galinari, Crocco, Lemos e Basques (2007); Schwartzman e Cossío (2007); Gadotti (2000); Johwan Oh, Basso e Oliveira (2008) e Martinez (1996). De uma forma ou de outra, ambos os direcionamentos dados pelos autores, caminham para um entendimento da formação com qualidade que é esperada por toda a sociedade.

Neste sentido, Orso, Gonçalves e Matos (2008) colocam que o ponto de partida para se verificar qual a importância da educação para a formação de qualidade que se espera é o reconhecimento do caráter amplo da educação.

Resgatada em sua dimensão mais ampla concebe-se que a educação, entendida como aprendizado pelo qual o ser social incorpora certos conhecimentos que lhe permitem compreender e agir sobre a realidade que o cerca, é um ato que marca a própria materialidade do homem. Pode-se mesmo afirmar que é uma dimensão ineliminável, indissociável do ser, assim como o é a categoria trabalho, motor inicial do processo educativo (ORSO, GONÇALVES e MATOS, 2008, p. 39-40).

Conforme o autor, o ser humano, a partir da educação, poderá interferir na realidade social que o rodeia. Criar uma identidade. E, da mesma forma, de acordo com Rodrigues (1986), promover os meios de sustentabilidade em condições justas de sobrevivência. Para ambos a educação é o instrumento que possibilitará, a cada indivíduo, membro da sociedade, o provimento dos meios de sua sustentação.

Paro (1997) também condiciona a relação ser cidadão com a educação. Acrescenta que será somente pela educação que o homem se diferenciará da natureza e se tornará cidadão. Freire (2001) complementa argumentando que a pré-condição necessária para que isso aconteça será a liberdade humana. Conforme o autor, a condição, por sua vez, para que o ser humano torne-se livre é a atualização pela detenção de um saber historicamente produzido sobre a sociedade da qual este indivíduo faz parte. Segundo Nascimento (2003), sem educação não há cidadania. Se não houver cidadania, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária não se constituirá. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2003), a construção de uma sociedade mais justa será possível somente se houver uma educação que proporcione a todos o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas, que são imprescindíveis para o atendimento das necessidades individuais e coletivas dos indivíduos; além de proporcionar sua inserção no mundo e de promover a constituição da cidadania através do poder de participação.

Saviani (1992) comunga, igualmente, desse pensamento e acrescenta que a sociedade civilizada é a sociedade capaz de pensar e se reproduzir coletivamente, e que o trabalho educacional é o ato de produzir, direta e intencionalmente, no ser humano a humanidade através do coletivo. Para o autor, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais e de valores individuais que precisam ser assimilados pelos próprios indivíduos da espécie humana, para que estes se tornem humanos e, de outro lado, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo atendendo às necessidades do coletivo. Entretanto, para que seja enfatizada uma educação que forme cidadãos aptos a viverem em sociedade, pensando coletivamente, não pode existir nenhuma

forma de exclusão. As diferenças deverão ser respeitadas, mas não poderão ser excludentes. “No Brasil, as diferenças educacionais na população são grandes assim como os diferenciais salariais associados a estas diferenças educacionais” (MENEZES-FILHO, 2001, p. 5).

A exclusão, ou seja, as diferenças sociais passam então a nortear as reflexões dos autores que relacionam a educação com o desenvolvimento socioeconômico. Galinari, Crocco, Lemos e Basques (2007) consideram que a educação se mostra cada vez mais importante para alavancar a renda das famílias e as economias locais. Para Schwartzman e Cossío (2007), os jovens apresentam uma contribuição cada vez mais expressiva nos rendimentos familiares e que encontram muitas dificuldades para inserirem-se no mercado de trabalho. Colocam ainda, que a educação é que condiciona, não somente a empregabilidade entendida como a maior probabilidade de obter um emprego, mas também a possibilidade de ter acesso a postos de trabalho melhor remunerados.

A participação no mercado de trabalho é positivamente relacionada com educação, ou seja, quanto maior o nível educacional, maior é a probabilidade de a pessoa estar engajada neste mercado (...). Os números indicam que aqueles com ensino fundamental completo ganham em média três vezes mais que os analfabetos. Além disto, o retorno ao primeiro ano da faculdade (12 anos de estudo) também é bastante elevado, apresentando um ganho salarial de quase 150% com relação ao formado no ensino médio (...). Os indivíduos com ensino superior completo (15/16 anos de estudo) apresentam um rendimento salarial médio quase doze vezes superior ao grupo sem escolaridade e para aqueles com mestrado a diferença é 16 vezes. Não é de se estranhar, portanto que a educação seja um dos principais determinantes da desigualdade de renda (MENEZES-FILHO, 2001, p. 10,11-23).

De acordo com os autores supracitados, a educação está ligada aos mecanismos geradores de desigualdade de renda no Brasil. Fator que pode ser considerado um empecilho para o desenvolvimento do país. Neste sentido, Albernaz, Ferreira e Franco (2002, p. 3), afirmam que o “sistema educacional de um país é um conjunto de instituições fundamental para o seu desenvolvimento socioeconômico (...). A educação também exerce um papel crucial na determinação da distribuição dos frutos desse crescimento”. Neste contexto, podemos dizer que a escola, além de refletir as desigualdades sociais, colabora e reproduz as mesmas; através dos mecanismos de coerção e exclusão presentes no interior da instituição. Para Gadotti (2000), o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação.

A partir da análise realizada é pontual referenciar, Johwan Oh, Basso, e Oliveira (2008, p. 1) quando afirmam que “A educação é, sem dúvida, o caminho para uma política de

desenvolvimento, pois é a chave do desenvolvimento sustentável ou autossuficiente”. Sob esta compreensão entende-se que ela deverá possibilitar a criação de condições adequadas para o desenvolvimento de uma vida digna e de todas as capacidades que pertencem ao cidadão.

Segundo Martinez (1996), não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica e a reflexão. Para isto basta que se disponibilizem oportunidades aos indivíduos. Para esse autor, a oportunidade surge através da educação. E Freire (2001) complementa afirmando que o grande objetivo é possibilitar aos indivíduos condições para tornar-se capaz de decidir por si mesmo, desenvolvendo uma autonomia suficiente para que não se sujeite a pressões externas. O autor acredita que somente desenvolvendo a referida autonomia poderemos afirmar seguramente a existência de cidadãos conscientes.

O fato é que muito se discute sobre a qualidade do ensino no Brasil, principalmente do ensino público, mas o que se faz no sentido de melhorar essa qualidade é pouco. Sabe-se que a qualidade é importante, entretanto o que se busca com a aplicação das políticas sociais atual é a quantidade. A lógica do receituário neoliberal pautado na Reforma de Estado no governo de FHC e seguido no governo Lula é expressa pela dimensão do que é e se pensa o estado sob o modelo gerencial: o importante é o resultado e não o processo (BATISTA, 2002).

O acesso está garantido, mas apenas alguns concluem a educação básica com desempenho, que se espera. É indiscutível a necessidade de melhorar a qualidade da educação. Pensar a qualidade nos remete a um esforço de pensar a equidade. Deve-se pensar em políticas educacionais inclusivas do aluno durante o processo (SOARES e ANDRADE, 2006).

Os discursos são similares e quase unânimes em diversos bancos teóricos que se propõem a discutir a educação. Identificam-se nos segmentos e instituições sociais várias características da falta de qualidade da educação brasileira, entre elas destaca-se: A ineficiência na preparação dos alunos para o mercado de trabalho e a quantidade reduzida de alunos que chegam a uma universidade. Somam-se às características apontadas, as divergências nas soluções de problemas ligados à educação.

Para Ângela, Ferreira e Franco (2002), não é preciso um grande esforço intelectual para discernir as implicações destes fatos para a política pública, com conseqüências tanto para a eficácia quanto para a igualdade de oportunidades em nosso sistema educacional.

Sabe-se que uma educação de qualidade não deve ter somente como foco a preparação para o mercado de trabalho e/ou ingresso a uma universidade. Outros valores deverão existir e fazer parte dos currículos e políticas educacionais comprometidas. Não somente o setor produtivo, mas também a formação cidadã deve ser contemplada. Isso contribuirá para a constituição de uma sociedade mais democrática, onde, as pessoas possam viver dignamente considerando o bem-estar coletivo e respeito a humanidade.

De acordo com Mészáros (2008), a educação que se almeja não pode esquecer-se de construir valores essenciais. Valores que perpassam o viés da formação de sujeitos, para uma formação humana com seres pensantes, reflexivos e ativos. Seguindo esse pensamento encerramos este subitem e iniciamos o próximo a fim de complementar a reflexão sobre qual seria então a educação ideal para a formação completa do ser sugerida pelo autor.

2.3 A EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

Pensar como deveria ser a educação capaz de promover uma formação adequada para a instituição do desenvolvimento social, é tarefa árdua de muitos teóricos. E, como já foi frisado neste texto, no caso brasileiro, a educação proposta pelos estudiosos é ofertada pelos bancos escolares do ensino público, uma vez que, a grande maioria de nossas crianças, adolescentes e jovens depende desta instituição para terem acesso ao sistema educacional formal de ensino. Ensino este que passa por sérios impasses quanto á oferta de uma educação qualitativa. Que vem sofrendo com defasagens educacionais.

Neste sentido, acredita-se que a escola pública, onde se encontra a maioria dos jovens brasileiros, deverá ser pensada sob o enfoque da qualidade da formação do cidadão. A escola pública deverá assumir um currículo interdisciplinar no sentido de enfatizar a escola como um lugar de socialização do conhecimento. Pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes menos favorecidos financeiramente, que têm

nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte.

A escola, como o lugar privilegiado onde acontece a educação, não poderá perder a sua essência, que é a formação em todos os sentidos, necessários a existência humana. Este valor obtido através da educação escolar é fundamental para a própria realização do ser humano contemplando todas as dimensões (FREIRE, 2001).

Desta forma, a escola, inserida na sociedade e parte constitutiva dela, ao prover a educação, precisa torná-la em todo o seu significado humano. Deve assumir o desafio de contemplar todas as dimensões, imputando aos sujeitos a possibilidade de desenvolver potencialidades, seja na questão da autonomia da reflexão e ação bem como na formação intelectual. A escola pública é de baixa qualidade antes de tudo e principalmente, porque não fornece o mínimo necessário para a criança e o adolescente construírem-se como seres humanos, diferenciados do simples animal (PARO, 1997).

A escola, portanto, deverá ser vista na totalidade. Ela é o reflexo da sociedade. É o que alguns pensadores chamam de reprodutivismo social¹⁰. Desta forma, faz-se necessário rever todo o processo educacional. É fundamental que se tenha maiores investimentos, que ocorra uma reformulação nas políticas educacionais, que haja maior interesse pela educação e um maior comprometimento com ela, por parte de todos os envolvidos no processo: pais, alunos, educadores e a sociedade como um todo (ALBERNAZ, FERREIRA e FRANCO, 2002).

Sabe-se que na atualidade, a diversidade é muito grande e são nítidas as mudanças que ocorreram nos últimos anos em todas as áreas: política, econômica, educacional e principalmente social, em função do novo modelo sistêmico de acumulação do consumo exagerado, que propicia as diferenças e a perda de valores (MÉSZÁROS, 2008). Trabalhar com essa sociedade diversa e dinâmica torna-se cada vez mais complexo. Por esse motivo,

¹⁰Para a leitura sobre as teorias reprodutivistas, recomenda-se O texto de ZEN, Eliesér Toretta (2007), intitulado como: **Para além das teorias reprodutivistas da educação: uma abordagem sócio-filosófica**. O trabalho propõe uma reflexão sobre o papel da educação na sociedade, com base nas teorias da educação sistematizadas por Durkheim, Parsons, Dewey, Mannheim, Bourdieu Passeron, Althusser e Gramsci.

evidencia-se a necessidade de participação desta sociedade nos processos educacionais, já que a escola existe para/pela sociedade.

A cidadania em sentido amplo no Brasil, trata-se de um conceito que vem sendo consagrado pelo uso popular, para expressar o pleno gozo de todos os direitos previstos no texto constitucional (...). Demonstram uma tomada de consciência da população que vem pouco a pouco ganhando terreno, adquirindo uma postura renovada, saindo da posição cômoda daqueles que esperam soluções prontas da velha estrutura patriarcal de Estado para uma nova realidade, onde o cidadão, de forma responsável e consciente, participa da estruturação da realidade, buscando condições dignas para todos, como trabalho, lazer, educação, saúde, meio ambiente equilibrado, entre outras necessidades humanas. O povo tem direito, numa democracia de verdade, de participar do governo, e não apenas de esperar os resultados dele (TORRES e BOCHNIACK, 2003, p. 364).

Deste modo, verifica-se a urgência em um novo modo de fazer educação voltada para a cidadania. Necessita-se de uma educação que forme cidadãos capazes, atuantes, comprometidos, que percebam as dificuldades encontradas pela população brasileira em avançar culturalmente e educacionalmente, bem como as causas dessa condição, (SANTOS, 1999). Nesse momento histórico, cabe à educação libertadora desmistificar e esclarecer esta realidade, conscientizando e educando sob uma nova ótica, na qual se visará o cidadão, enquanto pessoa (FREIRE, 2001).

Sabe-se que a cada época histórica, vivencia-se uma constituição de valores diversos. As formas de manifestações também são diferenciadas, e procuram alcançar a plenitude, enquanto passam por um período de mudança. Porém, nota-se que em alguns momentos o equilíbrio dessa transição e busca rompe-se e os valores começam a decair, pois, não mais correspondem aos anseios da sociedade. Isso acaba gerando complexos conflitos (FREIRE, 1987). Conflitos estes, que podemos considerar, que se iniciaram a medida que o capital passou a interferir diretamente no modo de vida das pessoas. Reforçando a ideia de acumulação, culminando nos abismos entre os seres (BATISTA, 2002). Neste caso, a escola considerada reprodutivista social, passou a refletir as formas de vivência das sociedades que a constituiu. Assim, também, a maioria das escolas brasileiras passou a reproduzir as diferenças sociais em seu âmbito ao desconsiderar as experiências vividas pelos seus frequentadores. As escolas públicas, pautadas no modelo atual de desenvolvimento, desconsideram as experiências vividas por seus alunos uma vez que estas realidades não condizem com o modelo de educação a que se propõe.

Nesta análise se faz necessário levar-se em conta que a realidade brasileira é uma sociedade formada por classes sociais em suas diferentes frações. Neste contexto é comum identificar a distribuição desigual de recursos básicos para a maioria da população nas diferentes políticas sociais, tais como: educação, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre vários outros (OLIVEIRA, 2002), e pensar, a quem é destinada a escola pública no Brasil e se a realidade destes está sendo levada em consideração, para então verificar que, de fato a escola pública não é pensada para essa parcela da população. Daí surgem grandes desafios a serem enfrentados para que uma nova educação se constitua.

Assim o primeiro desafio, dentre tantos outros, para a mudança, estará em conseguir fazer com que os alunos queiram aprender na escola, e isto só poderá acontecer se houver uma relação entre o cotidiano dos alunos e o que ensina e se aprende em sala de aula.

Paro (1997) expõe que não há dúvida de que a escola pouco ou nada tem feito para tornar o ensino prazeroso, condição necessária para despertar o interesse do educando. E, Cunha (1994, p. 99), constata “que a escola está parada no tempo, continuando a funcionar sem perceber as mudanças sociais e tecnológicas do mundo a sua volta”. De acordo com os autores supracitados, o que falta é comprometimento para com a educação. Cunha (1994) reforça que em parte, esse descomprometimento surge em função da desmotivação para com a escola do jeito que ela está. A autora afirma que a escola deixa muito a desejar porque é prescritiva e simplista. O ensino é repetitivo e conservador. Isso afasta o interesse do aluno. É preciso repensar, os modelos prontos não servem. A prática está demonstrando isso.

Com base nestas constatações de Vitor Henrique Paro (1997) e Maria Isabel da Cunha (1994), pode-se perceber a falta de comprometimento para com a educação e pode-se pensar em outro grande desafio para a mudança educacional: trata-se de transformar em primeiro momento a estrutura das escolas para além do modelo reprodutivista de educação. Modelo este que, de acordo com Mészáros (2008), segue prioritariamente o sistema; que não possui a capacidade de pensar a civilização e que para manter-se se torna cada vez mais destrutivo de direitos, da vida de milhões de seres humanos e da natureza.

De acordo com Mészáros, não será construída uma sociedade melhor sem transformar a escola, espaço fundamental na difícil tarefa de educar os sujeitos para que não sejam manipulados e percebam as diversas contradições existentes, tanto na instituição escolar quanto em toda a sociedade, bem como na forma como esta é organizada. Para Mészáros (2008), a escola deve reunir esforços e voltar-se para ação.

É fato que existe, atualmente, muita teoria em relação à educação Brasileira e pouca ação. O que evidencia que a educação no Brasil não é prioridade. Nesse sentido, nota-se a urgência de que seja feito mais pela educação. Para isso, é preciso que haja investimentos, mas também que se promova a sensibilização dos seres. É necessária uma mudança significativa em toda a estrutura educacional, para que seja apresentada uma educação inovadora sob uma ótica esclarecedora, onde poderão ser usados os fatos históricos como possibilidades de melhoras e não mais como determinações de um modelo a ser reproduzido. Nesta nova visão, o ser humano deverá ser apresentado ao mundo, não só como quem constata o que ocorre, mas também quem intervêm como sujeito de ocorrências (FREIRE, 2006).

Para o autor, a humanidade tem o direito de obter um esclarecimento sobre a sua própria realidade através do conhecimento e da educação, e, a partir desse conhecimento, desenvolver formas de fazer da sua vivência uma ação melhorada. O autor se coloca como sujeito desse processo e diz que não se pode estar vivendo nesse mundo de luvas nas mãos, constatando apenas, que a acomodação deverá apenas ser o caminho para a inserção, que implicará na decisão, escolha e intervenção na realidade. Acrescenta ainda que haja perguntas a serem feitas insistentemente por todos e que se fazem perceber a impossibilidade de estudar por estudar, como se nada se tivesse a ver com o mundo (FREIRE, 2006).

Neste sentido outro grande desafio a ser enfrentado, rumo a mudança educacional para que se tenha uma educação ideal para a formação das sociedades é proporcionar, em primeiro momento, a sensibilização dessas necessidades dos seres. Uma vez que o sistema como um todo cria grandes barreiras para essa transformação. É preciso desconstruir. Contudo faz se necessário desenvolver a priori, a consciência nos indivíduos de sua importância e da necessidade de emancipação, para que estes possam primar pela melhoria da educação e exigir a qualidade necessária a fim de que o avanço rumo ao verdadeiro desenvolvimento aconteça. Limitar uma mudança educacional radical as margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar o objetivo de uma educação qualitativa (MÉSZÁROS, 2008).

O fato é que vários teóricos discutem sobre as deficiências educacionais, e quais metodologias poderão ser adotadas no sentido de amenizar esses impasses. Diversas teorias e justificativas surgem, e muitas chegam a um senso comum, de que na maioria das vezes as causas para o insucesso escolar estão nos fatos extra-escolares, de acordo com as variações

nas características sócio-culturais da sociedade. Entretanto, muitas vezes, cria-se uma barreira quanto às percepções destas influências na educação. Assim o sistema capitalismo reprodutivo articula suas intenções sem ser mencionado em relação a sua responsabilidade.

Responsabilidade que pode ser evidenciada na colocação de Pilletti (2002) quando afirma que muitas pessoas passam fome no Brasil, e que a fome chega a atingir dois terços da população brasileira. Assim, de acordo com o autor, afetada desde o útero materno pela carência alimentar da mãe, e depois pela própria subnutrição, a criança é prejudicada em seu crescimento e em seu desenvolvimento mental. Pode-se consentir então, de acordo com a constatação do autor, que, neste caso, seguramente, o desempenho educacional do indivíduo que estiver sujeito a essa condição, será prejudicado, e também neste caso, a causa de sua ineficiência educacional seria um fator extraescolar.

Seguindo este raciocínio pode-se acrescentar como exemplo, de como outros fatores extraescolares pode interferir na educação, o choque cultural. Ou seja, no caso de uma pessoa estar exposta a condição descrita anteriormente, haverá o choque entre os conteúdos que se ensinado na escola e suas condições de vida econômica, social e cultural. Da mesma forma seu desempenho escolar será prejudicado.

Piletti (2002) acrescenta, ainda, que alguns brasileiros vivem segundo valores, normas de comportamento, atitudes, sentimentos, crenças; enfim, segundo uma cultura, em geral ausente dos conteúdos e da organização do processo educativo, que não a valoriza, não a aceita e não leva em consideração tudo o que a sua realidade disponibiliza. Por mais complexos e adaptativos que possam ser esses contextos culturais, eles estão excluídos da escola.

Conforme a análise do autor sobre a influência dos fatores extraescolares sobre o desenvolvimento educacional, pode-se perceber que o cenário atual, não só o brasileiro, como também o de vários outros países do mundo, é extremamente excludente. E mesmo que se as escolas tivessem um cenário mais igualitário, a própria condição social faria com que o rendimento escolar fosse díspar. Pode-se constatar isso ao analisar os números referentes ao

desempenho escolar brasileiro¹¹. Eles demonstram que as medidas utilizadas proveram avanços, mas que ainda não funcionam na totalidade.

Observa-se ainda, as práticas excludentes (antigas) que existem em âmbito escolar. Formas de ensino que seguem em contramão das mudanças ocorridas. Que seguem os preceitos reprodutivos que não levam em conta as excentricidades que existem dentro das escolas. Ou seja, a realidade fora da escola passa despercebida para o currículo escolar e, quando este as percebem, resolvem tudo de maneira simplificada, muitas vezes aprovando sem que este sujeito tenha de fato apreendido o que se propôs ensinar. Não há como fazer diferente sem desconstruir o modelo que está intuído no andamento escolar. Schwartzman, Cossío (2007) acrescentam que alguns hábitos deverão ser extintos para que a mudança aconteça.

A tradição brasileira de reprovar os estudantes que não aprendem, em geral, não faz com que eles aprendam mais, mas que fiquem segregados em turmas consideradas, na prática, como irrecuperáveis, e terminem por abandonar a escola. As experiências de progressão automática, ou social, não resolvem o problema, por não estarem associadas a políticas pedagógicas adequadas para recuperar e reintegrar os estudantes (...). Existe um consenso crescente de que, embora as condições socioeconômicas e culturais das famílias tenham um grande peso no desempenho escolar de seus filhos, é possível, pela adoção de métodos pedagógicos adequados e pelo gerenciamento competente dos recursos humanos e materiais disponíveis, obterem resultados significativos (SCHWARTZMAN, COSSÍO, 2007, p. 61-62).

Para os autores, a mudança é possível. Basta que as políticas sejam articuladas de modo a promover a melhoria da educação básica. Isso não significa aplicar mais um novo modelo o de progressão automática que não resolve o problema, pois, não disponibilizam a qualidade que é necessária.

Conforme Schwartzman, Cossío (2007) as mudanças na educação escolar devem estar associadas a políticas pedagógicas que visem recuperar e reintegrar os estudantes para então encaminhá-los para a progressão. Afirmam ainda que disponibilizar condições de permanência na escola não é o único caminho, e nem o que garantirá a qualidade da educação. Mas poderá ser um caminho possível se estiver amarrado a políticas pedagógicas de recuperação e reintegração destes indivíduos, embora nada fácil para ser percorrido.

¹¹ Para obtenção dos dados sobre o desempenho escolar brasileiro, ver IBGE, censo de 2010

A sociedade não é alheia a todos essa gama de benefícios que a educação proporciona. Contudo, a maneira como a sociedade é conduzida propicia o desestímulo dos jovens para frequentarem a escola: podemos destacar como elementos desestimulantes: pobreza; fator cultural; oportunidade; formas diferenciadas de tratamento; escola sem qualidade e desinteressante, entre outros fatores.

Em síntese, nota-se que, na melhor das hipóteses, a elevação do nível de escolaridade asseguraria uma renda maior, que possibilitaria a diminuição das disparidades sociais. Contudo, a elevação do nível de escolaridade só poderá fazer a diferença se a educação for proporcionada com igualdade a todos que dela necessitam. Isso não quer dizer que aumentar a escolaridade garanta automaticamente aos jovens a diminuição das desigualdades, o ingresso em bons postos de trabalho para que a renda aumente como muitas vezes acredita-se (CASTRO e AQUINO, 2008). Como se sabe esse paradigma é errôneo, e se continuar dessa forma, a educação continuará perdendo em qualidade. Pois, conforme os autores, o incremento na oferta de mão-de-obra qualificada não segue necessariamente o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados.

Segundo Pochmann (2004, p. 389-390), “transformar este círculo vicioso numa relação virtuosa é o grande desafio da sociedade brasileira. Para tanto, a expansão da escolaridade deve ser vista não apenas do ponto de vista da produtividade, mas especialmente da cidadania”.

Nesse sentido, muitos são os desafios a serem enfrentados para que programas educacionais institucionais contemplem a parcela jovem da sociedade. Acredita-se que pesquisas como esta possam contribuir, não só como elementos meramente discursivos, mas também como elementos reflexivos a fim de que uma educação oferecida à juventude possa encontrar meios de modificar a sociedade em que está inserida. Espera-se, também, que a juventude seja compreendida com a devida importância que tem para a promoção do desenvolvimento.

2.4 MULHER, EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Este tópico apresentará um breve retrospecto sobre a evolução da mulher no mercado de trabalho. Pode-se considerar que a inserção efetiva da mão de obra feminina no mercado de trabalho ocorreu no início do século XX. Entretanto, de acordo com Probst (2008), as primeiras ocorrências podem ser constatadas já desde o século XVII, com a constituição do movimento feminista em sua dimensão política.

A autora acrescenta que um marco impulsionador da inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser considerado as deflagrações das duas grandes guerras mundiais, em que de acordo com as constatações da autora, as mulheres eram forçadas a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho, enquanto estes retiravam-se para as frentes de batalha.

Sabe-se, que de acordo com a história, esses acontecimentos provocaram arrasamentos de nações inteiras. Assim, muitas foram as perdas nesse período. Inclusive de grande percentual de homens que lutaram em defesas de suas nações. Probst (2008) acredita que a partir desse marco foi praticamente inevitável a saída das mulheres de suas casas a fim de garantirem a manutenção da família no lugar de seus maridos.

Desta forma pode-se aferir que desde então as conquistas femininas se tornaram cada dia mais evidentes. Entretanto essas conquistas não seguem uma lógica de acontecimentos, ou seja, o fenômeno de introdução feminina no mundo do trabalho, bem como outros benefícios conquistados pelas mulheres não sucederam com a mesma configuração em todos os lugares do globo.

Conforme as observações e os fatos históricos pode-se considerar que nos países desenvolvidos as conquistas profissionais femininas podem ser atribuídas a um amplo movimento de emancipação, o que levou a conscientização social e a quebra do preconceito contra as mulheres. Nos países subdesenvolvidos, seu ingresso no mercado de trabalho ocorreu também em virtude da decadência da instituição familiar composta pelo casal, fazendo com que muitas mulheres se tornassem chefes de família. No caso das mulheres casadas, o aumento do custo de vida, sobretudo nas cidades, a falta de serviços públicos de qualidade e os baixos salários recebidos pelos homens também contribuíram para uma maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Além disso, Probst (2008) lembra que no século XIX, com a materialização do sistema capitalista, diversas mudanças sucederam na produção e na organização do trabalho feminino. Assim, conforme o intenso processo de mecanização e ampliação tecnológica aumentavam, crescia também a necessidade de mão de obra e de acumulação pelo capital. Desta forma diversas atividades industriais passaram a dar preferência às mulheres no desempenho de determinadas funções e grande parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas.

Conforme Hirata e Kergoat (2007), não podemos, entretanto, afirmar que todas as mulheres que se inseriram no mercado de trabalho o fizeram por escolha própria. As autoras acrescentam que nas cidades, repetiu-se o que há tempos acontece no campo, onde o trabalho feminino na lavoura é essencial para o sustento da família. Muitas mulheres dos centros urbanos foram obrigadas a sair de casa por conta das dificuldades econômicas das famílias, que não conseguiam mais se sustentar apenas com o salário do marido. Outras porque foram abandonadas pelos cônjuges, restando exclusivamente a elas o encargo de sustentar os filhos.

Contudo Hirata (2004) conclui que apesar desse importante avanço rumo as conquistas de espaços no mundo do trabalho por escolhas próprias ou por necessidades, considerado até longa data um espaço estritamente masculino, a mulher ainda enfrenta muitas barreiras para consolidação de patamares de igualdades aos homens.

Através da evolução dos tempos modernos as mulheres conquistaram seu espaço. As estatísticas apontam que há mais mulheres do que homens no Brasil. Mostram também que elas vêm conseguindo emprego com mais facilidades e que seus rendimentos crescem a um ritmo mais acelerado que os homens. Mesmo com todas estas evoluções da mulher no mercado de trabalho, ela ainda não está numa condição de vantagem em relação aos homens, pois continua existindo muito preconceito e discriminação, mas principalmente desigualdade salarial entre homens e mulheres (PROBST, 2008, p. 1).

As estatísticas demonstram que a mulher é mais explorada que o homem e, ainda por cima, é vítima de grande violência, tanto física quanto moral (AGOSTINI, 2004).

As mulheres enfrentam sérios problemas com a discriminação. Acabam enfrentando dupla jornada de trabalho, visto que a maioria delas continuou e continua responsável por todas as atividades domésticas, inclusive pela educação dos filhos e, mesmo tendo maiores índices de escolaridade, os salários das mulheres são menores que os dos homens até mesmo se forem desempenhadas as mesmas funções (HIRATA, 2004).

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina, e apesar de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres (PROBST, 2008, p. 7).

Probst (2008) acrescenta que as mulheres sofrem mais do que os homens com o estresse de uma carreira, pois as pressões do trabalho fora de casa se duplicaram nas últimas décadas. Atualmente as mulheres, além de terem de se dedicar a realização do trabalho tanto quanto o homem, acabam por se dedicarem com a mesma intensidade ao trabalho doméstico que, de acordo com Alvarenga (2008), ainda são atividades culturalmente, consideradas femininas. Embora, já se perceba alguns homens participando mais das atividades domésticas, a maior parte continua aos encargos da mulher.

Sorj (2004, apud ALVARENGA, 2008) afirma que no trabalho doméstico (limpeza da casa, lavar e passar roupas, etc.) os maridos dedicam-se em média menos que duas horas e meia por semana, enquanto que as mulheres dedicam-se aproximadamente 28 horas semanais. Acrescenta que em relação aos cuidados com os filhos, os pais despendem em média três horas semanais, enquanto que as mães comprometem mais de 18 horas por semana.

Em relação a esta diferença Sorj (2004, apud ALVARENGA, 2008) acredita ser possível sustentar que quanto melhor for a inserção da mulher no mercado de trabalho e quanto mais elevado for seu nível educacional, menor será a desvantagem de sua posição em relação ao homem na divisão das tarefas domésticas.

Pode-se concluir então, que apesar das grandes conquistas femininas de novos espaços, as mulheres ainda são significativamente discriminadas no mercado de Trabalho de modo geral. Bruschini (1993) já discorria que as mulheres encontravam um leque de oportunidades mais limitado do que o dos homens, maiores barreiras para ocupar cargos de chefia e ganhavam significativamente menos. Pode-se dizer que ainda hoje continuam enfrentando as mesmas barreiras e enfrentando as grandes dificuldades para conseguir conciliar esse novo papel feminino com o de ser mãe, esposa e dona de casa. Apesar de possuírem um perfil, muito diferente daquele do começo do século.

Acrescenta que dessa forma, a mulher, além de trabalhar e muitas vezes ocupar cargos importantes e de grandes responsabilidades, assim como os homens, aglutina as tarefas

domésticas tradicionais. Mas, de acordo com a autora, o grande desafio para as mulheres desse século, é conseguir reverter o quadro da desigualdade salarial entre os sexos.

Assim como essa situação se desenrola nos diversos países do globo, acontece também no Brasil. A participação da mulher no mercado de trabalho também é crescente em relação aos homens no país. Essa evolução brasileira vem sendo constante desde os anos 1960, mas nas últimas décadas acelerou-se (AGOSTINI, 2004).

No entanto, à semelhança de outros países, os rendimentos da mulher são significativamente menores que os da população masculina. Apesar da pequena melhora, Agostini (2004) acrescenta que a remuneração média das mulheres ocupadas, na primeira década do século XXI, representava aproximadamente 70% em relação à dos homens. Essa diferença, de acordo com Probst (2008), pode ser mais evidenciada nas funções menos qualificadas. Em relação às funções mais qualificadas, os rendimentos das mulheres são mais equiparados aos dos homens. Entretanto, conforme a autora, no Brasil, atualmente as mulheres somam aproximadamente 40% da força de trabalho, mas ocupam somente em torno de 25% dos cargos de gerência. Acrescenta que os estudos realizados demonstram que no universo do trabalho as mulheres são ainda mais preferidas para as funções de rotina.

Assim pode-se dizer que, no Brasil, o crescimento do trabalho feminino foi acompanhado da redução média dos salários em razão do aumento da oferta de mão de obra no mercado de trabalho. Isso pode ser considerado, de acordo com a Pnad (2008) uma das explicações para aumentar o espaço das mulheres no mercado de trabalho. Outra explicação conforme a Pnad (2008), é que a média de anos de estudo das mulheres é superior à dos homens.

Agostini (2004, p. 74) afirma que “sob o aspecto da instrução as mulheres já superam os homens”. Hirata (2004) diz que, no Brasil, novas pesquisas demonstram que as mulheres são escolhidas para a maior parte das novas vagas e que coincidentemente, elas têm se preocupado mais com a instrução do que os homens.

Probst (2008) diz que, de acordo com dados da Fundação Seade, em 1994, 35% das mulheres contavam com o ensino médio completo. Ao final da década, esse número chegou a 43%. De acordo com o IBGE, em 2007 a taxa de frequência líquida das mulheres no ensino médio atingia 53,8%, e representava superioridade de 11 pontos percentuais em relação aos homens.

Probst (2008) descreve que pesquisas recentes revelam que em média 30% dos currículos femininos já apresentam mais de dez anos de escolaridade, contra 20% dos currículos

de profissionais do sexo masculino. De acordo com a autora a boa notícia é que as diferenças nos rendimentos, apesar de serem grandes, vem caindo rapidamente e a diferença nos ganhos tende a inexistir em futuro próximo.

Para concluir, em face desse fenômeno, identifica-se uma mudança de valores sociais nos quais as mulheres tomam, cada dia mais, o comando das famílias, e das empresas. Presentemente, os comandantes ainda são na maioria os homens, mas, a participação delas ganha espaços consistentes em áreas que antes era estritamente masculina. Desta forma a mulher, enquanto profissional, passa a ser respeitada. E, para estas, assumir espaços significativos no mercado de trabalho, ou seja, fora de casa, torna-se uma conquista cada vez mais importante. Contudo, seu ingresso no mercado de trabalho pode ser considerado uma vitória. Trata-se de um avanço relativamente lento, porém, materializado. Por fim pode-se dizer que, mesmo onde o avanço das conquistas femininas for significativo, provavelmente ainda será ampliado.

3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR

Santa Terezinha de Itaipu teve a formação de seu território, inicialmente pertencente ao município de Foz do Iguaçu, nos anos de 1943. Nesta época, as famílias pioneiras, fizeram as primeiras ocupações de terras na região, no início, impulsionadas pela exploração madeireira e pela cultura da erva-mate¹². Contudo, somente em 03 de maio de 1982, sob a Lei nº. 7.572, sancionada pelo governador Ney Braga, é que houve a emancipação político-administrativa do município, que recebeu o nome de Santa Terezinha de Itaipu, pela santa padroeira local e por localizar-se próximo a Usina Hidrelétrica de Itaipu (SILVA, 1995).

Localizada no extremo Oeste do Estado do Paraná (ver figura 1), ha aproximadamente 22 km do município de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu faz parte da região de fronteira com o Paraguai e Argentina. O município apresenta-se em uma Latitude (em graus) de 25°25'00''sul e Longitude (em graus) 54°25'00''oeste; em uma altitude de 270 metros a cima do nível do mar.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

Figura 1 – Localização geográfica do município de Santa Terezinha de Itaipu – PARANÁ

¹² Para maior compreensão da história da formação territorial do município e da constituição dos primeiros núcleos populacionais até sua emancipação ver SILVA, Sebastião Francisco da. Na trilha dos pioneiros: Santa Terezinha de Itaipu, 1995.

Santa Terezinha de Itaipu limita-se ao Norte com o Lago de Itaipu; ao Sul com o Parque Nacional do Iguaçu; a Leste com o município de São Miguel do Iguaçu e a Oeste com o município de Foz do Iguaçu. O clima local, conforme classificação de Koppen, é subtropical quente-úmido. A temperatura no município possui uma média de 21°C, com mínima de 10°C e máxima de 32°C.

Quem reside no município recebe o gentílico de *Itaipuense*. O gentílico municipal recebeu em 2010 pelo IBGE uma segunda variação, *Terezinhense*. De acordo com o IBGE alguns lugares recebem até quatro gentílicos diferenciados. Muitas fontes e até mesmo a população local desconhecem essa denominação conhecendo somente o gentílico - Itaipuense-. Entretanto, conforme o IBGE, as duas formas podem ser utilizadas¹³.

Santa Terezinha de Itaipu caracteriza-se como uma cidade de pequeno porte. Sua área de unidade territorial corresponde a 259, 394 km². Em 2010, conforme o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município contava com 20.841 mil habitantes sendo 48,9% homens e 51,1% mulheres, o que representa uma densidade demográfica é de 80,34 habitantes por km² (IBGE, 2010).

¹³ Nesta pesquisa será utilizado, como referência aos moradores do Município de Santa Terezinha de Itaipu, o gentílico *Itaipuense*.

Tabela 1 – Total de homens e mulheres por faixa etária no município de Santa Terezinha de Itaipu-2010

Idade	Total de homens	Total de homens em%	Total de mulheres em %	Total de mulheres
Mais de 100 anos	2	0,00%	0,00%	5
95 a 99 anos		0,00%	0,00%	3
90 a 94 anos	5	0,00%	0,00%	10
85 a 89 anos	21	0,10%	0,10%	26
80 a 84 anos	63	0,30%	0,40%	75
75 a 79 anos	126	0,60%	0,70%	139
70 a 74 anos	206	1,00%	0,80%	174
65 a 69 anos	271	1,30%	1,40%	292
60 a 64 anos	331	1,60%	1,80%	381
55 a 59 anos	417	2,00%	2,20%	453
50 a 54 anos	520	2,50%	2,90%	596
45 a 49 anos	660	3,20%	3,30%	689
40 a 44 anos	783	3,80%	4,10%	845
35 a 39 anos	816	3,90%	4,20%	866
30 a 34 anos	743	3,60%	4,20%	879
25 a 29 anos	799	3,80%	4,10%	863
20 a 24 anos	865	4,20%	4,30%	889
15 a 19 anos	1.025	4,90%	5,00%	1.052
10 a 14 anos	1.033	5,00%	4,50%	933
5 a 9 anos	767	3,70%	3,70%	765
0 a 4 anos	744	3,60%	3,40%	709
Total	10.197			10.644

Fonte: IBGE: Censo demográfico, 2010.

De acordo com a tabela 1, a população municipal está distribuída de forma a benéfica sob o ponto de vista econômico, pois apresenta a maior parcela populacional concentrada no corpo da pirâmide etária. Isso significa que o município dispõe de maior população em idade ativa que dependentes como idosos, jovens e crianças.

A figura 2, a seguir, representa visualmente esta concentração populacional. Conforme a figura, verifica-se que as faixas etárias entre 15 e 69 anos concentram a maior parte da população municipal.

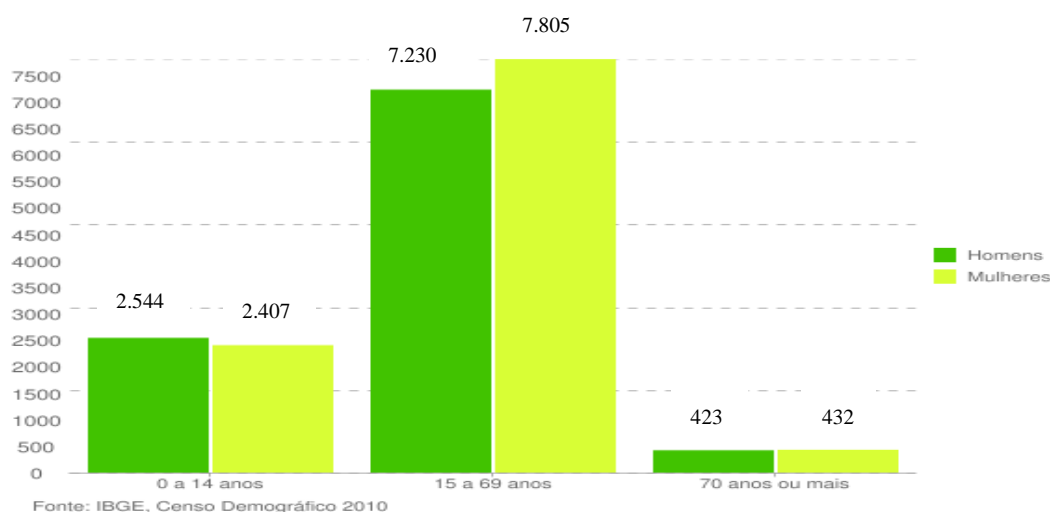


Figura 2 – Distribuição de homens e mulheres por faixa etária no município de Santa Terezinha de Itaipu-PR no ano de 2010

Contudo, ao observar a tabela 1, pode-se aferir que existe uma tendência de redução do crescimento natural da população de Santa Terezinha de Itaipu que é possível perceber ao observar as reposições populacionais das faixas etárias de 0 a 9 anos. Ao comparar a quantidade de habitantes na faixa etária de 10 a 14 anos com a de 5 a 9 anos percebe-se uma redução de 434 pessoas, ou seja, temos uma redução de mais de 22% de pessoas. E, na sequência, em comparação entre as faixas etárias de 10 a 14 anos com a de 0 a 4, tem-se uma redução populacional ainda maior. Representando 513 pessoas a menos, correspondendo a uma diminuição de mais de 26% da população municipal.

A tabela 2, apresenta também algumas outras variáveis que ajudam a formar o perfil do município de Santa Terezinha de Itaipu, exibe ainda a comparação dos dados municipal com os dados do Estado do Paraná, conforme o censo do IBGE para o ano de 2010.

Tabela 2 – Características populacionais, geográficas e econômicas do município de Santa Terezinha de Itaipu em comparação com o estado do Paraná, conforme o censo de 2010

Indicadores	Santa Terezinha de Itaipu	Paraná
População	20.841	10.444.526
Área da unidade territorial (Km ²)	259,394	199.316,69
Densidade demográfica (hab/Km ²)	80,34	52,4
Eleitorado	14.569	7.121.257
Valor do Fundo de Participação dos Municípios – FPM	8.528.199,38	3.143.293.747,03
Casamentos registrados no ano - lugar do registro	75	58.769
Separações judiciais - concedidas no ano - em 1ª instância - sem recursos	0	3.031
Separações por escritura pública - tabelionatos de notas	0	1.065
Divórcios - concedidos no ano - em 1ª instância - sem recursos	0	8.878
Divórcios por escritura pública - tabelionatos de notas	8	7.722
Incidência da Pobreza	42,04%	39,07%

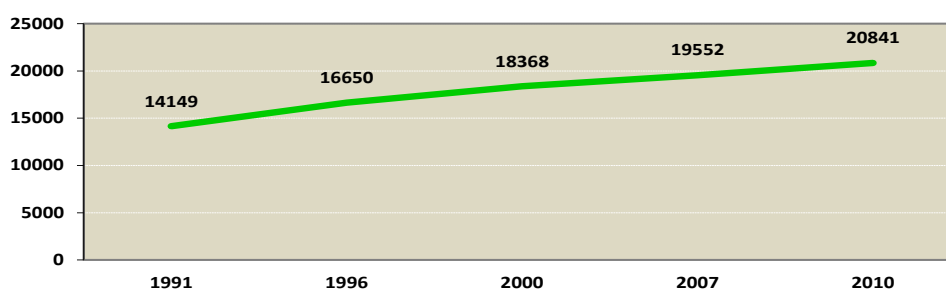
Fonte: As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Educação e do Desporto - INEP/MEC; Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Banco Central do Brasil - BACEN/MF, Estatística do Registro Civil de 2010. Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda - STN/MF. Rio de Janeiro: IBGE 2012.

De acordo com a tabela 2, O município representa apenas 0,2 % da população total do Estado do Paraná, e, ao se levar em conta a população do País que corresponde a aproximadamente 197 milhões de habitantes esse percentual chega a aproximar-se de somente 0,01% da população total do país. As áreas territoriais se mostram em percentuais parecidos, ou seja, a área de unidade territorial de Santa Terezinha de Itaipu, disposta na tabela, é de 259,394 Km² o que corresponde a apenas 0,13% da área territorial do estado do Paraná, e, somente 0,003% da área territorial do Brasil.

Entretanto, ao considerar essas demarcações das áreas territoriais fixas de ambos e de suas respectivas populações que são variantes, e calcular a densidade demográfica de cada um, verificar-se-á que elas são densidades demográficas muito distintas. De tal modo, o município de Santa Terezinha de Itaipu, demonstrará uma densidade demográfica, ou seja, o número de habitantes por Km², relativamente alta (80.34) ao compara-la com a densidade demográfica do Estado (52,40 hab/ Km²). E, muito alta ao compara-la com a densidade demográfica do País (23,12 hab/ Km²). Isso indica que, o fato de o Estado apresentar maior população e de o Brasil ser tão populoso, não significa, necessariamente, que ambos sejam

povoados em todas as suas extensões. Isso representa que Santa Terezinha de Itaipu, diferentemente do Estado e do País, pode ser considerada pouco populosa, porem, povoada.

O gráfico 1 demonstra a evolução populacional local. Nela pode-se verificar que o povoamento no município acontece de maneira relativamente rápida.



Fonte: IBGE, censos de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010.

Gráfico 1 – Evolução da população residente do município de Santa Terezinha de Itaipu-PR

O gráfico 1 exibe que o município de Santa Terezinha do Itaipu apresentou um crescimento populacional de aproximadamente 47,3% entre os anos de 1991 até 2010. Isso indica que nas últimas duas décadas o incremento populacional foi de quase 50% a mais. Se esse ritmo continuar, o município apresentará, em 2030, uma densidade demográfica mais significativa ainda, de aproximadamente 120 habitantes para cada km².

Entretanto, o incremento populacional que de acordo com as projeções demográficas realizadas pelo IBGE, poderá acontecer até os anos de 2050, pode ser considerado benéfico sob o ponto de vista econômico e também político. Do ponto de vista econômico acontece por apresentar uma janela de oportunidades em relação a grande concentração de população economicamente ativa na total da população local. Do ponto de vista político por poder contar com um aumento significativo do numero de eleitores, que de acordo com a tabela 2 é de atualmente 14.569 votantes. Já representando mais de 69% da população municipal, com perspectiva de aumento.

A tabela 2 traz ainda outras informações caracterizando o perfil municipal. Ela retrata os aspectos relativos a união civil dos habitantes; demonstra o percentual de incidência de

pobreza no município em comparação com o estado do Paraná e por fim apresenta ainda a informação do valor do fundo de participação dos municípios que estado e município recebem.

De acordo com a tabela 2, no ano de 2010 houve, no município, 75 casamentos¹⁴ registrados – o que indica que apenas 0,3% da população Itaipuense passou pelo processo de união legal conforme os registros efetuados no ano de 2010. Média inferior aos casamentos registrados em todo o Território do estado do Paraná (0,5), porém não tão distinta.

Quanto às separações de modo geral, compreendendo as Separações judiciais, as separações por escritura pública, Divórcios e os Divórcios por escritura pública, houve apenas oito registros. Ou seja, houve apenas oito divórcios no município de Santa Terezinha de Itaipu, sendo estes registrados por escritura pública¹⁵. Isso significa que do total de habitantes do município apenas 0,03% aproximadamente realizaram o ato. Esse padrão difere do Estado do Paraná, que de acordo com a tabela apresentou um percentual de 0,2% de registros, entre separações judiciais (0,03%), separações por escritura pública (0,01%), divórcios (0,09%) e divórcios por escritura pública (0,07%). Dados que de maneira geral podem estar sugerindo que, apesar da pouca diferença dos percentuais de comparação entre as uniões legais bem como suas dissoluções legais entre o município e o Estado, no município há uma constância maior de uniões legais e uma frequência menor de separações e divórcios. Podendo estar demonstrando que a população do município ainda valoriza muito a questão cultural da formação das famílias seguindo os preceitos, religiosos ou não, do casamento, bem como sua permanência.

Continuando a observação das informações presentes na tabela 2, observa-se outra característica relevante do município de Santa Terezinha de Itaipu a ser notada – a incidência

¹⁴ De acordo com IBGE, casamento é o processo pelo qual é constituída a relação legal entre um homem e uma mulher.

¹⁵ Divórcio é a dissolução do casamento, ou seja, a separação do marido e da mulher, conferindo as partes o direito de novo casamento civil ou religioso com efeito civil e/ou outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país. Lugar de ação do processo é a localização geográfica da Vara de Família, Foro ou Vara Cível onde se deu entrada à petição do divórcio. A ementa constitucional de número 9, de 28 de junho de 1997, permitiu a instauração do divórcio no Brasil e a lei número 6.515, de 26 de dezembro de 1997. A partir de 2007, com a lei 11.441, os tabelionatos de notas passaram a fazer separações e divórcios por escritura pública (a condição é que seja consensual e não tenham filhos menores de idade ou incapazes) Ou seja, a Lei permite ao cidadão escolher entre praticar o ato no Judiciário ou em cartório. IBGE, Rio de Janeiro, 2012.

da pobreza no município¹⁶. Pode-se considerar que é a segunda faixa de incidência mais alta do estado (42,04%), de acordo com o mapa de pobreza e desigualdades que retrata a incidência de pobreza no estado do Paraná registrado pelo IBGE, conforme o censo demográfico de 2010. Esta situação indica uma incidência de pobreza e desigualdade significativamente maior que as incidências gerais de pobreza do estado em que se localiza que corresponde a 39,07%. Taxa considerada, pela representação cartográfica realizada pelo órgão, a mais baixa em relação aos índices de pobreza e desigualdades dos estados brasileiros.

Isso deve ser levado em conta pelos órgãos públicos locais responsáveis por políticas de desenvolvimento. Que devem considerar que a pobreza e as desigualdades sociais são recorrentes no município. Deste modo, mesmo o município apresentando um PIB per capita relativamente bom (12.415,06 mil reais, de acordo com o quadro 01 a seguir), e contar com a contribuição do fundo de participação dos municípios de 8.528.199,38, disposto na tabela 2, pode-se perceber que não há investimentos significativos que atendam as particularidades locais de desigualdades socioeconômicas. Pode-se acreditar que, de acordo com as informações obtidas através do censo de 2010, não há participação equânime da renda obtida pelos habitantes do município. Assim, considera-se que a renda municipal encontra-se concentrada. Podemos verificar alguns dados referente a economia municipal no quadro 1.

16 O IBGE classifica a incidência de pobreza no estado cartograficamente usando a convenção cartográfica de cores. Assim, na análise, as tonalidades utilizadas variam em tons de cores mais claros, para os locais onde a incidência de pobreza forem menores, e, mais escuro, aumentando gradativamente, nos locais onde a incidência de pobreza e desigualdades forem maiores. Dessa forma as cores representam os percentuais de pobreza de 37,29% a 40,61%; de 40,61% a 43,93% e de 43,93% a mais de 55,66%. Sendo o primeiro percentual o das localidades com menor incidência e o último o das localidades com maiores incidências de pobreza e desigualdades.

Santa Terezinha de Itaipu – PR: Produto Interno Bruto dos Municípios 2008	
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	28.450 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	32.773 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	173.986 mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	19.784 mil reais
PIB a preços correntes	254.993 mil reais
PIB per capita a preços correntes	12.415,06 mil reais

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA.

Quadro 1 – Produto Interno Bruto a preços correntes do município de Santa Terezinha de Itaipu – PARANÁ, para o ano de 2008

Fazendo referência as particularidades econômicas do município de Santa Terezinha, Silva (1995) descreve que o município tem sua aptidão primária voltada para a agricultura, com o plantio de soja, milho e trigo, pois, suas terras roxas, planas e mecanizadas, adaptam-se perfeitamente às culturas de clima tropical. Entretanto na atualidade o setor que mais contribui para o crescimento do PIB municipal é o setor de serviços. Conforme o IBGE, o setor de prestação de serviços, que inclui o setor de comércio municipal, é responsável por mais de 68% do PIB do município (ver quadro 1).

Os outros setores contribuem em percentuais menores. O PIB da agropecuária representa 11,16% do valor do PIB do município. O valor do PIB da indústria representa 12,85% do valor do PIB do município. Esses números mostram de forma quantitativa a superioridade dos setores de prestações de serviços que, conforme já descrito, no parágrafo anterior, contribui, sozinho com o percentual 68,23% do PIB municipal. Enquanto que os outros setores, somados ainda aos impostos sobre os produtos líquidos de subsídios a preços correntes, apresentam um valor adicionado bruto de pouco mais de 81 mil reais e juntos representam apenas 31,77% do PIB do município.

Desta forma pode-se aferir que, atualmente, a economia municipal tem sido mais agraciada com as contribuições dos setores dos serviços que inclui as outras atividades ligadas também ao setor de comércio. Pode-se considerar também que em Santa Terezinha de Itaipu, as contribuições significativas no PIB municipal dos setores relacionados aos serviços podem estar contribuindo beneficemente para a economia municipal. Pois, o setor econômico do município apresenta um superávit com receitas maiores que despesas orçamentárias.

De acordo com as informações gerais do censo de 2010, realizado pelo IBGE, a economia local apresenta receita de 34.197.829 e despesas de 28.065.496, ou seja, as receitas

municipais correspondem a 20,24% a mais de saldo do que as despesas orçamentárias. O município também se equipara aos padrões do estado do Paraná na evolução desses índices. O estado apresentava suas receitas orçamentárias no mesmo período de comparação com o município de 20,15% a mais que as despesas orçamentárias.

Outras particularidades do município de Santa Terezinha de Itaipu apresentam-se na tabela 3 a seguir, que traz informações referentes aos estabelecimentos de saúde municipais, a morbidade hospitalar, nascidos vivos e óbitos registrados, de acordo com as informações do Censo de 2010.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos de saúde, morbidade hospitalar, nascidos vivos e óbitos registrados no município de Santa Terezinha de Itaipu em comparação com o estado do Paraná, conforme o censo de 2010

Indicadores/Variáveis	Santa Terezinha de Itaipu	Paraná
Estabelecimentos de saúde Federais	0	15
Estabelecimentos de saúde Estaduais	0	46
Estabelecimentos de saúde Municipais	6	2.912
Estabelecimentos de saúde Privados	3	2.806
Morbidade hospitalar – Homens	3	15.708
Morbidade hospitalar – Mulheres	2	12.123
Nascidos vivos - registrados - lugar do registro	245	154.517
Óbitos - ocorridos no ano - lugar do registro	64	67.013

Fonte: As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas- INEP e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde - DATASUS/MS. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

Pode-se aferir, de acordo com as informações dispostas na tabela 3, que o sistema de saúde municipal, em sua maioria, é fomentado pelo próprio município. Santa Terezinha de Itaipu, conta com seis estabelecimentos de saúde Municipal, o que representa 66,7% dos estabelecimentos de saúde no Município. Os outros 33,3%, que compreendem a três estabelecimentos, são privados. No Estado do Paraná, a maioria dos estabelecimentos de saúde, também é estadual, representando um índice de 50,4% dos estabelecimentos do Estado. Os setores privados representam os outros 48,6% restantes.

Pode-se avaliar que o município conta com um sistema de saúde pública competente quanto ao atendimento da demanda populacional local se for comparado com os municípios vizinhos. Fato que se comprova pela procura do SUS municipal por muitos moradores de Foz do Iguaçu e de São Miguel do Iguaçu, Medianeira e até mesmo do país vizinho o Paraguai.

A morbidade hospitalar, entre os homens, é relativamente alta, ao se comparar os percentuais Nacionais e Estaduais com o Municipal. Santa Terezinha de Itaipu representou uma morbidade hospitalar masculina de 66,7%, enquanto que o Estado apresentou um índice de 57,5% e o Brasil 54,9% (Ver tabela 3). Quanto às mulheres, se comparar as informações, levando em conta os dados do município, do estado e do país, verificar-se á, que a média nacional (54,9%) supera a do estado (42,5%) e a do Município (33,3%).

Além de se perceber um aumento cresecente de mulheres participando do percentual de trabalhadores no município, observa-se que o número de óbitos femininos é a metade dos óbitos masculinos. E ainda, de acordo com Probst (2008), a frequência escolar feminina, bem como a elevação do nível de escolaridade delas é superior ao dos homens.

A tabela 4 a seguir mostra os dados relativos à educação no município de Santa Terezinha de Itaipu.

Tabela 4 – Número de escolas, docentes e matriculas no município de Santa Terezinha de Itaipu em comparação com o Estado do Paraná, conforme o Censo de 2010

Indicadores/Variáveis	Santa Terezinha de Itaipu	%	Paraná	%
Escolas de pré-escola	12	42,9	3.911	33,3
Escolas de ensino fundamental	11	39,3	6.119	52,1
Escolas de ensino médio	5	17,9	1.713	15,6
Docentes na pré- escola	38	11,5	11.330	8,9
Docentes no ensino fundamental	203	61,5	82.217	64,2
Docentes no ensino médio	89	27,0	34.457	26,9
Matrículas na pré escola	567	10,7	181.554	7,8
Matrículas no ensino fundamental	3.683	69,3	1.677.128	71,9
Matrículas no ensino médio	1.063	20,0	474.114	20,3

As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Ministério da Educação e do Desporto - INEP/MEC. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

Silva (1995) descreve que no ano de 1966, começou no município de Santa Terezinha de Itaipu, o processo de escolarização de 5ª a 8ª série, conhecido, antigamente, como ginásio. Em 1977, foi criado o curso de 2º grau, hoje ensino médio. Na atualidade tem-se no município, doze instituições que ofertam a pré-escola; onze que ofertam o ensino fundamental e cinco instituições que oferecem o ensino médio.

O município se difere bastante do Estado. E, neste caso, acredita-se ser relevante a comparação também com o Brasil. Tanto no Paraná quanto no Brasil, a maioria dos estabelecimentos de ensino oferta o ensino fundamental. No Brasil são 53,5% dos estabelecimentos e no Estado são 52,1% dos estabelecimentos de ensino ofertando o ensino fundamental. Em Santa Terezinha de Itaipu o ensino fundamental é o segundo mais ofertado. Disponibilizado, por apenas, 39,3% das instituições de ensino municipais.

A segunda maior oferta, das instituições de ensino no Brasil, que representam 37,4%, é para o ensino médio. Entretanto, tanto no estado do Paraná, como em Santa Terezinha de Itaipu esta é a modalidade que menos dispõe de estabelecimentos de ensino. No Paraná, as escolas que oferecem o ensino médio representam 15,6% das instituições de ensino. Em Santa Terezinha de Itaipu as escolas que oferecem essa modalidade de ensino representam 17,9%.

Já em relação à pré-escola, a diferença é mais significativa ao se relacionar os três parâmetros, Município Estado e País. Em Santa Terezinha de Itaipu, a maioria dos estabelecimentos de ensino, 42,9% dos estabelecimentos, oferecem a pré-escola, enquanto que no Estado, somente 33,3% das instituições, oferecem essa modalidade de ensino. O Brasil apresenta o menor percentual de oferta de estabelecimentos com a pré-escola. Apenas 9,1% das instituições brasileiras oferecem o ensino pré-escolar. Essas variações de ofertas de modalidades de ensino demonstram que, em Santa Terezinha de Itaipu, existe uma maior preocupação em se ofertar o ensino pré-escolar. Entretanto o maior número de matrículas do município bem como a maior concentração de docentes é do ensino fundamental, seguido do ensino médio e, por último, a pré-escola (ver tabela 4).

Ao se observar o número de matrículas realizadas no município e no estado, de acordo com as informações presentes na tabela 4, e também considerar a matrículas escolares realizadas no mesmo período no Brasil, percebe-se, que nesta variável, existe uma semelhança. O número de matrículas no ensino fundamental, tanto no município (69,3%), quanto o Estado do Paraná (71,9%) e no Brasil (79,2%) é o mais representativo.

Já em relação as matrículas nas modalidades de ensino fundamental e médio percebe-se uma semelhança nos dados entre o município de Santa Terezinha de Itaipu e o estado do Paraná e uma diferença entre os dados do Brasil. No Estado do Paraná tem-se 20,3% dos alunos matriculados no ensino médio e em Santa Terezinha de Itaipu 20,0% dos alunos matriculados são para este nível de ensino. No Brasil, de modo geral, esse nível de ensino

apresenta uma quantidade significativamente inferior de matrículas. Seu percentual é de aproximadamente 1% das matrículas do país.

A quantidade de docentes é semelhante de acordo com as proporções destes nas modalidades de ensino-pré-escolar, fundamental e médio. Na pré-escola é a menor, tanto no Paraná (8,9%) quanto em Santa Terezinha de Itaipu (11,5%). No ensino fundamental a quantidade de docentes é a mais representativa, tanto no Paraná (61,5%) quanto em Santa Terezinha de Itaipu (64,2%). O ensino médio concentra 27% dos docentes do município e 26,9% dos docentes do estado. Ao se considerar os docentes do Brasil, percebe-se que o ensino médio é o que menos concentra docentes, 11,5%. No país a modalidade de ensino que mais concentra os docentes é o ensino fundamental 66,5%, assim como o município e o estado. A pré-escola concentra 22,1% dos docentes brasileiros.

Desta forma pode-se concluir, sobre as informações dos estabelecimentos de ensino, das matrículas escolares e do total de docentes que Santa Terezinha de Itaipu, possui uma realidade contraditória, ou seja, o município dispõe de mais escolas oferecendo o ensino pré-escolar. Porém, possui um número maior de docentes e de matrículas no ensino fundamental. Respectivamente, o município apresenta o menor número de docentes, e o menor número de matrículas no ensino pré-escolar. Concomitantemente, o segundo maior número de matrículas e de docente no município é para o ensino médio, mas, o município possui o menor número de estabelecimentos escolares oferecendo esta modalidade de ensino. Isto pode indicar falta de planejamento para organizar o sistema educacional municipal.

Por fim, pode-se concluir este tópico, com a expectativa de que as informações nele dispostas sejam relativamente satisfatórias para apresentar um pouco das peculiaridades referentes ao perfil do município escolhido para realização desta pesquisa – Santa Terezinha de Itaipu. No tópico seguinte, será apresentado a realidade das jovens trabalhadoras- mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos – objetos de estudo nesta dissertação, de acordo com suas representatividades nos setores de comércio e de serviços, também delimitados para este estudo.

3.1 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO EM SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

Este subitem demonstrará a evolução do total de mulheres nos setores de comércio e serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, entre os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010. O objetivo deste tópico é justificar a escolha da delimitação deste estudo pelos setores – de comércio e de serviços públicos - no município.

Destaca-se que em Santa Terezinha de Itaipu, existe um considerável número de jovens – mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos – que trabalham nestes setores e conciliam este trabalho formal com os estudos.

Muitos estudos demonstram que o fator trabalho torna-se um agravante para a continuidade dos estudos pelos jovens. Essa realidade pode ser observada em Santa Terezinha de Itaipu. Entretanto, através de observações primárias da realidade no município¹⁷, percebe-se que é significativo a quantidade de mulheres, com o perfil determinado para este estudo, que voltaram, estudam ou pretendem voltar a freqüentar os bancos escolares, mesmo estando trabalhando. Algumas mulheres relatam que conciliam os estudos com o trabalho, pois acreditam que este é importante para que sua vaga seja garantida. Outras acrescentam que o trabalho foi um fator influenciador na decisão por voltar a estudar. Algumas mulheres constataam que existem muitas dificuldades em conciliar ambos, entretanto, reconhecem que é necessário o estudo até mesmo para um melhor rendimento no trabalho, e que apesar dessas dificuldades, vão tentar conciliar. Contudo, se tiverem que escolher, a priori, ficarão com o trabalho, pois dele depende a complementação da renda familiar.

Sendo assim, através dessa observação, verificou-se que muitas jovens solteiras trabalham para não dependerem dos pais financeiramente, também para evitar que os pais comprometam parte da renda familiar com elas. As jovens que não moram com os pais, por

17 Pelo fato de a pesquisadora ser moradora local há mais de 20 anos, ter trabalhado nos setores de comércio e de serviços, e ainda trabalhar no município como professora dos anos finais do ensino fundamental e médio, houve a vantagem da existência do conhecimento prévio de diversos moradores locais, mais especificamente das jovens entrevistadas. Este fator permitiu a pesquisadora, uma maior proximidade com as trabalhadoras e a liberdade de se travar conversas informais com os proprietários das empresas e com as trabalhadoras locais, permitindo um conhecimento prévio da realidade local.

sua vez, trabalham para se manterem e para contribuir com as despesas de casa, sustentar seus filhos e ajudar o parceiro com as despesas familiares.

Desta forma, a incrementação da mão de obra feminina nos diversos setores do mercado de trabalho, em Santa Terezinha de Itaipu, assim como nos diversos países do globo, passou a aumentar consideravelmente nas últimas décadas, como já foi descrito no capítulo 3 desta dissertação. A tabela 5 apresenta a evolução do total de mulheres nos setores de comércio e serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, entre os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010, por faixa etária. Apresenta também um comparativo entre os setores de Comércio e de Serviços e o total de mulheres formalmente empregadas nos Grandes setores do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A RAIS–MTE – Relação anual de informações Sociais – Ministério de Trabalho e Emprego.

Tabela 5 – Total de mulheres por faixa etária, nos setores de comércio e serviços em comparação com os grandes setores do IBGE, no município de Santa Terezinha de Itaipu-PR entre os anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010

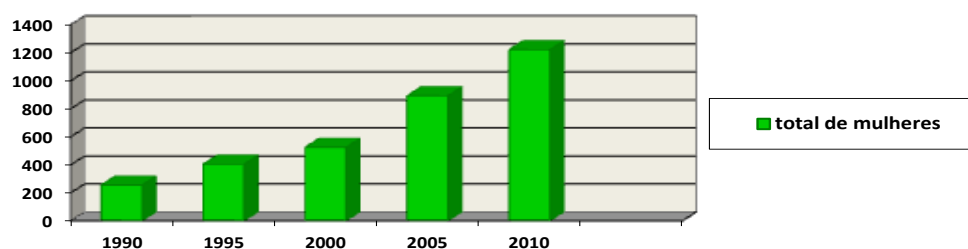
Períodos	Setores	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Ign.	Total-Comércio e Serviços	Total-Grandes Setores*
1990	Comércio	0	5	16	12	11	3	0	0	0	47	256
	Serviços	0	4	13	24	28	7	4	0	119	199	
1995	Comércio	1	7	20	6	14	5	1	0	0	54	405
	Serviços	0	6	52	69	129	57	17	0	0	330	
2000	Comércio	1	8	38	11	20	12	3	0	0	93	525
	Serviços	0	3	50	63	146	91	32	0	0	385	
2005	Comércio	0	7	80	37	38	23	10	0	0	195	893
	Serviços	0	4	59	118	248	151	49	0	0	629	
2010	Comércio	0	7	96	66	84	48	23	0	0	324	1222
	Serviços	0	4	69	81	260	250	95	0	0	759	

Fonte: Elaborado pela autora. Dados compilados de Rais-MTE, 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.

*Os grandes Setores, conforme o IBGE são cinco: Indústria; Construção civil; Comércio; Serviços e administração pública; Agropecuária, extrativismo vegetal caça e pesca.

Os dados dispostos na tabela 5 demonstram quantitativamente que, com o passar dos anos houve um incremento considerável no número de mulheres no setor formal em ambos os setores. Contudo, o destaque dado aos setores de comércio e serviços se dá em função de, no município de Santa Terezinha de Itaipu, estes concentrarem a maioria das mulheres do setor formal. Ao observar os totais de mulheres nos grandes setores e nos setores de comércio e de serviços somados, percebe-se essa superioridade de participação quantitativamente. No ano de

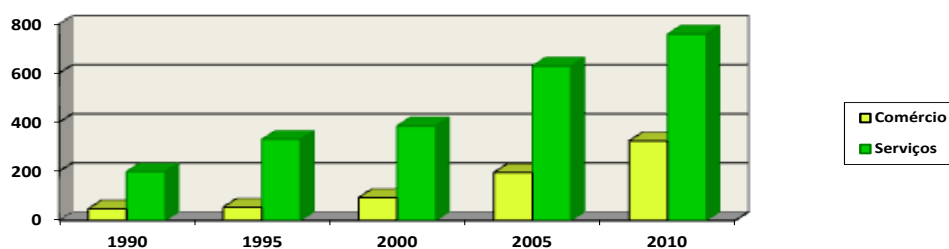
1990, os setores formais de comércio e serviços eram responsáveis por 96,1% das mulheres contratadas por todos os grandes setores, conforme o IBGE. No ano de 1995, essa contribuição era maior ainda, correspondendo a 94,8% das mulheres. Já no ano de 2000, os setores formais de comércio e serviços eram responsáveis por 91% das mulheres contratadas por todos os grandes setores, conforme o IBGE. E, em 2005, concentravam 92,3% dessas contratações. Apenas no ano de 2010 é que houve uma diminuição desse percentual, entretanto a superioridade de contratações de jovens, em relação aos outros grandes setores, era de 88,6%. Os gráficos 2 e 3, destacam de forma mais visual, a evolução desse crescimento entre os anos mencionados.



Fonte: Elaborado pela autora. Dados compilados de RAIS-MTE.

Gráfico 2 – Evolução do total de mulheres formalmente empregadas nos grandes setores do IBGE no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR.

Observa-se, conforme a observação dos dados dispostos no gráfico 2 e na tabela 5, que do total de mulheres, houve, nos grandes setores do IBGE, um crescimento a cada quinquênio em relação ao ano de 1990, de 158,2%, 205,1%, 348,8%, 477,3%, respectivamente. Variação esta, que segue os padrões nacionais de inserção da mulher no mercado de trabalho, muito enfatizados no trabalho de Hirata (2004).



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados compilados de Rais-MTE

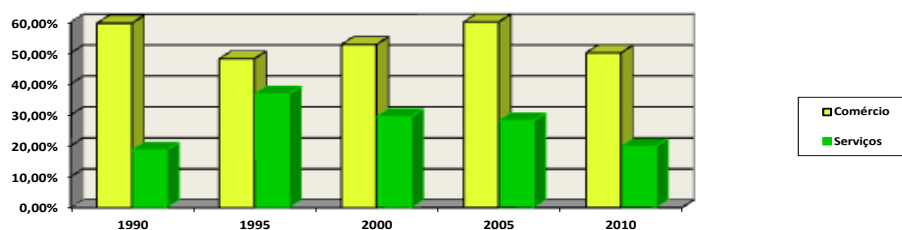
Gráfico 3 – Variação do crescimento do número total de mulheres formalmente empregadas nos setores de comércio e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR

Ao se comparar os percentuais de contratação dispostos no gráfico 3, ver-se-á que aparentemente, o setor de serviços no município é o maior concentrador das trabalhadoras formalmente contratadas além de, aparentemente, apresentar um crescimento superior ao setor de comércio. Entretanto, ao se observar o percentual da variação do crescimento entre os dois setores para os anos analisados, destaca-se a evolução surpreendente do setor de comércio, com um incremento, do ano de 1990 para os anos de 1995, 2000, 2005 e 2010, de 114,9%; 197,9%; 414,9% e 689,4% respectivamente. Ao passo que o setor de serviços apresentou para os mesmos anos, um crescimento de 165,8%; 193,5%; 315,1% e 381,4% respectivamente. Esses dados representam que houve um crescimento, de mulheres contratadas, no setor de comércio de 308% maior do que no setor de serviços.

O diferencial da superioridade do crescimento das contratações no setor de comércio em relação ao setor de serviços também pode ser percebido ao se analisar a evolução dos dois setores por faixa etária. Pode-se perceber uma variação significativamente superior quanto à contratação de jovens mulheres, na faixa etária de 18 a 29 anos pelo setor de comércio (gráfico 3).

O gráfico 4, apresenta o percentual do crescimento das contratações formais de jovens – mulheres com faixa etária entre 18 e 29 anos – em relação ao total de mulheres em sua

diversidade geral contratadas pelos setores de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu nos anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor. Dados compilados de Rais-MTE

Gráfico 4 – Variação do crescimento do número de mulheres formalmente empregadas na faixa etária entre 18 e 29 anos nos setores de comércio e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu, PR. (%)

Pode-se observar de acordo com as informações presentes no gráfico acima que o setor de comércio passa a exercer superioridade quanto às contratações nesta faixa etária. As porcentagens de mulheres contratadas entre 18 e 29 anos em relação ao total de mulheres do setor respectivo são sempre superiores no setor de comércio.

Do total das mulheres contratadas, por exemplo, no ano de 1990, pelo setor do comércio (47 mulheres), 59,6% estava com idade entre 18 e 29 anos. Já no setor de serviços, no mesmo ano, das 199 mulheres contratadas, 18,6% estava entre a faixa etária de 18 e 29 anos. No ano de 1995 o setor de comércio apresentava um total de 26 mulheres contratadas. Destas 48,1% estavam com idade entre 18 e 29 anos. Já no setor de serviços, das 121 que constavam e 1995 contratadas, apenas 36,7% estavam com esta faixa etária.

Do total das mulheres contratadas, no ano de 2000, pelo setor do comércio (49 mulheres), mais da metade, ou seja, 52,7% delas estava com idade entre 18 e 29 anos. No setor de serviços, no mesmo ano, das 113 mulheres contratadas, 29,4% estava entre a faixa etária de 18 e 29 anos.

Mesmo com um contingente total de mulheres menor que o setor de serviços, o comércio também ultrapassa o setor de serviços em relação ao crescimento das contratações de mulheres com 18 e 29 anos, nos anos de 2005 e 2010. No ano de 2005, no setor de comércio, 60% das mulheres contratadas estavam na faixa etária de 18 e 29 anos. E, no ano de

2010, continuava com a metade, ou seja, 50% do total das mulheres contratadas desse setor estavam também com idade entre 18 e 29 anos. Enquanto que no setor de serviços no ano de 2005, somente 28,1% das mulheres contratadas estava na faixa etária de 18 e 29 anos. E, no ano de 2010, apenas 19,8% do total das mulheres contratadas desse setor estavam com idade entre 18 e 29 anos.

Os anos comparativos para a variação do crescimento foram determinados propositalmente. A década de 1990 apresenta-se como o marco inicial da participação feminina no mercado de trabalho, marcando uma pequena participação, mas já evidenciando tendências de transformações no perfil masculino dos trabalhadores (SOARES e IZAKI, 2002). O ano de 1995 (pós-plano real) representou uma reorganização produtiva, na qual a mulher começa a ter seu papel destacado e os anos seguintes pela crescente participação feminina nos postos de trabalho (PROBST, 2008).

Neste sentido, pode-se concluir esta revisão destacando a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, justificando a escolha da delimitação do tema por analisar a relação deste com a educação. Na sequência adentra-se no último capítulo dessa dissertação que procurará apresentar as realidades dessas trabalhadoras formalmente contratadas pelos setores de comércio e de serviços com faixa etária entre 18 e 29 anos, em Santa Terezinha de Itaipu.

Espera que este estudo a seguir possa contribuir para uma melhor evidência das realidades dessas jovens, bem como responder a questão de estudo e atender aos objetivos propostos neste trabalho que se concentram em estudar as relações materializadas - jovens e o mercado de trabalho – assim demarcado por ser um ponto indissociável entre trabalho e educação formal.

4 APROXIMAÇÃO DESCRITIVA, ANALÍTICA E CRÍTICA DOS SUJEITOS PESQUISADOS

A presente pesquisa empírica, determinada por dados primários e secundários, pautou-se em desvendar as conexões que aparecem nas singularidades dos objetos em sua forma imediata.

Preocupada em revelar as determinações coletadas por meio do instrumental – questionário –, elegeu-se os sujeitos da pesquisa conforme já apresentado na introdução desta dissertação. Os sujeitos dessa pesquisa restringem-se as trabalhadoras do sexo feminino. O total da amostra, em sua dimensão universal, é de 100 mulheres com idade em intervalo de 18 a 29 anos, que, pela indicação do IBGE, em suas pesquisas, entende esse intervalo da faixa etária correspondente à população de jovens. Além desse determinante, esses sujeitos estão formalmente contratados em empresas dos setores de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu. Destaca-se que, dos 100 questionários distribuídos e recolhidos pessoalmente¹⁸, voltaram 98. Destas 98 jovens trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu entrevistadas, 55 são solteiras e 43 são casadas.

Para aproximar a finalidade da pesquisa e o que se conseguiu materializar verificar por meio de dados primários, seguem algumas indicações em que se apresentam os dados coletados, sua descrição e uma aproximação analítica das determinações possíveis que conseguimos revelar. Nessas indicações, levando em conta o total das informações coletadas e sistematizadas, apresenta-se tabelas, agrupadas por conteúdos categoriais, conforme o processo de compreensão que a pesquisadora entendeu ser cêntrica em responder ao problema da pesquisa e aos objetivos traçados.

¹⁸ Ressalta-se que, conforme os dados iniciais coletados junto a RAIS-MTE em Santa Terezinha de Itaipu, em dezembro de 2011, contava-se que 316 mulheres com esse perfil estavam vinculadas profissionalmente aos setores de comércio e de serviços da administração pública. Esses dados correspondem a 33% do total dessas mulheres.

4.1 AS TRABALHADORAS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU EM QUESTÃO: UMA APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE CONCRETA DESSAS MULHERES

O primeiro eixo a ser tratado, considerando a realidade dos sujeitos entrevistados, objetiva-se a respeito da situação do vínculo profissional das jovens nas atividades laborais que desenvolvem nas empresas dos setores de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu/PR.

A observação das condições trabalhistas das jovens Itaipuenses pautou-se: (i) na função desempenhada pelas mulheres nas empresas; (ii) o salário mensal recebido para desempenhar a atividade laboral que exercem; (iii) na participação de sindicatos trabalhistas; (iv) o tempo diário contratado dessas jovens para o trabalho nas empresas em questão; (v) o desempenho de outras atividades trabalhistas remuneradas que não sejam provenientes do trabalho formal que desenvolvem na empresa do setor de comércio e/ou serviços; (vi) os afazeres diários no período em que essas jovens não estão cumprindo sua carga horária laboral na empresa dos setores de comércio e de serviços; (vii) a escolaridade exigida pela empresa para ocupar a vaga de trabalho que ocupa atualmente; (viii) as oportunidades de treinamentos, para desenvolver a função trabalhista, oferecidas pela empresa contratante e (ix) os incentivos oferecidos pela empresa para que essas jovens procurem formas de qualificação profissional. Além dessas condições vinculadas ao ramo profissional, também procurou-se descobrir o que estas jovens acreditam que fariam caso não trabalhassem nesta empresa do setor de comércio e/ou serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu/PR.

A aproximação com o trabalho cotidiano das mulheres é parte constitutiva desta pesquisa e está materializada na Tabela 6. Os dados apresentam elementos que representam uma busca aproximativa com elementos cênicos em suas existências.

Tabela 6 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a função exercida na empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Função	Número de mulheres	%
Professora- Anos finais do E.F. e Médio	5	5,1
Contadora	5	5,1
Secretária	12	12,2
Vendedora	30	30,6
Caixa de supermercado	6	6,1
Auxiliar de produção	3	3,1
Agente de saúde	6	6,1
Auxiliar odontológica	2	2,0
Fotógrafa e editora de imagens	1	1,0
Educadora infantil - Creche e pré-escola	2	2,0
Atendente balconista	8	8,2
Recreadora infantil	1	1,0
Professora de informática	1	1,0
Crediarista	3	3,1
Recepcionista	2	2,0
Atendente e caixa	1	1,0
Repositora de sessão	1	1,0
Atendente/ornamenteira	1	1,0
Atendente e bordadeira	1	1,0
Enfermeira	2	2,0
Psicóloga	1	1,0
Cabeleireira	1	1,0
Vendedora/ professora de artes/ arquiteta	1	1,0
Professora de artes e arquiteta	1	1,0
Fonoaudióloga	1	1,0
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se aferir que 78,6% das entrevistadas desempenham funções que impedem seu desenvolvimento intelectual, representando as funções de 77 jovens do total das 98 entrevistadas. Pode-se considerar que estas trabalhadoras, desempenham funções mecânicas, repetitivas, tornando o trabalho estranho a quem o executa. De acordo com Antunes (2004), trata-se de um trabalho automático, não exigindo reflexão nem criatividade.

Do total, 21,4% das funções desempenhadas pelas trabalhadoras entrevistadas (21 mulheres) possibilitam vivenciar, em suas atividades, uma maior autonomia e liberdade. São

as funções que oferecem o contato social mais amplo, podendo promover a reflexão dos atos praticados ao desempenhá-las. Essas funções compreendem as das jovens que executam as tarefas de professoras e educadoras infantis, com papéis fundamentais na formação dos seres; enfermeiras; psicóloga; fonoaudióloga; recreadora infantil e as agentes de saúde – em especial esta última função permite o desenvolvimento de ações com expressivo contato social, uma vez que possibilita a intervenção na realidade da população ao desenvolver sua tarefa laboral.

De acordo com as informações da Tabela 6 destaca-se também que, das 24 funções listadas, a função mais desempenhada pelas jovens entrevistadas é a de vendedora. O cargo de vendedora é ocupado por 30,6% das jovens entrevistadas. Pode-se dizer que essa função se apresenta como a característica mais marcante das formas capitalistas de produção no trabalho. Essa tarefa subordina a mercadoria “força de trabalho” aos ditames capitalistas. Conforme Alves (2005), nessa tarefa ocorre a negação do trabalho em função da acumulação do lucro, uma vez que possui, no processo da venda, a circulação de mercadorias sob os moldes de serviços. Ainda conforme a Tabela 6, a segunda função mais desenvolvida pelas jovens entrevistadas é a de secretária, que também pode ser inserida nesse mesmo processo, uma vez que, talvez não de maneira direta, também vende produtos e serviços através de seu trabalho. Somando essas duas funções, vendedora e secretária, temos um total significativo das funções das trabalhadoras entrevistadas. Essas tarefas correspondem, juntas, às tarefas de 42,8% das jovens trabalhadoras em Santa Terezinha de Itaipu.

A verificação dessas condições, em sua totalidade, expressa a precariedade das relações trabalhistas atuais, apresentadas como resposta à ampliação das relações capitalistas no processo de reestruturação do capital (ANTUNES, 2004).

Nessas novas relações, as trabalhadoras entrevistadas Santa Terezinha de Itaipu, inserem-se como sujeitas dos mandos e desmandos capitalistas sob a ótica da acumulação; sujeitam-se a exploração física e psíquica ao aceitar a precarização do mundo do trabalho como uma alternativa frente ao desemprego. Dessa forma, as ocupações trabalhistas tornam-se restritas e, conseqüentemente, impõe-se a necessidade de trabalhar sob uma perspectiva de renda menor e de ocupações menos qualificadas (SANCHIS, 1997).

Nesse sentido, percebe-se que o mercado de trabalho em Santa Terezinha de Itaipu também segue a mesma lógica capitalista em seus fundamentos primários: retirar o trabalho excedente de cada trabalhador para poder apropriá-lo enquanto capital. Conforme as informações presentes na tabela 6 observa-se que as funções desempenhadas pelas

trabalhadoras entrevistadas em Santa Terezinha de Itaipu/PR despendem de pouca especialização e apresentam-se como funções que exigem focos limitados para as tarefas realizadas.

Desta forma pode-se dizer que, conforme Marx (1975), o capital criou e recria formas de reproduzir-se como sistema, utilizando-se de estratégias que manipulam a classe trabalhadora segundo seus interesses produtivos, reprodutivos e acumulativos.

E assim, movido pelo ideal de acumulação, emergem as diversas formas de trabalhos precários, onde se explora o trabalhador, pagando baixos salários sem nenhuma garantia de proteção social (SANCHIS, 1997).

Essa característica pode ser nitidamente observada nas Tabelas 7, 8 e 9, evidenciando a realidade dos salários recebidos, das jornadas laborais e da participação de sindicatos pelas trabalhadoras entrevistadas.

Tabela 7 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, segundo a renda, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Renda equivalente a um salário mínimo de R\$ 545,00	Número de mulheres	%
Menos de um	7	7,1
De um a dois	73	74,5
De dois a três	8	8,2
De três a quatro	6	6,1
Mais de quatro	4	4,1
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao verificar os dados coletados e apresentados na Tabela 7, é possível confirmar os baixos salários pagos. A grande maioria das jovens entrevistadas (74,5%) recebe rendimentos mensais entre um e dois salários mínimos¹⁹, representando que, das 98 jovens que participaram da pesquisa, 73 possuem renda salarial mensal entre R\$545,00 reais e R\$1.090,00 reais.

¹⁹ Valor correspondente a R\$ 545,00 reais - salário mínimo do ano de 2011, quando se iniciou a coleta dos dados estipulado pela pesquisa.

Levando-se em conta que a maioria dessas jovens trabalha como vendedora e que recebem comissão de vendas e não salário fixo, depara-se, mais significativamente, com o processo de alienação e exploração descrito por Marx (1975). As jovens muitas vezes trabalham por extensas horas a fim de aumentar seus rendimentos mensais através da comissão das vendas. Nesse sentido, demarca-se a combinação: intensificação do trabalho e salários inferiores, uma vez que a jornada laboral mais longa não é percebida pelos trabalhadores que as cumprem. Além disso, muitas jovens não foram culturalmente educadas sob a perspectiva de luta da classe trabalhadora, o que se reflete no fato de a grande maioria delas não participar de sindicatos. Esse modelo de operação combinada atinge a totalidade e, o capital, nesse setor reprodutivo, desenvolve suas ações com trabalhadoras solteiras e casadas, sindicalizadas ou não, o que permite visualizar que esse fator não altera a ampliação da fonte de exploração do trabalho.

Tabela 8 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a participação em sindicatos, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Participação em sindicato	Nº de mulheres	%
Não	79	80,6
Sim/Não especificou	5	5,1
Siscap	4	4,1
App	3	3,1
Sinfopar	1	1,0
Assemusti	3	3,1
Sismusti	3	3,1
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as informações dispostas na Tabela 8, a participação de sindicato trabalhista não possui boa adesão das jovens trabalhadoras do município.

Conforme a Tabela 79 jovens trabalhadoras das 98 entrevistadas, ou seja, 80,6% não participam de sindicato. As outras 19,4% delas, ou seja, somente 19 jovens, participam de algum sindicato trabalhista. Destas dezenove jovens, quatro participam do Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Pesca – SISCAP, representando 4,1% das entrevistadas. Três das trabalhadoras (3,1%) disseram que o sindicato de que fazem parte é o Sindicato em Educação Pública do Paraná – APP. Apenas uma jovem participa do Sindicato

dos Fonoaudiólogos do Paraná – Sinfopar. Outras três jovens participam da Associação dos Servidores Municipais de Santa Terezinha de Itaipu – ASSISMUSTI, e as outras três jovens restantes participam do sindicato dos Servidores Municipais de Santa Terezinha de Itaipu – SISMUSTI. Cinco jovens não especificaram o sindicato que participam.

As características dessa realidade nos permitem dizer que ela se origina do poder ideológico do capital, que vai progressivamente fragilizando e desmobilizando as formas de luta da classe trabalhadora, tornando as classes menos favorecidas desprotegidas e expostas às ações de exploração da mais-valia (BATISTA, 2002).

Esses reflexos são visivelmente absorvidos pelas categorias quando os sindicatos vão, gradativamente, perdendo seus espaços junto aos trabalhadores e as lutas organizadas por melhores condições de trabalho e salários tornam-se praticamente inexistentes ou ineficazes, uma vez que passam a ocorrer pontualmente e de forma expressamente fragmentada. Dessa forma, as condições trabalhistas não dispõem de estratégias para serem garantidas. O resultado é a exploração da força de trabalho. Esta exploração também pode ser observada na carga horária diária do trabalho das jovens entrevistadas.

Tabela 9 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, segundo as horas e dias trabalhados, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Horas de trabalho	Dias por semana	Número de mulheres	%
2	1	1	1,0
4	5	1	1,0
6	5	2	2,0
6	6	5	5,1
8	5	22	22,4
8	7	6	6,1
8	6	40	40,8
8	2	1	1,0
8	4	2	2,0
9	5	1	1,0
9	6	12	12,2
10	7	4	4,1
12	6	1	1,0
Total		98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as informações da Tabela 9, quanto à carga horária de trabalho e a quantidade de dias por semana trabalhados, observa-se uma grande diversificação nas respostas. A resposta que mais se repetiu foi a de carga horária de 8 horas distribuídas em seis dias na semana. Essa carga horária se repetiu para 40 das entrevistadas, o que significa que mais de 40% das entrevistadas trabalham seis dias por semana, 8 horas por dia. A segunda carga horária mais marcada foi 8 horas por dia, distribuídas em cinco dias na semana. Esta carga horária teve a adesão de 22 entrevistadas representando 22,4% das respostas. Em terceiro lugar na quantidade de respostas, com doze marcações, tem-se a carga horária de 9 horas por dia distribuídas em seis dias da semana, representando 12,2% das respostas. Do total, 24 mulheres responderam outras dez cargas horárias diferenciadas, correspondente às cargas horárias de 24,5% das entrevistadas.

A legislação trabalhista estabelece, salvo os casos especiais, que a jornada normal de trabalho é de oito (8) horas diárias, que, somadas, deverão ser de 44 horas semanais. Entretanto, apenas 34,7% (34 jovens das 98 entrevistadas) cumprem uma carga horária aproximada ou menor que a prevista pela legislação trabalhista. Destas 34 jovens, uma trabalha apenas 2 horas por semana; uma trabalha 20 horas por semana; duas trabalham 30 horas por semana; cinco trabalham 36 horas por semana; vinte e duas jovens trabalham 40 horas por semana; uma trabalha 16 horas por semana e duas jovens trabalham 32 horas por semana;

As 65,3% das jovens trabalhadoras entrevistadas restantes, excedem a carga horária laboral prevista em lei. São 64 jovens trabalhadoras que passam a maior parte de seu tempo diário trabalhando nas empresas dos setores formais de comércio e de serviços no município de Santa Terezinha de Itaipu. Destas 64 mulheres, uma trabalha 45 horas semanais; seis - 56; quarenta - 48; doze - 54; quatro - 70; e, uma jovem, trabalha 72 horas por semana.

Além disso, muitas jovens não contam, nestas cargas horárias descritas acima, o período diário que necessitam permanecer na empresa fazendo trabalhos extras, como limpeza; balanço; arrumações e o atendimento a clientes que não podem utilizar os serviços da empresa durante o horário comercial, que corresponde ao horário das 08h00min da manhã ao meio dia e das 13h30min às 18h00min horas. De fato, essa carga horária trabalhista seria o principal empecilho para o retorno ou permanência dessas jovens nos bancos escolares.

Além disso, soma-se o fato de os rendimentos mensais serem baixos (ver tabela 7) levando a algumas dessas jovens a procurarem alternativas de complementação para os

rendimentos mensais. No município, os salários de grande parte dos trabalhadores, formais e informais, muitas vezes são multiplicados com outras formas de rendimentos complementares e flexíveis.

Em Santa Terezinha de Itaipu, percebe-se que, apesar da carga horária de trabalhos excessiva, existem jovens entrevistadas que procuram complementar seus rendimentos exercendo outras atividades remuneradas não provenientes do trabalho na empresa onde estão formalmente contratadas (ver Tabela 10). Essas atividades são praticadas, muitas vezes, na informalidade, pois não exigem dedicação exclusiva e, por isso, não dão as trabalhadoras o retorno legal de uma atividade do setor formal.

Tabela 10 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu que exercem outra atividade remunerada não proveniente do trabalho na empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Atividade	Número de mulheres	%
Não exercem outra atividade	81	82,7
Fazem maquiagem	5	5,1
Leciona em outra empresa	1	1,0
Vende Avon e Natura	2	2,0
Atendente	1	1,0
Faz projetos de arquitetura e dá aulas de artes	1	1,0
Faz manicure pedicure	1	1,0
Leciona em curso de técnico em enfermagem no SENAC	1	1,0
Faz artesanato, bijuterias, bordados e crochê	2	2,0
Faz e vende queijo	1	1,0
Trabalha em outra empresa	1	1,0
Trabalha como cabeleireira	1	1,0
Total	98	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 10 demonstra que, apesar de a maioria das jovens (82,7%) não exercer outra atividade laboral para garantir mais rendimentos além da que já exerce na empresa dos setores de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, ainda é significativo o percentual das trabalhadoras que procuram complementos de renda, pois 17,3% das entrevistadas fazem alguma atividade para complementar a renda mensal.

Pode-se dizer que essas atividades laborais extras são desenvolvidas pela menor parte das entrevistadas, pelo fato de que a função desempenhada na empresa do setor de comércio

e/ou de serviços extrai a maior parte do tempo e da sua força física. De qualquer modo, as jovens, em sua maioria, desenvolvem outras atividades no período em que não estão trabalhando em suas empresas (ver Tabela 11). Atividades consideradas por Marx como trabalho, pois, remuneradas ou não, são atividades que se utilizam dos sentidos humanos e compreendem as forças físicas ou psíquicas, por isso são consideradas trabalho.

Tabela 11 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme as atividades realizadas fora do horário de trabalho, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

O que faz quando não está trabalhando	Nº de mulheres	% das 98 entrevistas
Não responderam	5	5,1
Atividades de entretenimento e lazer	94	95,9
Outros Trabalhos	65	66,3
Descanso	37	37,8
Total	201	

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as informações da Tabela 11 pode-se afirmar que quase todas as jovens desempenham algumas atividades quando terminam sua jornada de trabalho formal (95%). Apenas 5% das jovens não responderam quais atividades desempenham quando não estão em suas empresas.

As 93 jovens que responderam que desenvolvem alguma atividade quando não estão trabalhando na empresa, diversificaram, de forma significativa, suas respostas. Assim, optou-se por agrupar as respostas em três subgrupos.

O primeiro subgrupo foi de atividades ligadas ao lazer e ao entretenimento, com 94 marcações, representando que 95,9% das jovens entrevistadas marcaram esse item, ou seja, quando saem de seus serviços fazem alguma atividade ligada a alguma forma de lazer e/ou entretenimento. Nesse grupo inseriram-se as seguintes respostas: “*namorar; passear;*

encontrar os amigos; fazer atividades físicas; sair para bares e baladas; usar a internet; assistir TV; ler livros; ouvir música; ir à igreja e ficar com a família e/ou filhos²⁰”.

O segundo subgrupo ficou com atividades ligadas a outras formas de trabalho, que não aquele desenvolvido nas empresas dos setores de comércio e/ou serviços, correspondendo a 66,3% das marcações, com 65 marcações. Este grupo englobou as atividades descritas como: *“trabalhar em casa; estudar para provas, aulas, faculdade e concursos; ir para a escola e faculdade; fazer treinamento; especialização; trabalhar em outra empresa e fazer artesanato para vender”*.

O terceiro subgrupo voltou-se para as atividades ligadas ao descanso, englobando apenas o descanso mesmo. O descanso foi citado por 37 jovens entrevistadas, 37,8%. Mesmo estando em menor número de respostas conforme o agrupamento, essa atividade foi a mais mencionada por essas jovens.

Ao analisar, novamente, a carga horária trabalhista dessas jovens dispostas na Tabela 09, e, comparando com as atividades realizadas fora do período do trabalho formal, identifica-se que: são atividades fragmentadas, pois ocorrem de forma reduzida e racionada, uma vez que o tempo de dedicação para elas é o mínimo possível e o máximo de tempo que se consegue disponibilizar para essas tarefas é considerado insuficiente. Ou seja, mesmo que as jovens desenvolvam atividades propulsoras da qualidade de vida que se almeja, sabe-se que o tempo dedicado não proporciona a quantidade necessária para a qualidade dessas atividades. Dessa forma, tem-se, por exemplo, relacionamentos limitados, estudos superficiais, lazeres restritos e, principalmente, descanso insuficiente.

Enfim, esses fatores apresentam a forma de alienação dessas trabalhadoras que, ao fazerem parte de uma sociedade de valores extremamente capitalistas, possuem sua força de trabalho e seu tempo condicionados à lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008). Nesse sentido, pode-se perceber que o capital suga, explora, expropria o trabalho do trabalhador.

Entende-se que uma forma de transformar essa condição, seria proporcionar ao ser humano uma educação qualitativa. Mas, essa educação, não poderia ser a mesma que já se

²⁰Neste caso, ficar com marido e filhos, foi considerado uma atividade de entretenimento. Apesar de consentirmos que muitas vezes essa atividade representa, para muitas pessoas que trabalham fora de casa, uma forma de trabalho, já que também envolve atividades desgastantes com atenção específica.

vem oferecendo na atualidade. Teria que ser uma educação libertadora (FREIRE, 2001). Uma educação para além do capital (MÉSZÁROS, 2008).

De qualquer forma, e talvez por esse motivo, a educação não é valorizada pelos capitalistas. A educação, vista pela ótica do capital, se restringe a graus de escolaridade (o que não garante uma educação de qualidade), mas que, mesmo assim, não é necessária para atender à demanda da maioria das funções trabalhistas requeridas pelo mercado.

Seguindo esse roteiro, as empresas de Santa Terezinha de Itaipu não exigem elevada escolaridade de seus trabalhadores, uma vez que se apresentam como empresas pouco especializada e que não necessitam de mão de obra com titulação acadêmica elevada.

Tabela 12 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme as exigências educacionais da empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Escolaridade exigida no atual emprego	Número de mulheres	%
Nenhuma	27	27,6
Estar cursando o ensino Fundamental	5	5,1
Ensino fundamental completo	8	8,2
Estar cursando o ensino médio	13	13,3
Ensino médio completo	30	30,6
Estar cursando o ensino superior	3	3,1
Ensino superior completo	12	12,2
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as informações coletadas através desta pesquisa, presentes na Tabela 12, percebe-se que a escolaridade exigida é a que minimamente atende aos interesses econômicos das empresas. Na realidade, ao se apresentarem com pouca escolaridade, os trabalhadores tendem a aceitar menores salários e maiores exigências internas, a fim de que seja garantida a acumulação excedente dos lucros pelos proprietários das empresas em que essas jovens trabalhadoras estão inseridas (SANCHIS, 1997).

Paulo Freire (2001) diz que as escolas, atualmente, funcionam como uma espécie de treinamento com o propósito de alcançar resultados numéricos e não de proporcionar conhecimentos que se apreende cognitivamente. Esse fator permite à escola apresentar como uma opção desinteressante ao estudante que nela deva ingressar, atendendo, dessa forma, aos interesses reprodutivos do capital, o qual faz com que seja percebido, equivocadamente, que

de fato a formação escolar, além da mínima obrigatória, não é mais tão necessária (MÉSZÁROS, 2008).

Segundo os discursos capitalistas, as escolas formam para o mercado de trabalho. Como, no entanto, o mercado de trabalho não exige elevado grau de escolaridade, então nos indagamos: – Para que serve a educação?

Entretanto, o capital não pode responder ao questionamento explicitando que a escola está funcionando perfeitamente do jeito que está e que ela serve aos seus interesses da forma como caminha. Por isso apresenta a escola com a finalidade de formação para a preparação para o mercado de trabalho. E, aponta no discurso, que essa formação é essencial para a construção do cidadão.

Albernaz ferreira e Franco (2002) acrescentam que a demanda por escolaridade decorre, dentre outros fatores, da crescente valorização da escolaridade como estratégia de melhoria de empregabilidade. Como a empregabilidade é limitada, a escolaridade não é tão exigida pelas empresas e, conseqüentemente, pelas empresas contratantes em Santa Terezinha de Itaipu.

Verifica-se que as escolaridades exigidas, em Santa Terezinha de Itaipu, concentram-se em torno do ensino médio, pois, de maneira geral, é a escolaridade exigida pelo capital para que se adentre ao mercado de trabalho. Provavelmente, se a exigência das empresas locais fosse de um curso superior, teríamos muitas jovens retornando aos bancos escolares. Não para saciar seus anseios pelo conhecimento, mas para garantir a vaga do mercado que ocupa. Em contrapartida, se as empresas não exigissem nenhuma escolaridade, provavelmente teríamos um grande contingente de novos jovens não concluintes dos seus estudos.

De qualquer forma os interesses do capital seriam garantidos, pois, se a escola continuar como está será bom para o capital. Por outro lado, se acontecessem as mudanças propostas pela educação para atingir o maior número de pessoas em idade escolar, a fim de que essas pessoas, frequentem até pelo menos os bancos do ensino médio, também garantiríamos os interesses capitalistas, uma vez que, se a escola se torna obrigatória até o ensino médio, as metas de aprovações deverão ser atingidas. Aprovar-se-ia, contudo, sem a garantia do conhecimento, ou seja, proporcionar-se-ia a educação, entretanto sem testar sua qualidade. Isso tudo se daria associado às tendências de diminuição das faixas etárias dos concluintes do ensino médio. O capitalista teria então uma vasta quantidade de força de trabalho, “qualificada”, e com sua força física e intelectual máxima a seu dispor. Esse fator

possibilitaria que as empresas escolham seus funcionários de acordo com seus interesses e possam pagar baixos salários com a exploração do trabalho excedente com a desculpa da grande oferta de mão de obra. Isso faz com que o trabalhador se sujeite ao processo e se aliene.

Desse modo, a exigência de escolaridade por parte das empresas de Santa Terezinha de Itaipu não significa melhores vaga de trabalho. E, mesmo que essas empresas exijam maiores níveis de escolaridade, não oferecerão vagas mais especializadas, o que torna a escola pouco atrativa.

De qualquer forma, quando surge a necessidade de uma qualificação específica para a ocupação de determinada vaga no município, a própria empresa busca oferecer o treinamento específico para o que ela necessita (ver Tabela 13).

Tabela 13 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme o treinamento para o trabalho, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Recebem treinamento	Número de mulheres	%
Não	44	44,9
Sim/Não especificou	6	6,1
Cursos	18	18,4
Treinamento individual na academia de ginástica	1	1,0
Capacitação, formação continuada.	4	4,1
Treinamento referente ao sistema e funcionamento da empresa	6	6,1
Técnicas de atendimento ao cliente	9	9,2
Curso de auxiliar odontológico	1	1,0
Técnicas de vendas	8	8,2
Primeiros socorros	1	1,0
Total	98	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Como a maioria das funções desempenhadas pelas trabalhadoras entrevistadas são funções de baixa especialidade técnica, a maioria das empresas locais não oferecem treinamentos, já que para muitas empresas não são necessários treinamentos para atender a demanda da empresa.

Percebe-se que, no município, um pouco mais da metade das vagas ocupadas pelas trabalhadoras (55,1%) entrevistadas passam por alguma forma de treinamento.

A grande maioria desses treinamentos está ligada à área de informática (24,5%), como descrito na Tabela 13, como *cursos e treinamentos referentes ao funcionamento interno da empresa*. Os outros 30,6% dos treinamentos restantes correspondem às jovens que não especificaram (6,1%); os treinamentos para as atividades mais específicas como *o treinamento individual na academia de ginástica* (1%); *capacitação, formação continuada* para os casos dos professores (4,1%); *técnicas de atendimento ao cliente* (9,2%); *auxiliar de dentistas* (1%); *técnicas de vendas* (8,2%) e *curso de primeiros socorros* (1%).

Verifica-se que as vagas ocupadas são vagas preenchidas por funções simples e pouco diversificadas, o que permite a colocação no mercado de trabalho local sem elevados níveis de escolaridade. Bastam apenas disposição e interesse dos trabalhadores em ocupar a vaga. Por esse motivo, a maioria das jovens trabalhadoras do município não se preocupa em frequentar algum tipo de curso em nível universitário.

Além disso, as empresas locais pouco incentivam a volta aos estudos e a procura dessas jovens por outras formas de qualificação profissional. Sabem que, se essas trabalhadoras adquirirem maiores conhecimentos, poderão não mais encaixar-se no perfil de funcionário pretendido, aquele que se sujeita à exploração.

Em Santa Terezinha de Itaipu, seguindo o modelo de internalização dos conhecimentos e de valores culturais que levam à reprodução do sistema capitalista de produção descritos por Mészáros (2008), a maioria das empresas não oferece incentivos para os retornos aos bancos escolares (57,1%). De acordo com as informações coletadas junto às trabalhadoras entrevistadas, dispostas na Tabela 1.14, apenas 42,9% disseram que a empresa em que trabalham oferece alguma forma de incentivo para o retorno à escola.

Tabela 14 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme os incentivos para o retorno aos bancos escolares por parte da empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Incentivos	Número de mulheres	% das 98 entrevistadas
Não há incentivos	56	57,1
Bolsa de auxílio financeiro aos estudos	4	4,1
Redução da carga horária de trabalho.	3	3,1
Bolsa de auxílio a materiais escolares	1	1,0
Dispensa para estágios sem o corte da remuneração	7	7,1
Flexibilização do horário de saída do trabalho	20	20,4
Bonificação salarial	4	4,1
Não especificou	10	10,2
Total	105	107,1

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 42,9% (42 mulheres) das jovens que disseram receber incentivos por parte da empresa em que trabalham para continuarem ou para retomarem os estudos, dez (10,2%) não especificaram quais são os incentivos oferecidos e sete (7) jovens descreveram mais de um incentivo oferecido pela empresa em que trabalham.

De qualquer modo, o incentivo mais repetido pelas jovens entrevistadas, “Flexibilização do horário de saída do trabalho”, descrito por 20,4% das jovens, não pode ser considerado exatamente um incentivo, uma vez que as trabalhadoras negociam o horário de saída da empresa, e não possuem sua carga horária laboral diária reduzida.

Essas jovens às vezes entram mais cedo no trabalho para compensar o horário em que devem sair ao fim do dia para estudar, outras vezes repõem essas horas ficando até mais tarde no trabalho nos dias em que não possuem aulas. A maioria delas repõe essas horas aos sábados, que não são considerados dias letivos. Aquelas jovens que já trabalhariam aos sábados trocam seu horário de almoço para pagar as horas que tiveram de perder para ir à escola ou ficam no trabalho no sábado durante o período necessário para repor a carga horária que devem.

Essas jovens, por necessidades financeiras, se sujeitam a esse processo exploratório. Caso contrário, não teriam como arcar com as despesas que o estudo acarreta. Pode-se perceber, então, a desvalorização do ser humano pelo capital. Este somente se preocupa com a venda da mercadoria “trabalho”. O ser humano não é pensado em sua totalidade enquanto

sujeito, mas enquanto coisa, igual a qualquer outra mercadoria que apresenta, em sua forma concreta, valor de uso disponível para a troca.

Mészáros (2008) diz que, para pensar a sociedade levando em consideração o ser humano, exige-se pensar essa sociedade superando a lógica capitalista, que educa com individualismo, com competição, qualifica simplesmente para o mercado não para a vida.

Por faltar essa visão para muitos, o processo de alienação não pode ser superado. Para Marx (1975), exigiria uma revolução cultural radical nas relações humanas.

Desse modo, as trabalhadoras locais entrevistadas se tornam sujeitos manipuláveis do capital. Pode-se perceber isso ao se observar os dados coletados através desta pesquisa, em que se constata que a obtenção do conhecimento para além do capital não é almejado.

Ao questioná-las sobre com se manifestariam se não trabalhassem no local atual – Tabela 15 – uma vez que o trabalho que desenvolvem e como desenvolvem é a maior barreira para a transformação das classes almejada por Marx em busca da qualidade de vida que se espera, percebemos a forma mais sutil da alienação.

Essas jovens, muitas vezes apresentam a vontade de mudar sua realidade, mas não sabem como mudar. Não acreditam que pelo estudo conseguirão mudar sua condição, e acabam se distanciando da educação. Pensam que a melhor saída, ainda, é o mercado de trabalho, mesmo que do jeito que está.

Tabela 15 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme as futuras ocupações, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

O que faria se não trabalhasse neste local	Número de mulheres	%
Trabalhava em outra empresa	55	56,1
Procuraria outro trabalho	18	18,4
Estudaria	5	5,1
Ficaria em casa	5	5,1
Montaria um negócio próprio	6	6,1
Não soube responder	9	9,2
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os dados explicitados na Tabela 15, 74,5% das jovens disseram que, se não trabalhassem na empresa em que trabalham atualmente, trabalhariam em outra empresa

ou procurariam outro trabalho. Apenas 5,1% das jovens entrevistadas disseram que, se não trabalhassem, estudariam. Esses dados amostrais confirmam a teoria marxiana: o capital é irreformável, pois, pela sua própria natureza, como totalidade sistêmica, é incorrigível.

Mészáros (2008) expõe que essa lógica incorrigível impacta cruelmente sobre a educação, porque constrói a alienação do ser humano, gerando um novo analfabetismo, que é capaz de explicar (ou seja, as jovens explicam que o trabalho lhes veda acesso a muitas coisas típicas da liberdade humana), mas não de entender (pois, mesmo sabendo, essas jovens não sabem como libertar-se).

Isso muitas vezes é típico nos discursos econômicos, onde as soluções se mostram simplesmente de maneira formal. Para Mészáros (2008), as soluções não podem ser apenas formais, elas devem ser essenciais.

Desse modo, esta pesquisa buscou apresentar a realidade trabalhista das jovens neste primeiro momento de reflexão sobre os dados coletados, a fim de apresentar um paralelo com a situação do mercado de trabalho atual, reprodutor do capital, com a realidade local das trabalhadoras de Santa Terezinha de Itaipu.

Apreendeu-se que o trabalho, como uma dimensão essencial, cêntrica do ser humano, se confunde com a força de trabalho negociada como uma mercadoria pelo mercado. Expressou-se aqui uma crítica às formas de trabalho voltadas para o capital e a favor da subversão de valores e conceitos que negam o prazer e a dignidade da vida com liberdade. Seguindo esse caminho, apresenta-se, no próximo item, a situação escolar dessas trabalhadoras.

4.2 NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS

O conteúdo que apresenta-se neste tópico busca reconhecer a realidade das jovens através do seu perfil formativo. Levanta-se uma relação entre a faixa etária, a escolaridade e a frequência escolar, com a necessidade, ou não, de qualificação imposta pelo sistema capitalista atual.

As trabalhadoras entrevistadas de Santa Terezinha de Itaipu situam-se na faixa etária pesquisada (18 a 29), com idades diferenciadas. As maiores concentrações são para as idades

de 18, 21 e 29 anos, correspondendo a 11,2%, 12,2% e 12,2%, respectivamente, conforme os dados dispostos na Tabela 16.

Tabela 16 – Número e percentual de trabalhadoras dos setores formais de comércio e serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu, segundo a faixa etária, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Faixa etária	Número	%
18 anos	11	11,2
19 anos	7	7,1
20 anos	9	9,2
21 anos	12	12,2
22 anos	6	6,1
23 anos	8	8,2
24 anos	6	6,1
25 anos	8	8,2
26 anos	7	7,1
27 anos	4	4,1
28 anos	8	8,2
29 anos	12	12,2
Total	98	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao considerar as faixas etárias dessas trabalhadoras, segundo o conceito de juventude determinado pelo estatuto da juventude utilizado nesta pesquisa, se destacarão dois grupos distintos. O primeiro grupo representará as jovens, com idade dos 18 aos 24 anos. Esse grupo demonstrará a parcela mais significativa das idades das trabalhadoras entrevistadas, correspondendo a mais de 60% das entrevistadas.

Isso significa que o capitalista local está selecionando trabalhadoras com idade entre 18 e 24 anos. Isso permite dizer da sua preferência por força de trabalho com energia física e psíquica ainda não muito explorada (MARX, 1975). Isso se explica porque o capitalismo está sempre preocupado em expropriar a maior quantidade de trabalho vivo excedente possível.

Como a ligação entre a juventude e a educação são intrínsecas, como pode a segunda ser garantida se o ingresso ao mercado de trabalho passa a ser a principal forma de a sociedade capitalista adquirir essa força de trabalho pouco explorada e excedente?

A escolaridade passa a ser, de certa forma, o segundo plano dos jovens, principalmente para os de classe social média e baixa, como é o caso de grande parte das trabalhadoras locais entrevistadas.

Tabela 17 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, conforme a escolaridade, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Escolaridade	Número de mulheres	%
Ensino fundamental incompleto	1	1,0
Ensino fundamental completo	0	0,0
Ensino médio incompleto	16	16,3
Ensino médio completo	48	49,0
Ensino superior incompleto	13	13,3
Ensino superior completo	10	10,2
Ensino superior completo com especialização	10	10,2
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as informações da Tabela 17, percebe-se que as jovens Itaipuenses entrevistadas, em sua maioria (65,3%), estudam até completar o ensino médio²¹. Apenas 33% (aproximadamente) dessas 98 jovens procuram obter uma escolarização mais elevada. Se levarmos em conta o estado civil dessas jovens e desagregarmos os dados da escolaridade obtidos por percentuais de jovens solteiras e casadas, veremos que, para as casadas, ainda é muito mais difícil avançar na escolaridade para a realização de cursos superiores e especializações.

Quando se observa o ensino médio, o estado civil não se apresenta como um entrave para a conclusão. Das 64 jovens que estão cursando ou já concluíram o ensino médio, 32 são casadas e 32 são solteiras. Verifica-se, nesse nível de ensino, uma equiparação entre as jovens solteiras e casadas, e, uma melhora significativa nos percentuais, em relação às jovens casadas. Das 32 jovens solteiras que estão no nível médio de ensino, 21,8% estão concluindo

²¹ De qualquer forma, essa formação escolar pode ser considerada alta se compararmos com a média nacional da escolaridade dos brasileiros, que, segundo o IBGE (2010), se concentra em torno dos anos finais do ensino fundamental.

o ensino médio e 36,4% já concluíram. Em relação as 32 jovens casadas que também estão no nível médio de ensino, 65,1% já concluíram o ensino médio e somente 9,3% das jovens casadas estão concluindo. Isso demonstra que, em Santa Terezinha de Itaipu, o estado civil não se apresenta como um entrave para que essas jovens frequentem os bancos escolares do ensino médio.

Entretanto o mesmo estado civil que não interfere nas diferenças de escolaridade das jovens até o ensino médio, diferencia a continuação das escolaridades posteriores. Dos 33% das jovens (correspondendo a 33 mulheres) que estão na faculdade ou já concluíram o ensino superior, apenas dez (10) são casadas. O que significa que, das jovens entrevistadas que estão no nível de escolaridade referente ao ensino superior, 23,5% são solteiras e 10,2% são casadas.

Ao analisar separadamente os níveis de escolaridade relacionados ao ensino superior, verifica-se que o percentual das jovens casadas que já concluíram o ensino superior é de 16,3% e é maior do que o percentual de solteiras 5,5%, mas, ao se comparar em quantidade de mulheres, verifica-se que a diferença é de somente quatro jovens. Quando, contudo, observa-se as quantidades e o percentual das jovens que cursam atualmente o ensino superior, percebe-se que a diferença é muito mais significativa entre as casadas e as solteiras. Apenas uma jovem casada está cursando o nível universitário representando 2,3% das jovens casadas que possuem o ensino superior incompleto, contra doze jovens solteiras que estão cursando o ensino superior, ou 21,8%.

Além disso, percebe-se, também, uma grande diferença entre os estados civis no desempenho escolar posterior à graduação, pois 14,5% das jovens solteiras (oito jovens) já fizeram uma faculdade e estão cursando ou já concluíram pelo menos um curso de especialização, enquanto que apenas duas jovens casadas (4,7%) estão nesse nível escolar. Esses dados sugerem que as responsabilidades relacionadas ao casamento possam ser fatores determinantes para a continuação dos estudos pelas jovens.

Hirata (2004) descreve que as mulheres ainda possuem uma situação desvantajosa em relação aos homens, pois, além de também enfrentarem longas jornadas de trabalho, culturalmente é delas a responsabilidade dos afazeres domésticos e da educação dos dependentes. Além disso, há que se considerar o fato de que a mulher, muitas vezes, apresenta por sua própria natureza, a responsabilidade de ser a *cuidadora* do lar e da família. De acordo com a autora, esses fatores acabam gerando uma sobrecarga de afazeres que refletem, muitas

vezes, nas desvantagens em relação à escolaridade. Pode-se dizer que muitas das responsabilidades domésticas dessas jovens surgem após a mudança da vida de solteira para a vida de casada ou através da maternidade, casos que podem ser observados na Tabela 18, que apresenta a frequência escolar das jovens entrevistadas.

Tabela 18 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a frequência escolar na atualidade, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Informações	Número de mulheres	%
Estuda atualmente	43	43,9
Não estuda atualmente	55	56,1
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à frequência escolar, o mais significativo é o percentual da não frequência, ou seja, é maior o percentual das jovens entrevistadas que não estudam (56,1%) do que o das que estudam (43,9%). Entretanto, ao se comparar, também, esses percentuais desagrupados segundo o estado civil das jovens, pode-se verificar que o percentual das jovens casadas que não estudam é significativamente maior do que o das jovens solteiras que não estudam, correspondendo a 64,7% contra 47,3%, respectivamente.

Concomitantemente, as jovens solteiras possuem um percentual mais significativo em relação às casadas quanto à frequência escolar, pois 52,7% das jovens solteiras entrevistadas estudam atualmente contra 32,6% das casadas.

Das vinte e nove solteiras que ainda estudam (52,7%), das jovens solteiras entrevistadas, doze estão concluindo o ensino médio (21,8%), doze estão cursando o ensino superior (21,8%) e cinco jovens solteiras (9,1%) já possuem uma especialização e estão cursando outra.

Das quatorze jovens entrevistadas casadas (32,6%) que estudam ainda, duas (4,7%) estão concluindo o ensino médio, seis (14%) estão cursando o ensino superior, quatro (9,3%) estão fazendo a primeira especialização e duas (4,7%) já possuem uma especialização e estão fazendo outra.

Esses dados permitem afirmar que, através da realidade das trabalhadoras entrevistadas de Santa Terezinha de Itaipu, a escolaridade pode estar sendo cada vez mais

almejada pelas mulheres. Mesmo assim, no entanto, algumas condições próprias da mulher, como a responsabilidade da maternidade e o cuidado com o lar após a constituição da família, passam a ser um agravante para a continuação dos estudos para algumas jovens. Trata-se de uma questão complexa que se insere na sociedade a partir de contextos históricos e culturais do país (HIRATA, 2004).

De qualquer modo, para as jovens que escolheram permanecer no município, trabalhando na empresa do setor de comércio e/ou serviços atualmente, pouco serviria elevar seu nível escolar, uma vez que, conforme já descrito no eixo anterior, as vagas locais não são exigentes em relação a essa titulação. Nem mesmo se percebe a exigência de qualificações específicas para desempenhar as funções laborais que elas já desenvolvem.

Observa-se que os avanços tecnológicos pouco refletem na demanda da mão de obra local, apesar de já terem conseguido inserir-se homogeneamente em todas as empresas. Verifica-se que as jovens que trabalham em Santa Terezinha de Itaipu não apresentam dificuldades em lidarem com esses avanços tecnológicos, uma vez que as exigências para as funções oferecidas não são tecnologicamente muito avançadas.

Desse modo, percebe-se que as trabalhadoras não se sentem ameaçadas pela tecnologia (Tabela 21), mesmo considerando que esta é muito importante para a empresa em que trabalham (Tabela 19).

Tabela 19 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre a importância da tecnologia, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

A tecnologia é importante	Nº de mulheres	%
Não	0	0,0
Não/ pois o serviço braçal não depende da tecnologia	1	1,0
Sim	97	99,0
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Apenas uma jovem entrevistada não considera a tecnologia importante para a empresa em que trabalha, conforme Tabela 19. Essa jovem descreve que não a considera importante, pois acredita que, em seu trabalho, as atividades são essencialmente manuais.

Acredita-se que, mesmo desempenhando atividades manuais, a tecnologia vem a auxiliar e a facilitar o trabalho dessa jovem, que pode não percebê-la, mas que, com certeza,

faz uso dela como uma aliada, o que corresponde à opinião de 97 jovens, quase 100% das 98 jovens entrevistadas.

Conforme as informações presentes na Tabela 20, pode-se avaliar algumas formas de auxílios tecnológicos ao trabalho, percebidos por essas jovens.

Tabela 20 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre porque consideram a tecnologia importante para a empresa, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Porque a tecnologia é importante	Nº de mulheres	%
Não considera a tecnologia importante	1	1,0
Não justificaram	47	48,0
Por agilizar e facilitar o trabalho	27	27,6
Para a troca de informações, inovações e divulgação do trabalho	19	19,4
É imprescindível, pois a empresa em que trabalham é virtual	4	4,1
Total	98	100

Fonte: Dados da pesquisa.

As justificativas das jovens entrevistadas, ao responderem sobre por que consideram a tecnologia importante, foram as mais diversificadas. Dessa forma, padronizou-se as respostas, de acordo com seus direcionamentos, em: (i) *agilidade e facilidade do trabalho*, com 27 respostas, representando as justificativas do consentimento, em relação a importância da tecnologia, de 27,6% das jovens entrevistadas; (ii) *troca de informações, inovação e divulgação do trabalho*, com 19 respostas, correspondendo as respostas a 19,4% das entrevistadas; (iii) *é imprescindível, pois a empresa em que trabalham é também virtual*, com quatro respostas, correspondendo a 4,1% das jovens entrevistadas, e (iv) consideram importante mas não especificaram por que consideram, com 47 respostas, representando 48% das respostas das jovens.

A Tabela 21 demonstra que, mesmo considerando importante a tecnologia para o seu trabalho, ela não é considerada uma ameaça para a sua função, pois 90,8% (89 entrevistadas) das mulheres responderem não se sentirem ameaçadas pela tecnologia.

Tabela 21 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre a ameaça da tecnologia, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Sente-se ameaçada pela tecnologia	Nº de mulheres	%
Não	89	90,8
Sim	9	9,18
Total	98	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total das jovens entrevistadas, comungam desse pensamento, porém 72,4% (71 mulheres) não justificaram por que não acreditam que a tecnologia possa ser uma ameaça. Apenas 18,4% não consideram a tecnologia uma ameaça, justificando suas opiniões (ver Tabela 22 a seguir).

Tabela 22 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre porque não consideram a tecnologia uma ameaça, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Porque a tecnologia não é considerada uma ameaça	Nº de mulheres	% de 98
Não justificou	71	72,4
Pois não poderá desempenhar a tarefa desenvolvida pela trabalhadora na empresa	13	13,3
Pois procuram se adequar às novas tecnologias atualizando-se e capacitando-se	5	5,1
Total	89	90,8

Fonte: Dados da pesquisa.

As justificativas dessas jovens foram de certa forma, próximas. Por isso agrupou-se essas justificativas em dois direcionamentos principais.

O primeiro refere-se às respostas das entrevistadas que acreditam que a tecnologia é importante, sim, mas não substitui o trabalho (função) que elas desempenham em suas respectivas empresas. Desse grupo participaram treze jovens, correspondendo a 13,3% das entrevistadas.

O segundo grupo foi o da resposta das entrevistadas que procuram se adequar às novas tecnologias, capacitando-se para fazer uso delas, atualizando-se para dominá-las à medida do possível. Desse segundo grupo compartilham apenas cinco jovens, que representam 5,1% das entrevistadas.

Entretanto, ainda conforme a Tabela 21 pode-se observar que algumas jovens acreditam, sim, que a tecnologia pode ser considerada uma ameaça para o trabalho delas. O número de jovens (9) que veem a tecnologia como uma ameaça é relativamente pequeno, porém significativo, representando 9,2% das jovens entrevistadas.

Tabela 23 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a opinião sobre por que consideram a tecnologia uma ameaça, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Por que a tecnologia é considerada uma ameaça	Nº de mulheres	% de 98
Não justificou	3	3,1
Pois ficamos dependentes da tecnologia	1	1,0
Pois modificam-se muito rápido e não conseguimos acompanhá-las	1	1,0
Pois poderá substituir totalmente a mão de obra humana ocasionando desemprego	4	4,1
Total	9	9,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a tabela 23 acima, essas nove jovens entrevistadas acreditam que a tecnologia possa ser uma ameaça para elas em seus trabalhos, ampliando a dependência do trabalho concreto em relação ao trabalho abstrato. Essa situação dificulta a inserção no mercado de trabalho. *A ameaça é concreta: as mudanças tecnológicas são muito rápidas e corremos o risco de não conseguirmos acompanhá-las, podendo perder nossos empregos.* Uma jovem fez essa justificativa (1% das 98 jovens entrevistadas).

O trabalho humano, com o desenvolvimento das diferentes fontes tecnológicas, transfere sua relação direta de trabalho vivo para um mecanismo morto. Esse cenário leva as entrevistadas a perceberem concretamente os sérios riscos presentes na relação capital/trabalho. A força de trabalho, em diferentes setores da produção e da reprodução social, pode inverter a forma de apropriar os objetos e as relações, tornando a força de trabalho descartável. Esse cenário é preocupante, no entanto é importante salientar que a centralidade da força de trabalho é também concreta na maioria das atividades.

Como a tecnologia está a cada dia mais presente no cotidiano das pessoas, no trabalho, nas residências, nas escolas, etc., perguntamos se essas jovens *estão se qualificando para enfrentar essa nova realidade* (ver Tabela 24).

Tabela 24 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a qualificação tecnológica, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Está tentando se qualificar para enfrentar essa nova realidade	Nº de mulheres	%
Não	51	52,0
Sim, mas não especificou	10	10,2
Fazendo curso de informática	6	6,1
Fazendo curso	12	12,2
Fazendo pesquisas sobre as novas tecnologias	3	3,1
Fazendo especialização	2	2,0
Fazendo treinamentos	1	1,0
Estudando	13	13,3
Total	98	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total das entrevistadas, 51 jovens, representando 52% das 98 jovens da pesquisa, disseram que não estão se qualificando, mas 48% delas estão tentando se qualificar de alguma forma (47 jovens). Dessas 47 respostas positivas, dez não especificaram qual é o tipo de qualificação que estão fazendo. Seis das 47 justificaram suas respostas, descrevendo que a qualificação que fazem são cursos na área de informática. Doze delas descreveram essa qualificação como “curso”, ou seja, essas jovens estão fazendo algum tipo de curso na tentativa de obterem uma qualificação profissional para lidarem da melhor forma com a nova realidade tecnológica existente. Três estão se preparando fazendo pesquisas sobre as novas tecnologias bem como suas formas de uso. Outras duas jovens disseram que estão fazendo especializações a fim de poderem melhor competir nessa nova realidade. Uma jovem disse que está tentando se qualificar fazendo treinamentos, mas não especificou qual o tipo de treinamento que faz. As outras treze jovens restantes descreveram que estão tentando se qualificar, para essa nova realidade, estudando.

Pode-se, contudo, dizer que a introdução das novas tecnologias no setor produtivo pelo capital tem acirrado as condições de trabalho de modo geral. Percebidas ou não, essas tecnologias tendem a obedecer à lógica de acumulação imposta pelo capital, potencializando as possibilidades de substituição cada vez mais crescente da mão de obra humana pela mecanizada (SANCHIS, 1997).

A lucratividade passa então a ser garantida sob alguns determinantes, como: (i) o uso intensivo das tecnologias de informação, informática e telemática (já utilizados pela maioria

das empresas dos setores de comércio e/ou serviços local), viabilizando reduzir custos, aumentar a segurança e a qualidade dos serviços oferecidos à população via fax, telefones, computadores, etc; ou (ii) terceirizando serviços, como no caso das empresas virtuais, que não dispõem de estoques, não necessitam transportar produtos e acabam se livrando de gastos com manutenção, limpeza, segurança, entre outros (ALVES, 2005).

E, nesse sentido, cabe o questionamento: – Essa visão é tida por todas as jovens entrevistadas? – Será que mesmo as jovens que não justificaram por que não consideram a tecnologia uma ameaça entende o seu papel? – E, nessa perspectiva, a educação possui qual finalidade?

A escolaridade tratada neste eixo pode se mostrar não tão significativa para a realidade dessas jovens e isso pode estar ocorrendo talvez porque, mesmo sem saber, essas jovens percebem que as instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internacionalização. Mészáros (2008) diz que, quer os indivíduos participem ou não das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados à sua posição na ordem social. Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação.

Neste sentido é que a finalidade da educação é vista pelo autor como a transcendência positiva da autoalienação do trabalho. Essa concepção de educação assinala um afastamento das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. Mais isso é um grande desafio.

Pode-se, concluir com base no pensamento de Mészáros (2008), que, sem rupturas nas relações sociais que estão sob o controle do capital, não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional e nem mesmo na sociedade. É necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Por isso será tratado, nos próximos dois eixos, sobre as chances ofertadas para que essas jovens consigam ter acesso a essa oportunidade através da frequência aos bancos escolares e sobre os fatores que podem ser considerados empecilhos para o seu retorno. Poderão ser verificados, nos próximos itens, através dos dados coletados por esta pesquisa, quais são os fatores que impedem a frequência escolar dessas jovens, e quais são as condições objetivas que influenciam suas escolhas por não obterem um maior nível escolar.

4.3 CONDIÇÕES NEGATIVAS PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS TRABALHADORAS

Com base neste estudo, através dos vários autores referidos, pode-se perceber a importância da educação escolar para a formação das juventudes. Verifica-se, também, que 100% das jovens entrevistadas consideram a educação escolar importante para a sua completa formação (Tabela 25). Entretanto, observa-se que mais da metade das jovens entrevistadas (56,1%), não estão frequentando os bancos escolares atualmente (ver Tabela 18, do capítulo anterior).

Tabela 25 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme a importância da educação escolar, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Considera a educação escolar importante	Número de mulheres	%
Sim	98	100
Não	0	0
Total	98	100

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as informações dispostas na Tabela 26, são diversos os fatores listados pelas jovens entrevistadas que não estudam atualmente, como empecilho à frequência escolar. Essa questão foi direcionada para as 55 jovens que não frequentavam a escola no período da entrevista, com o intuito de poder identificar por que elas não estão frequentando os bancos escolares. A questão abriu-se em onze alternativas específicas, e uma 12ª alternativa aberta, para que, se descrevesse o motivo considerado como um fator impeditivo do retorno aos estudos. Apenas uma jovem utilizou-se dessa alternativa. Esta jovem considera que a logística não a favorece. A distância de sua residência, que se localiza em uma área rural de difícil acesso, até a cidade não lhe permite assumir compromissos que exijam frequência diária, uma vez que depende de carro próprio para ir para a cidade. Essa jovem trabalha como recreadora infantil apenas nos finais de semana e, geralmente, quando chove, não tem eventos para trabalhar (Tabela 26).

Desta forma, das 98 jovens entrevistadas, 45 não responderam à questão. Pode-se considerar que a questão não foi direcionada para as 43 jovens que estão estudando

atualmente e sim, para as 55 jovens que não estão estudando no momento. Destas 55 jovens, apenas duas não responderam a questão. As jovens que responderam marcaram mais de uma alternativa, ou seja, elas alegam mais de um motivo que as impede de frequentar os bancos escolares. Por este motivo a tabela 26 apresenta dois percentuais totais. A segunda coluna apresenta o percentual referente a todas as 98 jovens entrevistadas. E, a quarta coluna corresponde ao percentual das 55 jovens a quem foram direcionadas a questão.

Tabela 26 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme o empecilho aos retornos escolares, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Empecilhos aos retornos escolares	Nº total de entrevistadas	% das 98 entrevistadas	Entrevistadas que não estudam	% das 55 entrevistadas que não estudam
1- A carga horária do trabalho.	16	16,3	16	29,1
2- A falta de interesse próprio.	11	11,2	11	20,0
3- A não exigência de qualificação por parte da empresa em que trabalho.	6	6,1	6	10,9
4- Dificuldade em passar nos exames vestibulares em uma universidade pública.	4	4,1	4	7,3
5- O custo com o transporte escolar.	3	3,1	3	5,5
6- O custo dos materiais e equipamentos que são necessários para o curso que quero fazer.	4	4,1	4	7,3
7- O tempo dedicado ao cuidado da casa.	6	6,1	6	10,9
8- O tempo dedicado aos filhos.	11	11,2	11	20,0
9- Recursos financeiros insuficientes para custear os estudos.	31	31,6	31	56,4
10- A não exigência de qualificação por parte das empresas que disponibilizam vagas no município.	2	2,0	2	3,6
11- O tempo dedicado ao cuidado do esposo.	4	4,1	4	7,3
12- Outros/ a distância, pois reside em área rural.	1	1,0	1	1,8
13- Não respondeu	45	45,9	2	3,6
Total	144	146,9	101	183,6

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da Tabela 26 foi realizada com base no percentual da quarta coluna, referente as 55 jovens entrevistadas que não estavam estudando atualmente. Assim, 96% das jovens que deveriam responder justificaram seus possíveis motivos para não estarem estudando atualmente.

O motivo mais significativo marcado pelas jovens nas alternativas dispostas na questão foi o identificado como 9º (ver Tabela 26), representando que mais da metade (56,4%) das entrevistadas que não estudam consideram o custo dos estudos como o maior entrave para o retorno aos bancos escolares ou para a elevação do nível de escolaridade.

Ao se considerar todos os motivos descritos, que se referem a algum tipo de custo, e os agrupar, ter-se á um percentual mais significativo ainda, ou seja, ver-se á que, 69,2% das jovens que não estudam, não o fazem porque contam recursos financeiros insuficientes para custear: (i) os materiais escolares necessários para o curso que desejam fazer (item 6, 4 jovens, representado 7,3% das entrevistadas); (ii) o transporte escolar (item 5, 3 jovens, representando 5,5%) e (iii) os estudos propriamente ditos (item 9, 31 jovens, correspondendo a 56,4% das entrevistadas), conforme referido acima.

Além disso, na alternativa 4, que se refere às dificuldades enfrentadas por essas jovens em passar nos exames vestibulares em uma universidade pública (que teoricamente não haveria custos), pode-se verificar poucas marcações, apenas 4, representando 7,3% das jovens que não estudam. Entretanto, sua análise não pode ser considerada menos importante e merece uma atenção específica, uma vez que as jovens listam os custos dos estudos sem considerar a possibilidade de ingressar em instituição pública, pois, culturalmente, é genérica a concepção de que só conseguem vaga em universidade pública os alunos que estão melhor preparados. Essas jovens não se consideram entre esses preparados. Albernaz, Ferreira e Franco (2002) dizem que a evidência desse aspecto está no desempenho superior da escola particular em relação ao da escola pública no Brasil quanto aos ingressos posteriores nas universidades, o que quer dizer que há escolas no Brasil onde os alunos estão aprendendo menos do que deveriam.

Esse fato permite dizer da má preparação da escola pública para os avanços escolares, quando não consegue oportunizar aos seus alunos as respectivas vagas no ensino superior público. Nesta análise podemos considerar a realidade capitalista brasileira de divisão de classes sociais, realidade na qual é comum a distribuição desigual de recursos

básicos para a maioria da população, recursos tais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre vários outros (OLIVEIRA, 2002). Conforme o autor, se levantar o questionamento de para quem é destinada a escola pública no Brasil, constata-se que, de fato, a escola pública não é pensada para essa parcela da população.

Nesse sentido, percebe-se que, muitas vezes, o trabalho, para os jovens em geral, é preferível aos estudos, uma vez que oportuniza acesso a renda de que necessitam, até mesmo para os estudos, como constatado nesta análise, acima (Tabela 26). Dessa forma, o trabalho acaba sendo outro grande entrave para a continuação dos estudos pelas jovens.

Percebe-se isso ao verificar-se que o segundo fator mais marcado como impeditivo para a volta aos estudos pelas jovens entrevistadas foi o item um (1), que coloca a carga horária do trabalho como um dos grandes empecilhos. Alternativa correspondente ao motivo listado por 29,1% das jovens entrevistadas que não estudam, conforme a Tabela 26.

Deve-se considerar o fato de que, em relação às jovens entrevistadas, a renda obtida pelo trabalho remunerado no âmbito do comércio e/ou serviços em Santa Terezinha de Itaipu, é, muitas vezes, a principal garantia de sua sobrevivência e, até mesmo da sobrevivência de sua família, uma vez que, conforme já listado nesta pesquisa, a renda proveniente desse trabalho é a grande parte da renda da família toda dessas jovens. Esse fato pode ser considerado o motivo de essas jovens escolherem deixar os estudos para continuarem trabalhando.

Conforme Schwartzman e Cossío (2007), esta é a situação pela qual passam muitos jovens brasileiros de baixa renda. Os autores dizem que esses jovens, muitas vezes, vivem em uma situação dramática, espremidos entre um sistema de educação pública de má qualidade e, a partir da adolescência, à necessidade de assalariar-se em um mercado de trabalho precário e de difícil entrada.

Essa indicação leva a observação de que essas jovens permanecem, muitas vezes, condicionadas a esse sistema. Por isso, na Tabela 26, verifica-se, no item dois (2), a falta de interesse próprio como um dos grandes motivos para que essas jovens não retornem aos bancos escolares, compreendendo as marcações de 20% das jovens entrevistadas que não estudam. Além disso, soma-se o fato, conforme já refletido nesta pesquisa, de que a escola pouco ou nada tem feito para tornar o ensino prazeroso, condição necessária para despertar o interesse do educando (PARO, 1997). A escola está parada no tempo, continuando a funcionar sem perceber as mudanças sociais e tecnológicas do mundo à sua volta (CUNHA,

1994). Somado a isso, considera-se ainda o fato de que, para o capitalismo, a escola está muito bem do jeito que está e, por isso, além dessa paralisação, verifica-se um enorme grau de descomprometimento, tanto com a escola, quanto com a mudança (MÉSZÁROS, 2008). Cunha (1994) reforça que a escola deixa muito a desejar porque é prescritiva e simplista. O ensino é repetitivo e conservador. Isso afasta o interesse do aluno. É preciso repensar os modelos prontos, pois não servem. A prática está demonstrando isso.

Seguindo os motivos que expressam o não retorno aos bancos escolares pelas jovens entrevistadas, listados na Tabela 26, vê-se que o item oito (8) também compreendeu a um percentual significativo, estando, igualmente, em 3º lugar com o item dois (2) supracitado, pois também apresenta 20% das marcações das jovens entrevistadas que não estudam atualmente. Esse item se refere ao tempo que essas jovens precisam dedicar aos filhos, impedindo que o tempo livre seja dedicado aos estudos. Nesse entendimento, de acordo com Probst (2008), os encargos decorrentes da maternidade, tradicionalmente atribuídos à mulher, impõem o cuidado da casa, o cuidado dos filhos e a tarefa de guardião do afeto e da moral da família.

Uma vez que não há divisão justa dos cuidados com os filhos entre pais e mães, a mulher adquire no decorrer da vida, certa desvantagem social em relação aos homens. Esta situação ocorre à medida que restringe suas possibilidades de inclusão em vários campos da sociedade, devido às funções de gestação, amamentação e cuidados de criação com os filhos (HIRATA, 2004).

Por isso, pode-se perceber, que o tempo dedicado aos cuidados com a casa e o tempo dedicado aos cuidados do esposo também foram citados pelas jovens entrevistadas como fatores que impedem o retorno aos bancos escolares.

O cuidado com a casa, disposto na alternativa 7 da Tabela 26 corresponde a um dos motivos de não voltar a estudar de 10,9% das jovens que não estudam. E o tempo dedicado aos cuidados com os esposos corresponde ao motivo de não voltar a estudar de 7,3% das jovens entrevistadas que não estudam. Se congregarmos esses itens de cuidados supracitados (com os filhos, com a casa e com o esposo), haverá um percentual significativo das respostas das jovens. Somar-se-á 38,2%, representando os motivos de não voltar a estudar de 21 das 55 jovens entrevistadas que não estudam e que acreditam que, teoricamente e historicamente, essas sejam tarefas femininas e que dependem delas.

Sorj (2004, p. 13 apud ALVARENGA, 2008) descreve que, na limpeza da casa, cozinhar, lavar, passar, entre outros cuidados com a casa, os maridos dedicam em média menos que 2,5 horas por semana, enquanto que as mulheres investem quase 28 horas por semana. Com os cuidados com as crianças, os maridos não chegam a gastar 3 horas semanais, enquanto que suas companheiras comprometem mais de 18 horas por semana.

Acredita-se que, quanto melhor for a inserção da mulher no mercado de trabalho e melhor for o nível educacional, menor será a desvantagem da mulher em relação ao homem quanto à divisão dos trabalhos domésticos (ALVARENGA, 2008).

Entretanto, as oportunidades para esses avanços são limitados para as jovens entrevistadas neste estudo. Como já descrito no capítulo 6.1 desta análise dos dados, as empresas locais não exigem qualificações profissionais, o que não incentiva a procura dessas jovens trabalhadoras por obterem maiores níveis de escolarização ou qualificação profissional. De acordo com a Tabela 26, este é um dos motivos pelos quais as jovens entrevistadas não procuram retornar aos bancos escolares.

Desta forma, a não exigência de qualificação por parte da empresa em que a jovem trabalha, como disposto no item nº 3 na Tabela 26, e a não exigência de qualificação por parte das empresas que disponibilizam vagas no município, como disposto no item 10 da Tabela 26, representam, agregados, 14,5% das marcações das jovens entrevistadas, reforçando a característica capitalista das empresas locais descritas no capítulo 4.1 desta análise, que apresenta a realidade trabalhista das jovens entrevistadas.

Esta análise dos possíveis fatores que são considerados pelas jovens entrevistadas que não estudam demonstra a falta de percepção delas em relação à verdadeira importância da educação, pois esta, quando é de qualidade, ultrapassa a fronteira do conhecimento científico para a apreensão do conhecimento cognitivo, do conhecimento para a vida.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os conflitos passam a ser, também, uma questão de sensibilização. A educação que vise o desenvolvimento, de fato, deverá obter maior qualidade em relação ao que se dispõe atualmente. Entretanto, faz-se necessário desenvolver, *a priori*, a percepção nos indivíduos através da sensibilização, primeiramente de sua importância, em segundo lugar de sua necessidade, para que se possa promover a emancipação. Os indivíduos precisam primar pela qualidade da sua educação, para que se emancipem e exijam a qualidade necessária para as novas gerações, a fim de que o avanço rumo ao desenvolvimento aconteça.

Freire (2006) afirma ainda que a humanidade tem o direito de obter um esclarecimento sobre a sua própria realidade através do conhecimento e da educação, e, a partir desse conhecimento, desenvolver formas de fazer da sua vivência uma ação melhorada.

Com esse pensamento de Paulo Freire encerra-se a análise deste tópico, partindo dos motivos que levam as jovens entrevistadas a não buscarem avançar na escolaridade, para tratar dos fatores que determinam as escolhas das jovens entrevistadas que estudam por frequentarem os bancos escolares do ensino médio e/ou universitário. São dados que serão discutidos no capítulo a seguir.

4.4 CONDIÇÕES POSITIVAS PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS TRABALHADORAS

Neste item serão tratados os dados especificamente dispostos na Tabela 3.6 e que demonstram os motivos que levam à escolha das jovens entrevistadas por continuarem os estudos. Essa questão foi direcionada para as 43 jovens entrevistadas que estão estudando atualmente. E, de acordo com as informações presentes na Tabela 27, pode-se verificar que 100% dessas jovens que estão frequentando os bancos escolares responderam ao questionamento sobre o tema.

A presente questão desdobrou-se em sete alternativas específicas e uma 8ª alternativa livre, caso a entrevistada não encontrasse nas alternativas dispostas os motivos determinantes para a sua escolha em continuar os estudos. Essa questão não foi respondida por nenhuma jovem que não estava estudando no momento, correspondendo a alternativa de número nove (9): “não marcaram”.

Desta forma, das 98 jovens entrevistadas, 55 não responderam à questão. Pode-se considerar que a questão não foi direcionada para as 55 jovens que não estão estudando atualmente e sim, para as 43 jovens que estão estudando no momento. As jovens que responderam marcaram mais de uma alternativa, ou seja, elas descrevem mais de um motivo que as incentivam frequentar os bancos escolares. Por isso, na tabela 27, tem-se o total bruto de 234 marcações, quando deveria corresponder a 98. E o total específico com a as respostas das 43 jovens que estão estudando corresponde a 179 marcações.

Tabela 27 – Número e percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu conforme o interesse em estudar, Santa Terezinha de Itaipu, PR, Brasil, 2011

Fatores incentivadores ao retorno escolar	Nº total de entrevistadas	% das 98 entrevistadas	Nº de entrevistadas que estudam	% das 43 entrevistadas que estudam
1-O salário maior oferecido dentro da empresa.	11	11,2	11	25,6
2- Qualificação profissional.	43	43,9	43	100,0
3- O aprimoramento de meus conhecimentos.	34	34,7	34	79,1
4- As oportunidades de trabalho com maiores remunerações.	36	36,7	36	83,7
5- As oportunidades de vagas de trabalho melhores.	24	24,5	24	55,8
6- As oportunidades de avanços internos na empresa.	8	8,2	8	18,6
7- A competitividade do mercado de trabalho.	19	19,4	19	44,2
8- Outros/Satisfação pessoal.	4	4,1	4	9,3
9- Não marcaram.	55	56,1	0	0,0
Total	234	238,8	179	416,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Cabe registrar, de início, que apenas uma alternativa obteve o consentimento de todas as jovens entrevistadas que estudam. Trata-se da alternativa de número dois, ou seja, todas as 43 jovens que estão estudando consideram que o fazem para obter uma *qualificação profissional*.

Essa unanimidade para a questão da qualificação profissional demonstra que existe uma relação entre estudos e trabalho. Verifica-se que, além dessa alternativa de número dois (2), considerada por todas as jovens entrevistadas que estudam, a tabela 27 apresenta outras alternativas, significativamente consideradas por essas jovens, que podem ser relacionadas ao mercado de trabalho de modo geral. São as alternativas de número quatro (4), cinco (5) e sete(7). Na alternativa de número 4, confere-se que 83,7% das jovens, representando 36 mulheres, acreditam que *as oportunidades de trabalhos com maiores remunerações* podem ser consideradas responsáveis pelas suas escolhas em continuarem a estudar.

Concomitantemente, a alternativa de número 5, *as oportunidades de vagas de trabalhos melhores*, também foi muito considerada pelas jovens, uma vez que se acredita que, geralmente, são as melhores vagas de trabalho que oferecem os maiores salários (MENEZES-

FILHO, 2001). Assim, 55,8% das jovens entrevistadas que estudam consideram que a possibilidade de obter uma vaga melhor de trabalho pode ser um dos motivos que as estimule a continuar os estudos.

Já na alternativa de número sete (7), disposta na Tabela 27, constata-se que a competitividade do mercado de trabalho é também considerada pelas jovens. São 44,2% das jovens entrevistadas que estão estudando e comungam desse pensamento, ou seja, 19 jovens que estudam acreditam que a possível competitividade do mercado de trabalho, de modo geral, pode ser um dos possíveis motivos que as impulsionam a continuar estudando.

Além dessas quatro alternativas supracitadas pode-se, também, relacionar ao mercado de trabalho local as alternativas de número um (1) e seis (6). Estas se referem *ao salário maior oferecido dentro da empresa e as oportunidades de avanços internos na empresa*, que compreenderam a 25,6% e 18,6% das jovens entrevistadas que estão frequentando os bancos escolares respectivamente. São alternativas que foram menos consideradas pelas jovens, uma vez que, muitas vezes, elas não consideram o mercado de trabalho local tão competitivo.

De acordo com as respostas das entrevistadas, deve-se, contudo, apreciar também os itens três (3) e oito (8). Esses itens representam as opções pessoais das jovens que acreditam que também estudam para obterem *o aprimoramento de seus conhecimentos* e por alcançarem *a satisfação pessoal* através do conhecimento obtido pelo estudo e da elevação do nível de escolaridade.

Esses motivos correspondem às respostas de 79,1% e 9,3% das jovens entrevistadas, respectivamente. Este último motivo não estava disposto como alternativa a ser demarcada, talvez por isso tenha tido pouca adesão das jovens. De qualquer modo, essas informações demonstram que é significativo o percentual das jovens que estudam por considerarem que estudar, em sua essência, é importante para a sua completa formação. Elas assim consideram por acreditarem que o estudo lhes possibilitará a abertura dos horizontes do conhecimento, trará maiores esclarecimentos e, com isso, novas possibilidades.

Como síntese, pode-se observar que, esses dados demonstrados através da Tabela 27, podem significar que as jovens que estudam, em sua maioria, estão relacionando estritamente a elevação da escolaridade com uma melhor colocação no mercado de trabalho. Firma-se esta convicção porque percebe-se que as respostas mais assinaladas pelas jovens entrevistadas

foram as que condicionam o ato de frequentar os bancos escolares à inserção no mercado de trabalho.

Finaliza-se esta apreciação, acrescentando que outras manifestações presentes nesta pesquisa através do instrumental – questionário – aplicado, poderiam fazer parte da análise. Buscou-se, no entanto, responder ao problema de estudo e ao objetivo geral da pesquisa e, com certeza, em novas oportunidades, determinações secundárias poderão ser apreciadas. Finaliza-se essa análise compreendendo os limites apresentados, porém, sob o crivo da apropriação científica, acredita-se que o que ora elucidou-se permite dar a luz ao que, a nós, estava na escuridão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final de um trabalho é, sempre, motivo de realização. No entanto, é também fato concreto que a compreensão deste momento não é de finalização, mas sim, momento de impulso para outros desafios. Demonstrando os limites e possibilidades, desse estudo, acredita-se que há condições de sempre se recomeçar, mesmo quando os resultados da pesquisa apontam para o aprofundamento da negação das relações estabelecidas entre capital/trabalho.

A relação estabelecida entre processo de formação escolar e exercício profissional é sempre, no modo de produção capitalista, motivo de antagonismo e contradição. No entanto, neste estudo e pesquisa buscou-se mostrar, demonstrar e analisar criticamente o objeto em movimento. Este procedimento contribuiu para revelar em sua particularidade elementos que podem, de imediato, contribuir para o próprio estudo, mas também, e assim pretende-se que sejam, conteúdos que inquietem outros pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento.

Desta forma, considerando o problema de pesquisa e os objetivos propostos, as informações coletadas permitem tecer algumas considerações finais para que agreguem contribuições às novas pesquisas as quais sucederão sobre a temática, tendo em vista a possibilidade de expandir o debate, fortalecendo e aprofundando a formação dos jovens.

Diante das distintas questões que apresentaram os sujeitos da pesquisa, destaca-se que:

1. Em Santa Terezinha de Itaipu há grande adesão das mulheres ao mercado de trabalho local. Este fato concreto está ocorrendo em função da procura pelas vagas existentes serem maiores pelas mulheres em relação aos homens. Fato que pode ser relacionado à proximidade da cidade em questão com a fronteira do Paraguai, condição propícia para que os homens tenham envolvimento com o mercado ilegal do tráfico de fácil acesso e retornos financeiros rápidos. Evidência que pode ser considerada ao se perceber o crescimento da morbidade relativa à população masculina no município que é significativamente maior do que a da população do sexo feminino (IBGE,2010);
2. A cidade é de pequeno porte, localizada em uma região de fronteira, extremamente frágil e exposta às atividades ilegais. Oferece poucas oportunidades de inserção profissional. Esta situação existe o desenvolvimento de uma política de inclusão voltada para a juventude local, capaz de contribuir para

a superação do estado de vulnerabilidade em que se encontram os jovens do município, principalmente a do sexo masculino. Santa Terezinha de Itaipu, de acordo com o censo do IBGE de 2010, tem uma reposição populacional natural masculina, maior do que a das mulheres até os 14 anos de idade e que diminui consideravelmente nos anos posteriores;

3. Em Santa Terezinha de Itaipu, ainda conforme o censo do IBGE de 2010, nos próximos 20 anos os setores de comércio e de Serviços, bem como os outros setores de atividades trabalhistas, serão beneficiada com um aumento de força de trabalho, tanto feminina como masculina. Contudo, após este período, iniciará um processo de redução populacional economicamente ativa, fato que é notificado em todo o país. Essa redução da população economicamente ativa poderá ser considerada problemática em longo prazo, principalmente, para os setores de comércio e de serviços uma vez que estes são os que mais crescem no município;
4. Ao se observar o índice da incidência de pobreza em Santa Terezinha de Itaipu, verifica-se que à medida que houve o crescimento populacional, bem como o povoamento do município, as diferenças sociais ampliaram, aumentando o número de pobres no município. No censo demográfico de 2000, o IBGE apresentava uma incidência de pobreza menor do que a que apresentou no censo de 2010. Isso pode indicar que o crescimento populacional vem ocorrendo sem planejamento, situação que indica dificuldades para promover o desenvolvimento local nos próximos anos. Além disso, verifica-se que a geração de emprego para esta demanda crescente é consideravelmente reduzida, pois as novas empresas que se instituem no município, empresas de pequeno porte, contratam um percentual pequeno de funcionários- a maioria contrata entre 1 e 2 funcionários;
5. Não há tendências que indicam a presença de novas empresas de grande porte, com atividades especializadas, que absorvam ou exijam um contingente maior de

força de trabalho especializada no município²², uma vez que o município não oferece vantagens - para que esta venha se instalar nele. A menos que ocorram medidas políticas de incentivos para atrair estas empresas, a situação local quanto à geração de renda pode ser precária;

6. Além disso, deve-se considerar relevante o fato de Santa Terezinha de Itaipu não dispor de força de trabalho especializada para atender a demanda de diversas empresas que por ventura queiram instalar se no município. Caberia às instituições políticas locais favorecerem a criação de novos cursos técnicos condizentes com a realidade da demanda do mercado de trabalho, uma vez que, os dados da pesquisa demonstraram que: a inserção no mercado de trabalho, bem como a exigência de determinada formação é o que leva as jovens entrevistadas a frequentarem os bancos escolares;
7. Acredita-se que desta forma, de acordo com algumas bases teóricas utilizadas neste estudo, garantir-se-ia o acesso à renda que poderia minimizar as primeiras disparidades sociais. E, conseqüentemente, com condições socioeconômicas melhores, as famílias poderiam primar mais para a continuação das futuras gerações, uma vez que não haveria tanta necessidade de estes adolescentes e jovens ajudarem no complemento da renda familiar, adentrando antecipadamente ao mercado de trabalho, podendo estudar por um período maior;
8. É necessário que o município intervenha na lógica das empresas locais, instituindo leis que visem à obrigação destas para o jovem que queira continuar seus estudos tenha a carga horária laboral reduzida sem que isso gere ônus para o mesmo;
9. As funções que são mais desempenhadas pelas jovens entrevistadas -vendedoras- muitas vezes causam reflexos psicológicos negativos, quando estas, ao não atingirem as metas impostas pelos capitalistas-patrões-, se culpabilizam. Estas

²² Uma empresa depende de alguns fatores para instalar-se em determinada localidade, entre eles destacam-se a proximidade com as fontes de matérias-primas, mercado consumidor, Mão de obra suficiente, leis menos rigorosas e incentivos fiscais, como isenção ou redução de impostos por exemplo.

trabalhadoras se sujeitam ainda mais as explorações por necessidades e por falta de novas oportunidades;

10. Como a lógica capitalista é a reprodução, as novas empresas que surgem no município, seguem os mesmos parâmetros das já existentes, com tendências de exploração mais acentuada no sentido de vencer a concorrência, pois muitas vezes são do mesmo ramo. Assim, as novas vagas ocupadas seguem o mesmo sistema que as determinam e conseqüentemente as novas oportunidades são piores, com o desenvolvimento de funções menos qualificadas, desempenhadas por cargas horárias excedentes, salários baixos ao passo que as garantias de proteção social inexistem. Desse modo, e sem alternativas, as jovens trabalhadoras de Santa Terezinha de Itaipu, sujeitam-se, enquanto que o capital vai progressivamente ampliando sua capacidade de reproduzir-se ao passo que amplia também os meios de desmobilização da classe trabalhadora;
11. Assim, como a cultura introduzida é a capitalista, a necessidade de ampliar a renda toma o espaço das prioridades, entre elas o do estudo. Uma vez que, após ter sua inserção no mercado de trabalho garantido, muitas jovens acreditam que a escolaridade não é mais necessária. Isso se reforça por parte das empresas locais quando estas passam a não exigir índices de escolaridades elevados e nem qualificações específicas de seus empregados para ocuparem as vagas oferecidas. O que torna a frequência escolar pouco atrativa aos jovens que são de classes menos favorecidas e que veem no mercado de trabalho a única forma de mudarem sua condição. Além disso, percebe-se nestas jovens, o grande apego familiar e fortes sentimentos de pertencimento ao lugar em que vivem, por isso, apesar de poucas possibilidades de melhoras não almejam mudar-se do município. Deste modo, as dificuldades de resistir e superar os acontecimentos são empreitadas complicadas das mais diversas ordens, em uma lógica irreformável em que as disparidades econômicas e sociais aumentam a cada tempo;
12. Pode-se assegurar, após as revisões teóricas utilizadas neste estudo, que a propagação das experiências educacionais articuladas a políticas públicas que as contemplem numa essência diferenciada da que se observa atualmente, poderia: aumentar a percepção dos jovens da necessidade de cidadão bem formados e

esclarecidos a fim de enfrentar os impactos negativos e o fenômeno de ampliação das desigualdades sociais do empobrecimento dos jovens do município;

13. Contudo acredita-se que as escolas e a comunidade como um todo, deverão ter mais conhecimento sobre os benefícios de uma educação de qualidade para a formação de uma sociedade diferenciada da existente. Isso poderia acontecer, a priori, através de meios de comunicações e de divulgações com propagandas, palestras e até mesmo através das visitas domiciliares que já são realizadas pelas assistentes e agentes sociais no município. Poderiam ser adicionadas às pautas a serem tratadas nas visitas a temática da importância da educação, porém não de forma superficial, como nos ocorrem diversos discursos teóricos em que se fala da importância educação sem explicar por que.

Entretanto, é preciso muito comprometimento por parte de quem já percebe esta fragilidade, das instituições educacionais de modo geral, no sentido de aproveitar os espaços para falar sobre o assunto; das instituições políticas para dar aberturas a essas temáticas e inseri-las nos programas sociais existentes e da sociedade mais esclarecida sobre essa necessidade, para promover a sensibilização do restante da população para que as mudanças sociais através de uma possível conscientização possam acontecer.

É necessário romper com a lógica do capital e desconstruir modelos já pré-estabelecidos. É preciso que se assumam as responsabilidades como cidadãos, pois, conforme Paulo Freire, não se pode estar no mundo de costas, como se nada se tivesse a ver com a realidade. Precisa-se de seres que possam sair da situação de conformismo e partam para a ação.

Nasce, a partir dos levantamentos expostos neste trabalho, a necessidade de ampliarmos os estudos, divulgações e debates sobre meios de como prover a combinação apropriada entre a instituição de uma educação de qualidade e o apoio financeiro e político aos jovens que necessitam e que são excluídos frente a esse processo. Acredita-se que, ter acesso a estes meios poderá fazer com que o círculo vicioso da pobreza, do desemprego, da má formação educacional e de todas as suas consequências seja minimizado. Isso possibilitará, ou pelo menos evidenciará a diminuição das disparidades sociais. E, poderá contribuir para a constituição de uma sociedade mais democrática, onde as pessoas possam viver dignamente considerando o bem-estar coletivo e o respeito à humanidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, João Carlos. **Brasileiro, sim senhor!** São Paulo: Moderna, 2004. p. 74-76.

ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H. G.; FRANCO, Creso. **Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira.** Texto para discussão n. 455. Departamento de Economia, PUC-RIO. Maio/2002. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/PDF/td455.PDF>> Acesso em: 10/05/2011.

ALVARENGA, Carolina Faria. **Relações de gênero e trabalho docente: jornadas e ritmos no cotidiano de professoras e professores.** São Paulo: s.n., 2008. 174p.

ALVES, Lucir Reinaldo; LIMA, Jandir Ferreira de; RIPPEL, Ricardo; PIACENTI, Carlos Alberto. **O Continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná.** Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – v. 1, n. 2 – ago./dez. 2006.

ALVES, Natália. **Juventude e inserção profissional.** Lisboa: EDUCA/UNIDADE DE I&D DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. 2008.

ALVES, Pedro. **A informalidade, uma resposta do projeto societário capitalista à questão social do desemprego: o caso dos ex-bancários do Banestado em Cascavel.** Toledo, 2005, 169 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste/*Campus* de Toledo.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATISTA, Alfredo. **A questão social e as refrações no serviço social brasileiro na década de 1990.** São Paulo: PUC, 2002.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Setores da economia.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/setores-da-economia/comercio-e-servicos>>. Acesso em: 28/07/2012.

BORBA, Andreilcy Alvino e LIMA, Herlander Mata. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>. Acesso em: 17/09/2012.

Brasil. **Estatuto da criança e do adolescente - ECA.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

_____. **Estatuto da Juventude.** Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITOS-HUMANOS/203600-CAMARA-APROVA-O-ESTATUTO-DA-JUVENTUDE.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro.** Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro. 20/21 de maio de 1993.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. rev. - São Paulo: ABEP, 1994. Reimpr. 1998. 64 p. (Textos didáticos, 1).

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE Carla Coelho de. (org.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 21 de janeiro de 2012.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom professor e sua prática**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. Disponível em: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 107-126, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ensaio/v14n50/30410.pdf>> Acesso em: 16/05/2011.

DIEL, Adriana da Silva; KROETZ, Marilei. **A evolução do setor terciário da cidade de Rio do Sul – SC: uma análise do período 1995-2005**. II Encontro de Economia Catarinense/Artigos Científicos. Chapecó, SC, 2008. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Regional/Artigo5.pdf> Acesso em: 26 de janeiro de 2012.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. 4. ed. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo Perspec. v. 14 n. 2 São Paulo Abr./Jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8392000000200002> Acesso em 30/05/2011.

GALINARI, Rangel; CROCCO, Marco Aurélio; LEMOS, Mauro Borges; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. **O Efeito das economias de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 11(3): 391-420, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v11n3/01.pdf>> Acesso em: 04/06/2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. In: Silva Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração**

de dissertação. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

HIRATA, Helena. **Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho.** Revista Educação e Tecnologia. [on-line]. v. 6, n. 1, maio, [cited 13 september 2004], Curitiba: CEFET-PR. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1138-4.pdf> Acesso em: 16/12/2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez.2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> Acesso em: 18/06/2011. Atualizado em: 28/07/2012.

JOHWAN OH, Alberto; BASSO, Angela Silvana; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **A importância da educação no processo do desenvolvimento local sustentável no município de Curitiba.** Mai. /set. 2008. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_praticas/praticas_05.pdf> Acesso em: 03/06/2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINEZ, Paulo. **Direito de cidadania: um lugar ao sol.** São Paulo: Scipione, 1996.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975b. L.1, v. 1-2.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. **A Evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho.** Departamento de Economia Universidade de São Paulo. Março de 2001. Artigo Preparado para o Instituto Futuro Brasil. <<http://www.anj.org.br/pje/biblioteca/publicacoes/A%20Evolucao%20da%20educacao%20no%20Brasil%20e%20seu%20impacto%20no%20Mercado%20de%20trabalho.pdf>> Acesso em: 05/05/2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2008.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bases estatísticas da RAIS.** Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/pamLoginMTE?lang=0>> Acesso em 16/04/2011.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bases estatísticas da RAIS.** Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/pamLoginMTE?lang=0>> Acesso em 30/05/2011.

NASCIMENTO; Verônica Salgueiro do. **Reflexões sobre a importância da educação para a cidadania: um enfoque prático.** Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 18, n. 2, p. 123-127, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.unifor.br/notitia/file/1543.pdf>> Acesso em: 04/06/2011.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Ver. FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37, mai./ago./2002.

ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (org.). **Educação e lutas de classe.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** Trabalho publicado em Simpósio Brasileiro de Política e Administração. Porto Alegre. **Anais..** Sistemas e instituições: repensando a teoria na prática. ANPAE, 1997, v. 1, p. 303-314.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação.** São Paulo: Ática, 2002.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD, 2001. **Bases estatísticas do IBGE.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em 27/10/2011.

POCHMANN, Marcio. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21462.pdf>> Acesso em: 03/06/2011.

Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. Disponível em: <<http://www.stitaipu.pr.gov.br/index.php?id=1032>> Acesso em 18/06/2011.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG/Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Rev. 02-05. Out, 2008. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/>> Acesso em 06/06/2011.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios.** ABEP, NEPO/ UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Editora 34, 2000.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego.** Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANTOS, João Benjamim dos. **Educação, desenvolvimento e empregabilidade.** Rev. FAE, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 65-69, set./dez., 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e a especificidade da educação.** In: SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico - crítica: primeiras aproximações.** São Paulo: Cortez, 1992, p.19-30.

SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Mauricio Blanco. **Juventude, educação e emprego no Brasil**. Cadernos Adenauer - Geração Futuro, v. VII, n. 2, p. 51-65. 2007. Disponível em: <http://www.adenauer.org.br/livros/caderno/02_07schwartzman.pdf> Acesso em: 16/05/2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Sebastião Francisco da. **Na trilha dos pioneiros**. Santa Terezinha de Itaipu, 1995.

SOARES, José Francisco. 2005. **Qualidade e equidade na educação básica brasileira: fatos e possibilidades**. p. 91-110 In: **Os desafios da educação no Brasil**, edited by Colin Brock and Simon Schwartzman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica**. Universidade Federal de Minas Gerais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/ep/v29n1/a11v29n1.pdf>> Acesso em: 17/05/2011.

SOARES, Jose Francisco; ANDRADE, Renato Júdice de. **Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte**. Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ. [online]. 2006, vol. 14, n. 50, p. 107-125. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100008>>. Acesso em: 05/02/2011.

SOARES, S.; IZAKI, R. J. **A participação feminina no mercado de trabalho**. IPEA, Texto para. Discussão, Rio de Janeiro, n. 923, dez. 2002. Disponível em: <http://www.poseconomia.ufv.br/docs/CIRINO_J_e_LIMA_J_E_2009-TD-3-.pdf> Acesso em 18/04/2011.

SORJ, Bila. **Trabalho remunerado e trabalho não remunerado**. In: ALVARENGA, Carolina Faria. **Relações de gênero e trabalho docente: jornadas e ritmos no cotidiano de professoras e professores**. São Paulo: s. n., 2008. 174p.

SOUZA, Lígia correia de; SANTOS, Luíza. **A relação entre estilos pedagógicos e desempenho escolar em Portugal**; psicologia e reflexão crítica. a. I, v. 12, n. 002. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. 1999. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18812206.pdf>> Acesso em: 16/05/2011.

TORRES, Patrícia Lupion; BOCHNIAK, Regina (org). **Uma Leitura para os temas transversais: ensino fundamental**. Curitiba: SENAR-PR, 2003. v. 6, n. 1, maio, [cited 13 september 2004], p. 144-156. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1081>>. Acesso em 28 de abril de 2011.

VALVERDE, Rodrigo Ramos HOSPODAR, Felipe. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 15, p. 119 - 126, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2012.

ZEN, Eliesér Toretta. **Para além das teorias reprodutivistas da educação: uma abordagem sócio-filosófica**. Revista Capixaba de Ciência e Tecnologia, Vitória, n. 2, p. 44-49, 1. sem. 2007. Disponível em: < <http://recitec.cefetes.br/artigo/documentos/Artigo%207.pdf> >. Acesso em: 28/01/2012.

ANEXO – Questionário da Pesquisa

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Meu nome é Rejane Aparecida Bianchini. Sou professora dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio pela rede Estadual de Educação do Estado do Paraná. Atualmente leciono na Escola Estadual Arcângelo Nandi no bairro Parque dos Estados, aqui mesmo em Santa Terezinha de Itaipu. Faço mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE, *campus/Toledo* e coletei dados para minha dissertação.

Peço, gentilmente, vossa colaboração para responder o presente questionário. Destaco que *as respostas das perguntas a seguir servirão somente para fins de pesquisa*. Seu nome ficará em sigilo (mas, se não quiseres, não precisa identificar-se). Se tiver alguma dúvida em responder poderá entrar em contato pelo telefone (45) 9961-9377 ou pelo endereço eletrônico: regibianchini@hotmail.com.

QUESTIONÁRIO Nº _____ DATA __/__/__

LOCAL _____

FUNÇÃO _____

1- IDENTIFICAÇÃO:

1.1- Nome do Entrevistado (a): _____

1.2- Idade: _____

1.3- Estado Civil:

1.3.1- () Solteiro(a)

1.3.2- () Casado(a)

1.3.3- () Viúvo(a)

1.3.4- () Separado(a)

1.3.5- () Amasiado(a)

1.3.6- () outro – Qual? _____

1.4- Você se considera uma pessoa:

1.4.1- () Branca

1.4.2- () Amarela

1.4.3- () Negra

1.4.4- () Indígena

1.4.5- () Parda

1.5- Em que cidade/Estado/País você nasceu? _____

1.6- Há quanto tempo você mora em Santa Terezinha de Itaipu? _____

1.7- Caso não seja natural de Santa Terezinha de Itaipu, mudou-se para o município só para trabalhar?

1.7.1- () Sim

1.7.2- () Não. Qual o motivo? _____

1.8- Numero de filhos: _____

1.9- O que fazia antes de trabalhar nesta empresa? _____

1.10- Há quanto tempo trabalha nesta empresa? _____

1.11- Sua contratação foi feita:

1.11.1- () Diretamente pela proprietário da empresa

1.11.2- () Intermediários

1.12- O que você faria se não trabalhasse neste local?

1.13- Em seu atual emprego, qual a escolaridade exigida?

1.13.1- () Não exige-se escolaridade.

1.13.2- () Estar cursando o ensino Fundamental.

1.13.3- () Ensino Fundamental completo.

1.13.4- () Estar cursando o ensino médio.

1.13.5- () Ensino médio completo.

1.13.6- () Ter ou estar cursando o ensino técnico. Qual? _____

1.13.7- () Estar cursando o Ensino Superior.

1.13.8- () Ensino Superior completo

1.13.9- () Outros. Especifique: _____

1.14- Em seu atual emprego, há incentivos para o retorno aos bancos escolares?

1.14.1- () Não.

1.14.2- () Sim. Assinale a baixo:

1.14.2.1- () Bolsa de auxílio financeiro aos estudos.

1.14.2.2- () Redução da carga horária de trabalho.

1.14.2.3- () Bolsa de auxílio à materiais escolares.

1.14.2.4- () Dispensa para estágios sem o corte da remuneração.

1.14.2.5- () Flexibilização do horário de saída do trabalho.

1.14.2.6- () Outros. Especifique: _____

2- PERFIL FAMILIAR:

2.1- Quantas pessoas dependem da sua renda para se manter? _____

(Preencher quadro a baixo)

	Primeiro nome	Grau de parentesco	Sexo M/F	Idade	Nível de Escolaridade	Trabalha S/N	Mora na mesma residência que você S/N
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							

3- CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DE SAÚDE:

3.1- Frequentou a escola?

3.1.1- () Sim

3.1.2- () Não (Ir para 3.3)

3.2- Até qual série você estudou? _____

3.2.1- () Completa

3.2.2- () Incompleta

3.3- Sabe ler e escrever

3.3.1- () Sim

3.3.2- () Não

3.4- Você considera a educação escolar importante para a formação de uma pessoa?

3.4.1- () Sim

3.4.2- () Não

3.5- Estuda atualmente?

3.5.1- () Sim (Ir para 3.6)

3.5.2- () Não (Ir para 3.7)

3.6- O que determina seu interesse em estudar?

3.6.1- () O salário maior oferecido dentro da empresa.

3.6.2- () Qualificação profissional.

3.6.3- () O aprimoramento de meus conhecimentos.

3.6.4- () As oportunidades de trabalho com maiores remunerações.

3.6.5- () As oportunidades de vagas de trabalho melhores.

3.6.6- () As oportunidades de avanços internos na empresa.

3.6.7- () A competitividade do mercado de trabalho.

3.6.8- () Outros. Especifique _____

3.7- O que impede sua volta aos estudos?

3.7.1- () Recursos financeiros insuficientes para custear os estudos.

3.7.2- () Dificuldade em passar em uma universidade pública.

3.7.3- () O custo com o transporte escolar.

3.7.4- () O custo dos materiais e equipamento que são necessários para o curso que quero fazer.

3.7.5- () A não exigência de qualificação por parte da empresa em que trabalho.

3.7.6- () A não exigência de qualificação por parte das empresas que disponibilizam vagas em Santa Terezinha de Itaipu.

3.7.7- () A carga horária do trabalho.

3.7.8- () O tempo dedicado aos filhos.

3.7.9- () O tempo dedicado ao cuidado da casa.

3.7.10- () O tempo dedicado ao esposo.

3.7.11- () A falta de interesse próprio.

3.7.12- () Outros. Especifique _____

3.8- Seu(s) filho(s) estuda(m)?

3.8.1- () Sim, em escola pública

3.8.2- () Sim, em escola particular

3.8.3- () Não

3.9- Precisa de creche(s) para seu(s) filho(s) que não tem idade para frequentar a escola?

3.9.1- () Sim

3.9.2- () Não/Porque _____

3.10- Você tem alguma despesa para o cuidado com seu(s) filho(s) durante o período em que trabalha?

3.10.1- () Sim/ quanto?_____

Quem paga?_____

3.10.2- () Não/porque_____

3.11- Exerce alguma outra atividade remunerada que não seja proveniente do trabalho realizado nesta empresa?

3.11.1- () Sim. Qual?_____

3.11.2- () Não

3.12- Qual a sua renda, proveniente apenas do trabalho nesta empresa, sendo que o salário mínimo equivale a R\$ 545,00?

3.12.1- () Menos de um salário

3.12.2- () De 1 a 2 salários

3.12.3- () De 2 a 3 salários

3.12.4- () De 3 a 4 salários

3.12.5- () Mais de 4 salários

3.13- Qual sua renda familiar, sendo que o salário mínimo equivale a R\$ 545,00?

3.13.1- () Menos de um salário

3.13.2- () De 1 a 2 salários

3.13.3- () De 2 a 3 salários

3.13.4- () De 3 a 4 salários

3.13.5- () Mais de 4 salários

3.14- Quantos por cento (%) de sua renda é direcionada para as despesas familiares?

3.15- Quantos por cento (%) da sua renda você poupa?_____

3.16- Quantas horas diárias você trabalha nesta empresa? _____

3.17- E quantos dias por semana: _____

- 3.18- Posse de Fogão gás lenha elétrico
- 3.19- Posse de telefone fixo sim não
- 3.20- Posse de telefone celular não 1 2 3 ou mais
- 3.21- Posse de TV não 1 2 3 ou mais
- 3.22- Posse de geladeira não 1 2 3 ou mais
- 3.23- Posse de freezer não 1 2 3 ou mais
- 3.24- Posse de rádio/som não 1 2 3 ou mais
- 3.25- Posse de computador não 1 2 3 ou mais
- 3.26- Rede de internet não 1 2 3 ou mais
- 3.27- Posse de TV a Cabo sim não
- 3.28- Posse de aspirador de pó sim não
- 3.29- Posse de carro sim não
- 3.30- Posse de moto sim não
- 3.31- Posse de bicicleta sim não

3.32- A casa onde mora é:

3.32.1- Própria

3.32.2- Alugada

3.32.3- Outro _____

3.33- Recebe algum auxílio do governo?

3.33.1- Sim.

3.33.2- Bolsa família

3.33.3- Cesta básica

3.33.4- Outro _____

3.33.5- Não

3.34- Você considera sua saúde:

3.34.1- () Ótima

3.34.2- () Boa

3.34.3- () Regular

3.34.4- () Ruim

3.35- Possui plano de saúde?

3.35.1- () Sim, particular

3.35.2- () Sim, oferecido pela empresa

3.35.3- () Não

3.36- Quando fica doente você depende do SUS?

3.36.1- () Sim

3.36.2- () Não

3.37- Você acha que a atividade exercida em seu trabalho prejudica a sua saúde de alguma forma?

3.37.1- () Sim. Especifique_____

3.37.3- () Não.

3.38- Você já se feriu trabalhando?

3.38.1- () Não

3.38.2- () Sim.

3.38.3- () 1 vez

3.38.4- () 2 vezes

3.38.5- () 3 vezes

3.38.6- () Mais de 3 vezes.

3.38.7- Especifique_____

3.39- Recebe ou já recebeu algum tipo de treinamento para seu trabalho?

3.39.1- () Não

3.39.2- () Sim

3.39.3- Especifique _____

3.40- Quanto tempo médio (anos) uma pessoa trabalha nessa empresa?

(Com base em conhecidos): _____

3.41- Participa de Sindicato?

3.41.1- () Não

3.41.2- () Sim. Qual? _____

3.42- Você acha que a tecnologia é importante para a sua empresa?

3.42.1- () Sim Por que? _____

3.42.2- () Não Por que? _____

3.43- Você se sente ameaçado pela tecnologia?

3.43.1- () Sim. Por que? _____

3.43.2- () Não. Por que? _____

3.44- Está tentando se qualificar para enfrentar essa nova realidade?

3.44.1- () Não

3.44.2- () Sim. De que forma? _____

3.45- O que você costuma fazer nas horas/dias em que não está trabalhando?

4- PAPEL DA MULHER:

4.1- Você já foi operada para não ter mais filhos?

4.1.1- () Sim

4.1.2- () Não

4.2- Aumentou a sua participação nas decisões da família quando começou a trabalhar fora?

4.2.1- () Sim

4.2.2- () Não

4.3- Quem administra o dinheiro que você recebe?

4.4- Depois do trabalho a relação familiar mudou em alguma coisa? Em quê?

4.5- Onde é gasto a maior parte da sua renda, por ordem de importância (enumere de 1 a 9)?

4.5.1- () Alimentação

4.5.2- () Lazer

4.5.3- () Remédios

4.5.4- () Roupas

4.5.5- () Higiene

4.5.6- () Estética

4.5.7- () Aluguel

4.5.8- () Água e luz

4.5.9- () Outros. Quais? _____

4.6- Você se sente discriminada pelos homens que trabalham com você ou pelas pessoas de modo geral?

4.6.1- () Sim

4.6.1- () Não

4.6.1- () Às vezes. Porque? _____

4.7- Tem alguma coisa que você gostaria de falar e que não foi perguntado?

Muito obrigada por sua participação neste trabalho!